

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

BÁRBARA SCHUELTER

**A PESQUISA E A EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO AO GRUPO DE
PESQUISA E EXTENSÃO MOSCOPSS**

FLORIANÓPOLIS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BÁRBARA SCHUELTER

**A PESQUISA E A EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO AO GRUPO DE
PESQUISA E EXTENSÃO MOSCOPSS**

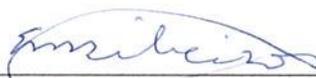
Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Edaléa Maria Ribeiro

FLORIANÓPOLIS

2012

BÁRBARA SCHUELTER

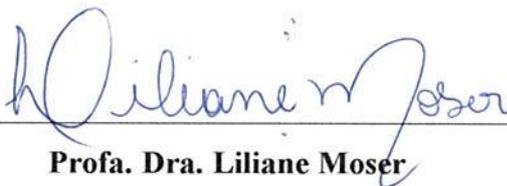


Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro

Professora do Departamento de Serviço Social e líder do MOSCOPSS

Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora

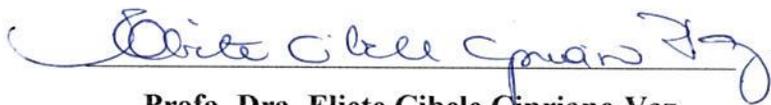


Profa. Dra. Liliame Moser

Professora e Coordenadora da Pesquisa do Departamento de Serviço Social

Universidade Federal de Santa Catarina

Examinadora



Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz

Professora e Coordenadora da Extensão do Departamento de Serviço Social

Universidade Federal de Santa Catarina

Examinadora

Florianópolis, 10 de dezembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Família por me abençoar na despedida de casa e saída da cidade natal Joinville, a fim de seguir em frente na caminhada universitária e profissional.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelas oportunidades de crescimento e entrosamento com os demais cursos, com universidades nacionais e internacionais.

Ao Departamento de Serviço Social pelas boas-vindas na turma 2007.2 e pelo grande acréscimo de conhecimento oferecido no decorrer dos anos.

À Universidade Federal de Alagoas (UFAL) pela experiência de mobilidade acadêmica em 2009, e à Clínica de Nefrologia de Maceió (CENEFROM), pela possibilidade de contato profissional na área da saúde.

À oportunidade de participar como bolsista no processo de Reforma Curricular da UFSC em 2009.

Ao Grupo de Pesquisa e Extensão “Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social” (MOSCOPSS) pelo envolvimento no âmbito da pesquisa e extensão como bolsista desde 2010.

À Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) pela experiência do estágio obrigatório na área da política de habitação e saneamento ambiental em 2011.

À Universidade de Stuttgart da Alemanha pelo intercâmbio na área das Ciências Sociais e Ciências Políticas em 2012.

À Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro pelas orientações, inclusive no trabalho de conclusão de curso.

E às Amigas pelas incessantes e produtivas conversas.

Reconheço o merecimento dessas experiências e reconheço o quanto elas enriqueceram meu processo de formação como Assistente Social.

A todos, muito obrigada.

LER DEVIA SER PROIBIDO

Pensando a respeito, ler devia ser proibido...

Nada contra quem lê...

Há certas coisas que não se duvida e ler não é nada bom.

A leitura nos torna incapazes de suportar a realidade.

A leitura tira o homem de sua vida pacata e o transporta a lugares nada convencionais.

Para as crianças o perigo é ainda maior, elas podem crescer inconformadas com os problemas do mundo e podem até querer mudá-los...

E tem outra coisa, ler pode estimular a criatividade.

E você não quer ver uma criancinha bancando o geniozinho por aí, quer?

Além disso, a leitura pode tornar o homem mais consciente e ia ser uma confusão se todo mundo resolvesse exigir por aí o que merece.

Nada de divagar pelos caminhos da imaginação simplesmente porque leu um bom livro.

Há gente que diz que ler engrandece, mas eu não conheço um caso sequer.

Quer um conselho? Silêncio!

Ler só serve aos sonhadores e sua vida não é brincadeira.

Cuidado! Ler pode tornar as pessoas perigosamente mais humanas.

Ler devia ser proibido!

(www.youtube.com/user/debytoniolo em 23/06/2007)

RESUMO

SCHUELTER, Bárbara. *A pesquisa e a extensão na formação acadêmico-profissional em Serviço Social: um relato de experiência junto ao Grupo de Pesquisa e Extensão MOSCOPSS*. Florianópolis, 2012, 144f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2012.

A função do processo da formação acadêmica está diretamente atrelada ao ato de despertar, incentivar e direcionar o futuro profissional para a investigação e a intervenção social, visto que a realidade na qual está inserido o graduando encontra-se em constante evolução e transformação. Notadamente, apesar de essa preocupação aumentar nas principais teorias acerca do ensino superior, grande parte das universidades não proporciona aos discentes os meios necessários a fim de assegurar uma qualificação que os leve à construção de respostas às demandas atuais. O presente trabalho consiste em apontar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, em particular no que se refere às atividades de pesquisa e extensão. É por meio dessa indissociável articulação que se efetiva o objetivo primordial da universidade de produzir conhecimento e torná-lo acessível, ficando ao encargo dos departamentos de curso seu desenvolvimento. O objetivo principal deste estudo é o de defender as atividades da pesquisa e extensão enquanto intrínsecos no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, apesar de sua não obrigatoriedade para a obtenção de grau superior nas universidades. No Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisa e a extensão são efetivadas por meio de Grupos de Pesquisa, pelos quais se possibilita a participação acadêmica nesses âmbitos. Frente a isso, o relato de experiência acadêmica vivenciada junto ao Grupo de Pesquisa e Extensão MOSCOPSS traz elementos-chave, os quais apontam para a necessária participação dos acadêmicos nesse processo indissociável entre ensino, pesquisa e extensão pela relevância teórica, técnica, política e plural que reflete no processo de aprendizagem na formação acadêmico-profissional.

Palavras-chave: Formação acadêmico-profissional. Indissociabilidade. Serviço Social.

ABSTRACT

SCHUELTER, Barbara. *The research and community activity in the academic-professional formation in social work: an experience report with the Group for Research and Extent MOSCOPSS*. Florianópolis, 2012, 144f. Final Bachelor Work in Social Work. Federal University of Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2012.

The role of the academic process is directly linked to the act of awakening, encourage and direction on the professional future for research and social intervention, since the reality in which is entered the academic is in constant evolution and transformation. Notably, this preoccupation is growing up in theories of higher education. Most universities do not provide students with the necessary qualification and prepare them for new responses. This work is comprised of the importance of the inseparability of education, research and community activity in the process of academic and professional formation in social work, in particular at research and community activity. It is through this inseparable structure that becomes effective the primary goal of the university to produce knowledge and make it accessible, which the responsibility of their development is from departments. The main objective of this study is to defend the activities of research and community activity as intrinsic in the process of academic and professional formation in social work, although is it not required to obtain a higher grade in universities. In the Department of Social Work of Federal University of Santa Catarina, research and community activity are carry through Research Groups, which allows academic participation in these areas. Faced with this, the experienced academic experience report with the Research Group MOSCOPSS brings key elements, which comprise the necessary participation of academics in this process inseparable from education, research and community activity by theoretical, technical, political and plural relevance that reflect on the learning process in academic- professional formation.

Keywords: Academic-professional formation. Inseparability. Social Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integração ensino – pesquisa - extensão.....	16
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programação Seminários Internos MOSCOPSS de 2009.....	32
Quadro 2 - Levantamento de dados da Grande Florianópolis 2010.....	39
Quadro 3 – Levantamento da produção teórica pós-graduação UFSC.....	42
Quadro 4 - Agenda das Atividades MOSCOPSS/NUSSERGE 2010.....	43
Quadro 5 - Agenda das Atividades MOSCOPSS/NUSSERGE 2011.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- CBAS Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CLHIS Conselho Local de Habitação em Interesse Social
- CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DSS Departamento do Serviço Social
- ENPESS Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- HBB Programa Habitar Brasil BID
- IES Instituições de Ensino Superior
- LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC Ministério da Educação
- MOSCOPSS Grupo de Pesquisa e Extensão Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social
- NEMOS Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais
- NESPP Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
- NUSSERGE Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero
- PROEX Pró-reitoria de Extensão
- SIRAEEx Sistema de Registro de Ações de Extensão
- SMHSA Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
- TCC Trabalho de Conclusão de Curso
- UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O EFETIVO LUGAR DA PESQUISA E DA EXTENSÃO, A PARTIR DO PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE, NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	14
2.1 PESQUISA E EXTENSÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL.....	17
2.2 PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	23
3 A PESQUISA E A EXTENSÃO VIVENCIADAS JUNTO AO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO DENOMINADO MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS, POLÍTICAS SOCIAIS SETORIAIS E SERVIÇO SOCIAL (MOSCOPSS)	31
3.1 PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AO LONGO DO ANO DE 2010 E 2011	35
3.2 PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE PESQUISA	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	77

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* é o princípio que rege as universidades para que possam cumprir com o objetivo primordial de produzir conhecimento e torná-lo acessível por meio dos serviços prestados, como no caso da graduação, a qual tem como finalidade a formação acadêmico-profissional.

Conforme Severino (2006, p.69), além da apropriação e do domínio de conhecimentos e de habilitações técnico-científicas, a formação acadêmica deve perseguir também o objetivo da formação política do estudante, marcada pelo esclarecimento das relações de classe e de poder, as quais perpassam as relações entre os indivíduos.

Nesse sentido, é papel do processo de formação despertar, incentivar, direcionar o futuro profissional para a investigação e a intervenção social, voltando-se para a construção do conhecimento. Trata-se do desenvolvimento da dimensão ética para além de uma qualificação puramente técnica, sendo também política, expressando a preocupação com as condições histórico-sociais da existência humana (SEVERINO, 2006, p.69).

O processo de formação acadêmico-profissional articulado entre *ensino, pesquisa e extensão* fica, entretanto, sob responsabilidade do corpo docente para a qualificação do conhecimento a ser transmitido aos acadêmicos em sua formação no âmbito do ensino.

Nesse sentido, o trabalho problematiza o impacto que se materializa durante a formação acadêmico-profissional pela participação também do corpo discente nas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão.

Face ao requisito mínimo de cumprimento das atividades de ensino para a obtenção do grau superior, as atividades de pesquisa e extensão conquistam pouca relevância de participação acadêmica para que se desenvolva e qualifique a formação acadêmico-profissional em Serviço Social de forma indissociável.

O presente trabalho objetiva assim debater a pesquisa e a extensão no processo de formação acadêmico-profissional. Para tanto, torna-se necessário identificar e contextualizar a política de formação profissional em Serviço Social, bem como explicitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão indispensáveis no curso, destacando os itens da pesquisa e extensão enquanto intrínsecos no processo de formação.

As referências bibliográficas utilizadas para fundamentar esse debate foram, em destaque, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), Assis e Bonifácio (2011), Botomé (1996) e Neto (1992).

O trabalho descreve, através do relato de experiência, o protagonismo acadêmico vivenciado nas atividades de pesquisa e extensão junto ao Grupo de Pesquisa e Extensão “Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social” (MOSCOPSS).

O MOSCOPSS dispõe nesse trabalho os documentos produzidos e sistematizados pelas atividades de pesquisa e extensão, que houveram protagonismo da participação acadêmica desde o segundo semestre de 2009 ao segundo semestre de 2011.

Logo, o trabalho se estrutura em duas seções:

Na primeira seção, preocupa-se com a visão geral do tema. Identifica-se e contextualiza-se a política de formação acadêmico-profissional em geral e no Serviço Social, refletindo sobre o efetivo cumprimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Na segunda seção, descreve-se o protagonismo da participação acadêmica como bolsista nas atividades de pesquisa e extensão, desenvolvidas pelo MOSCOPSS. Nela, realiza-se uma reflexão acerca da *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* como possibilidade de efetivamente garantir a formação acadêmica com uma competência teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e crítica.

O trabalho fecha para a compreensão da necessária importância do estabelecimento de uma política de departamento que contemple a presença discente nas atividades de pesquisa e extensão como algo para além do episódico.

2 O EFETIVO LUGAR DA PESQUISA E DA EXTENSÃO, A PARTIR DO PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE, NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Compreende-se que a educação superior tem por finalidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, nos artigos 43 a 57: 1) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento científico e reflexivo; 2) formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserirem no mercado de trabalho; 3) *incentivar a pesquisa e a iniciação científica*, bem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a difusão da cultura; 4) suscitar o desejo de aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente; 5) propiciar o conhecimento, seja ele em âmbito global, nacional e regional, estabelecendo com a comunidade uma relação de reciprocidade; e 6) *promover a extensão*, aberta à participação de todos.

As Unidades responsáveis para a efetivação desses princípios e execução da formação na educação superior são as Instituições de Ensino Superior (IES), destacando dentre elas, as Universidades.

As Universidades, por serem instituições da educação, têm como finalidade a busca do saber e do conhecimento. Constituem-se em local privilegiado pela “[...] transmissão do saber já consagrado, criadora de novos saberes, além de ser uma instituição investigadora, com estímulo à curiosidade, à ousadia e à iniciativa” (ASSIS, BONIFÁCIO, 2011, p. 38).

O “conhecimento” é o objeto de trabalho das Universidades e com ele amplia-se o olhar e estimula-se o gosto em ambicionar cada vez mais o “saber”.

Nelas, encontra-se uma constante atualização intelectual com a proposta de produção de conhecimento e intervenção do saber sistematizado. É onde o velho e o novo estão presentes, em debate, em construção crítica, em sistematização, em divulgação e em interlocução junto à sociedade.

Essa articulação entre o saber, o conhecimento e a sociedade é um princípio garantido na Constituição Federal de 1988, contido no art. 207, que dispõe *da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão*: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.35, grifo nosso).

É por meio dos significados e execuções dessas atividades que se alcança o objetivo das Universidades, o qual segundo assevera Wanderley (1998, p.14), não é o ensino, a pesquisa e a extensão; embora estes se constituam como atividades fundamentais para atingir os objetivos da Universidade, que são “os de produzir conhecimento e divulgá-lo, tornando-o acessível a todos, bem como de formar agentes capazes de manter vivo esse processo, quer como pesquisadores, quer como profissionais”.

As Universidades oferecem, dentre outras modalidades, os cursos de graduação e de pós-graduação. Os Cursos de Graduação, aqui em destaque, apresentam como finalidade proporcionar a formação profissional de nível superior.

A formação acadêmico-profissional tem como objetivo a preparação e a capacitação de futuros profissionais a fim de exercerem uma atividade de trabalho fundamentada em conhecimentos e habilidades específicas (FONSECA, 2010).

Tal formação fortalece os acadêmicos e os prepara para lidar com o mundo de trabalho e efetuar o trabalho necessário.

Através do contato com teorias e práticas que se pressupõem no processo de formação é que se propicia o desenvolvimento das bases para que os profissionais investiguem e questionem a realidade na qual estão inseridos, bem como, a sua própria atividade, extraindo desse processo as respostas profissionais necessárias (ALMEIDA, 2006).

Para isso, a formação articulada entre *ensino, pesquisa e extensão*, segundo Assis e Bonifácio (2011), garante maior eficácia na assimilação do conhecimento por meio das aulas ministradas no âmbito do ensino, no embasamento teórico que proporciona a pesquisa científica e a participação em projetos de extensão, que deixa contato direto com a comunidade.

Na UFSC, a responsabilidade efetiva da constante articulação entre *ensino, pesquisa e extensão* fica a cargo dos Departamentos de Curso, como estabelecido no art. 6, 2.º§ do Estatuto da UFSC (2011, p.9): “O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, envolvidos em cada curso ou projeto, desenvolver-se-ão sob a responsabilidade dos Departamentos de um mesmo ou de diferentes Centros, responsáveis pelos respectivos campos de estudos”.

Segundo Botomé (1996), os departamentos são a base de organização das Universidades, pois são neles que se reúnem os professores responsáveis pelo processo de formação profissional.

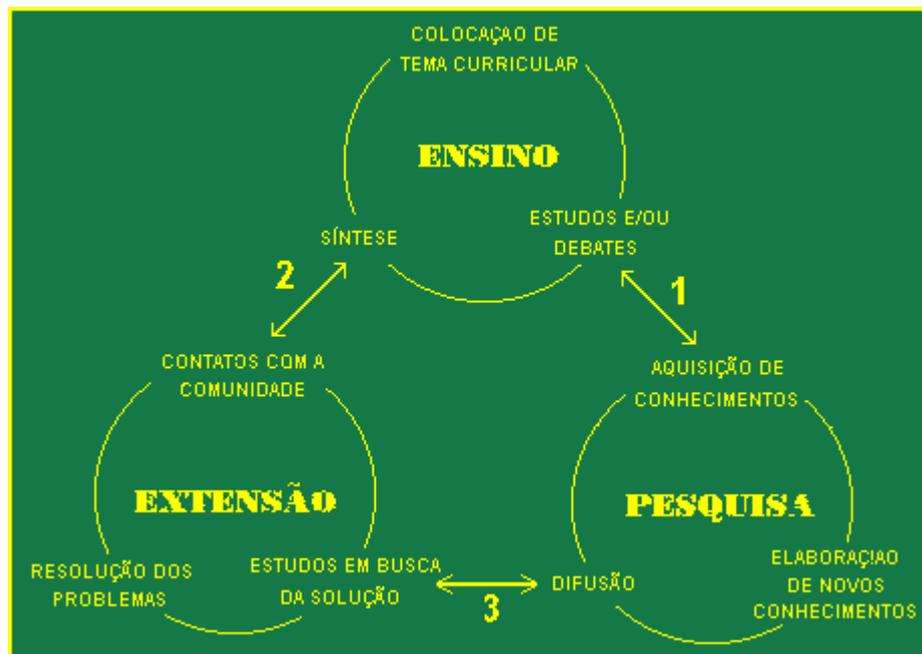
Também são nos departamentos que os professores se aglutinam em núcleos de pesquisa e procuram gerar o conhecimento em áreas que são desenvolvidas nas Universidades e definidas nos departamentos (BOTOMÉ, 1996).

Notadamente, quando as atribuições específicas dos departamentos em relação à produção de conhecimentos e ao acesso a esse conhecimento (pesquisa e extensão) estão bem definidas, é possível obter avanços no processo de formação acadêmica.

Ainda conforme Botomé (1996, p.186): “[...] é competência do departamento desenvolver essas funções das formas mais variadas possíveis e aperfeiçoá-las constantemente”.

Para ilustrar a responsabilidade dos departamentos na *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, apresenta-se a **Figura 1**, criada por Mesquita Filho (1997).

Figura 1 - Integração ensino – pesquisa - extensão



Fonte: Mesquita Filho (1997, [s/p.])

Analisando a **Figura 1** verifica-se, segundo informações de Mesquita Filho (1997, [s/p]), que cada eixo existe por si só, sendo que todos “[...] são autônomos e independentes, conquanto interligados, e, portanto, indissociados em virtude, única e exclusivamente, de estarem inseridos num contexto intimamente relacionado ao objetivo primordial da universidade” em produzir conhecimento e torná-lo acessível.

Esses elementos são indispensáveis ao desenvolvimento do corpo docente, a fim de qualificar a formação acadêmica que remete diretamente aos discentes por meio do ensino.

Compreende-se que os acadêmicos, por sua vez, não precisam estar vinculados às atividades de pesquisa e extensão para que se efetive uma formação profissional com

qualidade, já que o ensino constitui-se como o mínimo necessário para a obtenção do grau em nível superior.

Já que a participação dos discentes em atividades de pesquisa e de extensão junto aos professores não é obrigatória, há de se questionar se a presença dos acadêmicos nesses espaços teria um impacto qualitativo durante o processo de formação acadêmico-profissional.

2.1 PESQUISA E EXTENSÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL

Compreende-se que as atividades de pesquisa e extensão deveriam ser constitutivas no processo de formação dos discentes nas Universidades, uma vez que é por intermédio dessas instituições - para além da memorização de conhecimentos - que os acadêmicos efetivamente potencializam a capacidade de investigar e questionar a realidade na qual se encontram submersos. Todo esse potencial norteará as respostas desses futuros profissionais, visto que terão sido fundamentadas dentro de um processo contínuo de conhecimento e diálogo com a realidade.

Para fundamentar esse posicionamento é necessário aprofundar as funções e significados de cada atividade ilustrada na **Figura 1**.

No que se refere ao *ensino*, este significa o acesso dos acadêmicos ao conhecimento. Segundo Wanderley (1998, p.14):

[...] o ensino tem a função de estimular o conhecimento dos problemas do mundo, especialmente nacionais e regionais, capacitando pesquisadores profissionais para que estejam aptos a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela relação de reciprocidade.

Ainda segundo assevera Dias Sobrinho (2000), além das habilidades técnicas, o ensino gera possibilidades de novas formas de compreensão da realidade e de renovadas maneiras de interação com as pessoas e o mundo. Ele ultrapassa as noções do senso comum e reconstrói significações.

Em sala de aula, as atividades de ensino são constituídas pelo contato com novos saberes, ideias e compreensões acerca do mundo. Por intermédio de cada uma das disciplinas ministradas, os acadêmicos são instigados a investir em novas buscas, descobertas e questionamentos.

Botomé (1996) aponta o ensino como a função básica da universidade, *caracterizando-o como uma etapa de memorização do conhecimento*.

Quanto à *pesquisa*, caracteriza-se como sendo a produção de conhecimentos que sobrepõem a simples memorização de conteúdos e informações teóricas.

Dentro das Diretrizes e Bases da Educação, estabelecidas pela Lei 9.394/1996, a pesquisa é enfatizada como um meio de incentivo ao desenvolvimento da ciência e da criação, bem como da difusão da cultura. Partindo desses pressupostos pode-se vislumbrar a pesquisa como um modo de desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

A partir do momento em que se enxerga e compreende-se a universidade como um espaço de descoberta e criação, não há como deixar de associá-la à pesquisa.

Assim sendo: “Pesquisar, assim, é sempre produzir conhecimento do outro para si e de si para o outro. Pesquisar coincide com a vontade de viver, de mudar, de transformar, de recomeçar” (ASSIS; BONIFÁCIO, 2011, p. 40).

Além disso, a pesquisa a serviço do meio em que vive o homem e ao desenvolvimento da ciência e da cultura abrange, por consequência, um valor institucional. Conforme Botomé (1996), este processo da pesquisa funcionar como meio de inovação a serviço do homem, sendo as universidades o local privilegiado para a produção própria de conhecimentos, torna-se clara a questão da identidade institucional durante o desenvolvimento das atividades.

Em contrapartida, toda vez que a atividade de pesquisa consistir apenas no repasse ou mera reprodução de conhecimentos - algo ainda comum nos tempos atuais - a identidade e o significado das funções dessa atividade acabam sendo fragilizadas. Assim, a tarefa importante está em propiciar a descoberta do conhecimento, e não delimitá-la (BOTOMÉ, 1996).

Notadamente, a pesquisa facilita a releitura do que é transmitido durante o ensino, visto que possibilita a produção constante de conhecimentos em diálogo com a realidade, acrescentando aos acadêmicos uma formação agregada a uma postura investigativa permanente.

Conforme Assis e Bonifácio (2011, p. 44): “[...] a prática da pesquisa como promotora de conhecimento científico deve ser encarada como uma forma de propiciar ao aluno um conhecimento construído por ele mesmo”. Isso expressa como a pesquisa permite atravessar a fronteira do ensino na formulação de respostas profissionais.

Conforme o art. 86 do Regimento Geral da UFSC (2011), a pesquisa deverá articular-se com o ensino, objetivando o cultivo da atividade científica. O Regimento reza ainda que os projetos de pesquisa tomarão, quando possível, como ponto de partida, os dados das

realidades local e nacional, sem, contudo, perder de vista, em contexto mais amplo e universal, as novas descobertas e suas interpretações.

Há de apontar ainda as menções da Resolução Normativa n. 9/CUN/ 2006 ([s/p], grifo nosso) sobre as Atividades de Pesquisa da UFSC:

Art. 1º - *A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica.*

Art. 2º § 1º - *A pesquisa básica é o estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter em vista o seu uso ou a sua aplicação imediata.* § 2º - *A pesquisa aplicada é realizada para determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar certo objetivo específico e predeterminado.*

Art. 3º - *São consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo de adquirir e produzir conhecimentos.*

Art. 4º - *As atividades de pesquisa serão desenvolvidas na Universidade, no âmbito dos Departamentos de Ensino ou equivalente e dos Órgãos Suplementares, ou fora dela.*

Art. 11 - *As atividades de pesquisa serão desenvolvidas na forma de projetos.*

Art. 13 - *O projeto de pesquisa será coordenado por servidor docente ou técnico administrativo em efetivo exercício na Universidade.*

Art. 14 - *Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa a organização de um sistema de registro, informação e divulgação dos projetos de pesquisa da Universidade.*

Art. 15 - *A proposição dos projetos de pesquisa, observadas as suas peculiaridades, será efetuada mediante o preenchimento do “Formulário de Pesquisa”, que deverá explicitar os recursos humanos previstos para a sua execução, informando: I – o nome e a carga horária total no projeto de cada servidor docente e técnico administrativo; II – o nome e a carga horária total de outros participantes.*

Art. 18 - *O projeto de pesquisa deverá ser aprovado, antes de iniciada a sua execução, pelos Colegiados dos Departamentos de Ensino ou equivalente ou dos Órgãos Suplementares envolvidos.*

Art. 24 - *O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa, inclusive da produção científica, são da competência e responsabilidade dos Departamentos de Ensino ou equivalente ou dos Órgãos Suplementares envolvidos na sua análise e aprovação.*

Art. 27 - *Poderão participar das atividades de pesquisa na Universidade, na condição de pesquisadores, os: I – servidores docentes e técnico-administrativos integrantes do Quadro de Pessoal da Universidade; II – alunos regularmente matriculados em cursos do ensino médio, de graduação e de pós-graduação; III – professores da carreira de magistério de outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, vinculados ao Programa de Participação de Bolsistas de Instituições de Fomento e de Docentes de outras Instituições de Ensino conveniadas; IV – bolsistas de instituições de fomento à pesquisa, nacionais ou estrangeiras, vinculados ao Programa de Participação de Bolsistas de Instituições de Fomento e de Docentes de outras Instituições de Ensino conveniadas; V – pesquisadores vinculados a programas de estágio pós-doutoral, sem a percepção de bolsa de agência de fomento; VI – pesquisadores vinculados ao Programa de Serviço Voluntário da Universidade; VII – pesquisadores de empresas conveniadas.*

Art. 28 - Os pesquisadores poderão associar-se em Grupos de Pesquisa para realizar atividades de pesquisa.

Art. 29 - O Grupo de Pesquisa será formado a partir da união de pesquisadores sobre um tema de interesse comum em torno de uma ou mais linhas de pesquisa.

Pode-se, pois afirmar que, conforme a legislação universitária, há espaço para a participação de acadêmicos em projetos de pesquisa e, conseqüentemente, na produção de conhecimento. Verifica-se, no entanto, que não é uma exigência da UFSC, tratando-se simplesmente de uma relação pontual.

A atividade de *extensão*, por sua vez, apresenta nas universidades uma função retroalimentadora do ensino e da pesquisa, como também de aproximação com a realidade social e de socialização do conhecimento.

Conforme a FORPROEX (2006), extensão significa o ato de democratizar o conhecimento acadêmico; a instrumentalização do processo dialético entre teoria e prática; a promoção do saber interdisciplinar; a participação efetiva da comunidade; a visão integrada do social e a relação transformadora com as demais instâncias sociais.

É possível afirmar que a extensão proporciona o acesso ao conhecimento produzido durante o processo da pesquisa.

O processo de aprendizagem passa a ter um novo significado, já que os “[...] princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer” (JEZINE, 2004, [s/p]).

Isso significa que a extensão - por meio de observações próprias, de atitudes reflexivas e questionadoras - procura/investiga os fundamentos nas atividades do ensino e da pesquisa para a compreensão da realidade.

Convém destacar que as atividades de extensão se realizam por meio de eventos, seminários, oficinas, entre outros. Tais eventos favorecem o contato e o aprendizado com profissionais da área de atuação, possibilitando aos acadêmicos a vivência de experiências significativas que lhes proporcionam condições de refletir acerca de grandes questões atuais. Contribui ainda no sentido de permitir a aplicação de conhecimentos a serem testados e/ou postos em confronto com a realidade.

Tais atividades definem nas universidades uma importante expressão no contexto de inserção social. Por isso, Botomé (1996) considera a compreensão da universidade como uma instituição que tem por finalidade a extensão do ensino e da pesquisa, a fim de não ser confundida com uma mera prestadora de serviços, inerente a outras instituições sociais, perdendo de vista a responsabilidade típica, que lhe é própria.

Segundo Botomé (1996), o entendimento da extensão como uma oportunidade de prestação de serviços sociais é o equívoco da extensão, pois as ações de extensão podem ser confundidas com papéis de outras instituições sociais. Tal entendimento coloca em risco a prestação de serviço peculiar da universidade, que é a de socializar e tornar acessível o conhecimento produzido a todos os cidadãos.

Isso prejudica também a proposta da extensão de crescimento e ampliação de sua atuação com a sociedade, o que retroalimenta as atividades de ensino e de pesquisa.

Conforme a Resolução Normativa n. 03/CUn/09 ([s/p], grifo nosso) - que regulamenta as Ações de Extensão na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - tem-se:

Art. 1.º - A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, *articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável*, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Art. 2.º - As ações de extensão universitária têm os seguintes objetivos específicos: I - otimizar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da Instituição; II – propiciar mecanismos para que as pessoas e as instituições utilizem o conhecimento existente na realização de suas atividades; III – estimular a troca de saberes entre a Universidade e a sociedade; IV – avaliar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento da sociedade; V – *facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da sociedade*; VI – preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.

Art. 6.º - São consideradas ações de extensão universitária os seguintes tipos de atividades: I – coordenação ou participação em projetos de extensão; II – organização ou participação em eventos técnico-científicos, culturais, artísticos, esportivos e outros que tenham como finalidade criar condições para que a sociedade tenha possibilidade de deles usufruir; III – prestação de serviços à sociedade mediante atendimento direto ou indireto, tais como assessorias, consultorias e perícias. IV – coordenação, ministração ou participação em cursos de atualização científica, cultural, artística, esportivo e outros que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento, realizada de forma presencial, semipresencial ou a distância; V – organização, edição, revisão ou apresentação de resultados decorrentes das ações empreendidas para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica; VI – participação em bancas de concurso ou de formação acadêmica; VII – revisão de artigos e livros.

Art. 7.º - As ações de extensão podem ser propostas como: I – projeto de extensão - constitui um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, que envolve docentes, pesquisadores, *discentes (bolsistas)* e servidores técnico-administrativos, as quais compõem uma das linhas de atuação de determinado departamento acadêmico junto à sociedade. II – outras ações de extensão descritas nos incisos II a VII do art. 6.º - exercidas em conjunto ou isoladamente, com outras instituições, órgãos ou entidades públicas ou privadas. § 1.º As ações de extensão poderão originar-se de solicitação da sociedade, de quaisquer órgãos da Universidade ou ser de iniciativa própria dos departamentos de ensino ou órgãos suplementares competentes. § 2.º *As ações de extensão devem ser realizadas prioritariamente com o envolvimento de alunos de graduação e de pós-graduação.*

Art. 9.º - Todas as ações de extensão deverão ser registradas no Sistema de Registro de Ações de Extensão (SIRAEEx) e aprovadas pelo colegiado do departamento de ensino ou equivalente ou pela autoridade responsável junto aos órgãos administrativos da Universidade.

Art. 14. - A proposta de realização de ação de extensão deve contemplar: I – a relevância acadêmica e social da atividade; II – a composição de custos de responsabilidade do parceiro externo, se houver; III – a indicação do coordenador e dos demais envolvidos; IV – o tempo a ser dedicado à atividade por todos os envolvidos.

Art. 24. - A apreciação do relatório final do projeto de extensão será efetuada tendo em conta a proposta inicial apresentada pelo coordenador e a sua coerência com as pretensões esboçadas quando da sua aprovação, observados especialmente: I – os ganhos acadêmicos para a área específica dos docentes envolvidos; II – *o envolvimento de alunos ou demais participantes na realização das atividades que o integram*; III – a produção científica dos docentes envolvidos, se pertinente; IV – a frequência de realização das atividades previstas e o mérito destas.

Art. 29. - São considerados eventos de extensão as atividades realizadas no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de *produzir, sistematizar e divulgar* conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação pelo colegiado do departamento de ensino ou equivalente.

Art. 32. - A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, cultural, tecnológico, artístico ou esportivo, devendo ser considerada como um trabalho que produza conhecimentos visando à transformação social.

Assim, é por meio das ações de extensão que são expostas as dificuldades nem sempre previstas nos conteúdos disciplinares. Percebe-se que a extensão na UFSC facilita os acadêmicos a vivenciarem o fazer, o criar e o construir, ultrapassando o conhecimento técnico-científico.

Tal como a pesquisa, entretanto, a extensão não é uma política inclusiva no processo de formação acadêmico-profissional, e como já visto, cabe aos Departamentos articular, a partir de um projeto pedagógico, a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, considerando também a participação discente, a fim de que suceda um processo de integração daquilo que ocorre para além da sala de aula e que possibilita o enriquecimento no processo de formação acadêmico-profissional.

A participação efetiva nas atividades de pesquisa e extensão confere aos acadêmicos a liberdade de aprender, pesquisar e participar de projetos voltados à comunidade. Além disso, dependem da disposição, do interesse e das condições que perpassam o processo de formação dos acadêmicos. (ASSIS; BONIFÁCIO, 2011).

Sabe-se que as desigualdades sociais se fazem presentes também na vida dos acadêmicos e que acabam restringindo o acesso destes às atividades oferecidas pelas

universidades, para além do ensino. Isso ocorre em função da disponibilidade de tempo exigida para a realização dos projetos de pesquisa e extensão, dos valores de financiamento das bolsas, além da não obrigatoriedade de participação.

Tais limites permeiam o corpo discente, embora se constate que a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* expanda as possibilidades e a qualidade de formação dos acadêmicos.

Tendo em vista a política de formação profissional, apontada para a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, bem como o significado e as funções de cada atividade de modo geral, torna-se necessário demarcar esse processo na formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

2.2 PESQUISA E EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Em se tratando da política de formação profissional na área de Serviço Social, destaca-se a importância da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cuja finalidade, entre outras, reside no fato de propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social.

O Estatuto da ABEPSS (2008,[s/p]) dispõe que:

Art. 1º - A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, com sede e foro jurídico e administrativo em Brasília/DF, é uma entidade civil, de natureza acadêmico-científica de âmbito nacional, de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. Parágrafo Único: A ABEPSS foi fundada sob a denominação de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS, em 10.10.1946, recebendo sua atual denominação, por deliberação da Assembléia Geral realizada no dia 10.12.1998.

Art. 2º - A ABEPSS tem como finalidades: I - *propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação*; VIII - acompanhar o processo de autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação; XIII - manter atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social nos órgãos de fomento à pesquisa adequando-as aos eixos temáticos de orientação acadêmico-científica definidos no âmbito da ABEPSS; XIV - representar e defender os interesses da área de Serviço Social, nas agências de fomento no que se refere ao *ensino, pesquisa e extensão*.

A ABEPSS desenvolve gestões junto ao Ministério da Educação (MEC) no que diz respeito à política de formação profissional em Serviço Social. O MEC, por sua vez, possui a função de regulação, avaliação e supervisão das Instituições universitárias de Educação Superior.

No ano de 2002, foi aprovado pelo MEC as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, baseado na Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Serviço Social, definido em uma Assembleia Extraordinária da ABEPSS, de 08 de novembro de 1996, as quais apresentam os princípios e as diretrizes para o desenvolvimento da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

De acordo com Koike (2009) - ao fazer uma análise dessas Diretrizes - afirma que possuem uma direção intelectual e ideopolítica, pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade, rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social.

A interdisciplinaridade e a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* também é apontada por Koike (2009), como um dos supostos passíveis de objetivação do princípio normativo transversal ao desdobramento curricular.

Os princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, conforme a ABEPSS (1996, [s/p], grifo nosso), são:

Flexibilidade de organização de currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;

Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social;

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;

Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com um máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;

Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias

tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
 Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
 Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Destaca-se entre os princípios formativos *a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, apontado como um princípio a ser efetivado no processo de desenvolvimento curricular e proposto em projeto pedagógico do curso.

Segundo Castro e Felix (2010, [s/p]):

[...] a base da formação profissional se assenta numa estrutura curricular voltada para as práticas de investigação e intervenção nas expressões da questão social, por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ensino, pesquisa e extensão também são entendidos como construção, reconstrução e socialização dos conhecimentos e requerem uma atuação que perpassa por todo o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

No que se refere ao *ensino*, para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, o mesmo é direcionado e construído pela formação curricular, a qual implica nas capacitações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, a fim de nortear as atribuições específicas dos Assistentes Sociais na intervenção profissional.

De acordo com Cardoso (1998, p. 30), o objetivo do currículo é:

[...] possibilitar ao Assistente Social a apreensão crítica do processo histórico da sociedade brasileira como totalidade, a apreensão do significado social da profissão e das suas demandas consolidadas emergentes, e o cumprimento da legislação em vigor, no exercício profissional.

O ensino subsidia aos acadêmicos a análise da realidade social, com a proposta de compreender, a grosso modo, a lógica do sistema capitalista e suas contradições, as relações entre capital e trabalho, as desigualdades sociais, os movimentos sociais e as políticas sociais de forma geral.

Trabalha-se também naquilo que é específico dentro do trabalho do Assistente Social, pois somente com “[...] base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer*” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.67,68, grifo do autor).

O ensino possibilita aos acadêmicos a aquisição de um conjunto de técnicas e habilidades e a constituição de uma postura investigativa para a construção de respostas no exercício profissional. Tal postura investigativa é relacionada no ensino com valores como de

atuação propositiva e criativa, o que é aprofundado na área da pesquisa. Há que se destacar que a atitude investigativa é a parte constitutiva da pesquisa, mas não é a pesquisa em si.

O procedimento da investigação na *pesquisa* em Serviço Social, segundo Neto (1992), significa desenvolver a atitude crítica, reinstalar o confronto teórico, articular as visões de totalidade, particularidade e singularidade dos processos sociais e ampliar as possibilidades de análise do objeto da intervenção.

A inserção da investigação na formação profissional (NETO, 1992) admite a unidade entre o conhecimento e a prática, forma profissionais críticos e com espírito investigativo (sem separação de profissionais da prática e da pesquisa), instigando o reconhecimento de assistentes sociais como formuladores de novos conhecimentos.

Já Battini (1994, p.144) defende que para manter a unidade entre teoria e prática constantemente viva, “[...] a exigência que se coloca é a da atitude investigativa na direção da permanente busca do novo pela reconstrução de categorias teórico-metodológicas de leitura e intervenção da realidade social”.

Battini (1994) convoca ainda os profissionais e os futuros Assistentes Sociais a uma mudança de intervenção, aderindo à atitude investigativa na intervenção profissional cotidiana, a fim de superar velhos imediatismos e criar mais possibilidades de ação.

Para Guerra (2009), considera-se pesquisa uma mediação entre conhecimento e realidade na perspectiva de investigar e interpretar o desconhecido, para além do imediato e aparente, obtendo resultados sempre provisórios, parciais e históricos.

Conforme Setubal (2007), a pesquisa estimula a pensar sobre o Serviço Social, trazendo clareza ao projeto ético-político e à identidade profissional. Por meio da atividade de pesquisa se trabalha o exercício de fundamentação teórica, a fim de realizar análises de situações concretas específicas do Serviço Social.

Nesse sentido, a pesquisa em Serviço Social é avaliada como constante, na medida em que o mundo está em permanente mutação e que a partir da compreensão da realidade, exige-se da profissão a identificação das novas relações sociais, demandas e respostas de intervenção.

Conforme Neto (1992), a pesquisa facilita - no que concerne à obtenção de indicadores sócio-econômicos - os estudos exploratórios, pois estes representam a busca de dados mais sistemáticos.

O levantamento e a sistematização de dados por meio de atividades de pesquisa permitem uma maior visualização e clareza das demandas de trabalho e um caminhar para a produção do conhecimento, bem como traz rigor teórico-metodológico e pluralismo. Para a

realização de pesquisas na área de Ciências Sociais Aplicadas, onde está inserido o Serviço Social, a pesquisa é norteada por procedimentos metodológicos e técnicos. Estes, por sua vez, orientam a pesquisa para a melhor forma de utilização dos dados.

Conforme Baptista e Rodrigues (1992), tendo em vista as diversas linhas de pesquisa, abrem-se espaços teórico-metodológicos diferenciados por meio de núcleos de fomento à pesquisa, com ênfase na transdisciplinaridade e na produção coletiva, a fim de incrementá-las tanto na abordagem qualitativa como quantitativa.

A estratégia central dos Núcleos é a vinculação crescente da produção científica a linhas de pesquisa, procurando atingir uma coerência entre o conteúdo das disciplinas, as propostas de curso, o perfil dos alunos e a demanda da profissão, estabelecendo intercâmbios, além das fronteiras acadêmicas, e vínculos com outras áreas de conhecimento, centros de pesquisa e iniciativas emergentes (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992).

Nesses e em outros elementos da pesquisa é que se busca pensar a aproximação dos acadêmicos no que concerne às atividades de pesquisa em Serviço Social, como forma de qualificar a formação acadêmico-profissional.

De acordo com o Departamento de Serviço Social (DSS) da UFSC (2006, [s/p]), a UFSC garante espaço para a participação dos acadêmicos no que se refere à pesquisa:

Art. 2º - As atividades de pesquisa do DSS são desenvolvidas por professores, pesquisadores, técnicos administrativos e *alunos de graduação* e pós-graduação preferencialmente vinculados a grupos de pesquisa departamentais, interdepartamentais ou interinstitucionais.

Mesmo sendo garantido o espaço de participação, essa proposta se contrapõem com a afirmação de Neto (1992), o qual defende a pesquisa como algo *não opcional* ao vincular-se ao ensino, já que se apresenta como uma dimensão básica e angular na formação e na atuação do profissional de Serviço Social.

A defesa da indissociabilidade das atividades de pesquisa com relação ao ensino se dá pelo efeito da formação dos acadêmicos, os quais vivenciam esse processo no sentido de subsidiar o pensar, atuar e sistematizar o Serviço Social, de contribuir para a produção do conhecimento nas diferentes áreas sociais; além de fortalecer e aprofundar a postura investigativa do discente, proposto nas atividades de ensino.

Entende-se que existe uma forte preocupação no que se refere à relação entre *ensino e pesquisa em Serviço Social* para explicar a unidade teoria-prática e formação profissional, sem articular as ações de extensão. Para o desenvolvimento da unidade percebe-se, no entanto, uma compreensão necessária também do âmbito da extensão, indissociável ao ensino e à pesquisa.

As atividades de *extensão* se constituem como espaços privilegiados de oxigenação do conhecimento acadêmico em Serviço Social.

Tal pressuposto é defendido por Gomes, Martins e Pimentel (2010), os quais afirmam que a oxigenação ocorre por meio da troca de informações, experiências, saberes constituídos pela comunidade local; além de contribuir para a formação profissional qualificada e socialmente comprometida com o enfrentamento da realidade e dos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

É notório, portanto, que por intermédio de projetos de extensão, o Serviço Social vem encontrando espaço de intervenção, desenvolvimento profissional e reflexão, bem como de produção acadêmica de qualidade.

No artigo de Gomes, Martins e Pimentel (2010) apresentam-se algumas atividades realizadas, como:

- Planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações; traçando os procedimentos que serão adotados para a realização das ações, bem como, a participação e as tarefas de cada membro da equipe.
- Mapeamento: trata-se de um caminho para a articulação e o desenvolvimento de atividades que envolvam a comunidade.
- Articulação Institucional
- Organização, apoio e participação em eventos: desenvolvendo cursos e oficinas; eventos, encontros, seminários, mostras, entre outras atividades vinculadas à construção teórica e à produção científica, os quais possam servir de subsídios para a intervenção social.
- Comunicação e mobilização: publicizando as ações do projeto.
- Aprofundamento teórico: realização de estudos que compreendem a leitura de bibliografias específicas, bem como o levantamento das produções acadêmicas acerca do objeto e das legislações vigentes.

Ainda segundo Castro e Felix (2010), as ações de extensão produzem um efeito direto, visto que a produção de conhecimentos é socializada. A dinâmica dos Programas de Extensão “empresta” ao processo de formação uma significação ímpar, na medida em que são espaços inteiramente articulados à realidade social e que favorecem o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos alunos em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento à população e organização de serviços à população.

A extensão via Núcleos é considerada o organismo vivo para a realização da *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*. Seu desenvolvimento e valorização têm sido um desafio dentro do curso de Serviço Social. Esse desafio é real, visto que as Diretrizes da extensão do DSS há anos estão para serem aprovadas pelo Departamento.

A participação dos acadêmicos em projetos de extensão se torna eficaz, visto que a própria compreensão da realidade se constitui como princípio básico do Serviço Social.

Enfim, é a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* que permite a articulação teórico-prática em todo o percurso da formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

De acordo com a ABESS/CEDEPSS (1997), a lógica curricular se inova ao superar a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem por meio de uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade.

Em 1990 ocorreu no departamento de Serviço Social da UFSC, uma discussão sobre o currículo e nela uma possível reestruturação da articulação entre *ensino, pesquisa e extensão*. Na ocasião foi construído um organograma, uma estruturação, oferecendo assim visibilidade a indissociabilidade. Para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão foram criados seus próprios regimentos e núcleos. Logo, a pesquisa e a extensão passaram a contemplar um mecanismo e uma metodologia próprios, a fim de discutir a teoria e a prática do Serviço Social (FREITAS; LISBOA, 2009).

Nesse sentido, há um incentivo para o melhor desenvolvimento da formação acadêmico-profissional por intermédio da participação em grupos de pesquisa. O curso de Serviço Social, principalmente por meio de experiências com os Grupos de Estudos, atividade de Extensão e de Iniciação Científica, vem trabalhando para inserir o aluno em um espaço de reflexão teórico-prático sobre a questão social.

A ideia de incentivo, em vez da aplicação de atividades constitutivas, em se tratando de formação acadêmico-profissional, ainda é o que marca a visão do próprio Serviço Social, seja na UFSC, seja nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ou na própria compreensão de pesquisa e extensão do MEC. Tal posicionamento foge daquela defendida neste trabalho, já que consideram-se as atividades de pesquisa e de extensão essenciais e indispensáveis ao processo de formação acadêmico-profissional.

Como forma de materializar a importância das atividades de pesquisa e extensão durante a formação acadêmico-profissional, será socializada a partir da próxima seção a experiência vivenciada por mim, como acadêmica, junto ao Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social” (MOSCOPSS) no

período compreendido entre o segundo semestre de 2009 ao segundo semestre de 2011, como também o impacto dessa experiência na formação acadêmico-profissional.

3 A PESQUISA E A EXTENSÃO VIVENCIADAS JUNTO AO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO DENOMINADO MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS, POLÍTICAS SOCIAIS SETORIAIS E SERVIÇO SOCIAL (MOSCOPSS)

O grupo de pesquisa e extensão, denominado Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social (MOSCOPSS), tem como objeto de estudo, a pesquisa e a extensão dos “movimentos sociais contemporâneos” e a relação destes com as “políticas sociais setoriais” e o “serviço social”.

A ideia de formação de um novo grupo de pesquisa e extensão no Departamento de Serviço Social da UFSC, contemplando a temática de *movimentos sociais* concretizou-se com o retorno de doutorado da Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro como forma de ampliar o espaço para a discussão do tema, já que nos grupos então existentes no DSS, o tema não possuía relevância central.

Para isso, houve uma desvinculação do Núcleo de estudos e pesquisas ‘Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social’ (NESPP) em 2008, tendo sido criado no segundo semestre deste ano - juntamente com a Profa.Dra. Teresa Kleba Lisboa - o Grupo de Pesquisa e Extensão MOSCOPSS, seguindo as exigências do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e formalidades da UFSC.

O objetivo geral¹ do grupo a partir do tema “movimentos sociais” foi o de *desenvolver estudos e avançar nas reflexões, debates e produção de conhecimentos* de forma a contribuir com os sujeitos, com a profissão, bem como com os processos de democratização perpetrados por esses mesmos sujeitos.

A repercussão dos estudos foi sinalizada em três dimensões/linhas de pesquisa:

- *Movimentos Sociais*: análise sistemática dos movimentos sociais na contemporaneidade;
- *Movimentos Sociais, Formação e Exercício Profissional*: aprofundamento, por meio de processos investigativos, as novas configurações sócio-históricas do exercício profissional junto a movimentos sociais e/ou a formas organizadas da população, produzindo conhecimentos capazes de qualificar a formação profissional, requeridos pelo Serviço Social;

¹ Disponível no diretório de grupo de pesquisa do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043610QY7JT0A>

- *Movimentos Sociais, Políticas Sociais Setoriais (política urbana, habitacional, cultura, raça/etnia, gênero e outras): estudos e pesquisas com vistas a compreender o protagonismo dos movimentos sociais contemporâneos na proposição e/ou elaboração de políticas sociais setoriais, pós-reforma do Estado.*

Esclarece-se ainda que as questões norteadoras das reflexões e pesquisas do MOSCOPSS focalizam-se *no exercício e na formação profissional*, na relação com os movimentos sociais e as políticas sociais setoriais. Apresentam como objetivo central aprofundar, por intermédio dos processos investigativos, as novas configurações sócio-históricas do exercício profissional junto aos movimentos sociais e/ou formas organizadas da população, bem como produzir conhecimentos capazes de qualificar a formação acadêmico-profissional requeridos pelo currículo de Serviço Social.

Para isso, durante o desenvolvimento das atividades, o grupo manteve-se aberto aos professores, acadêmicos, profissionais e a outros Núcleos interessados pela temática, para o desenvolvimento das atividades e na perspectiva de trabalhar com um Serviço Social competente tanto teórico como técnica e politicamente.

Tomando em consideração as inferências anteriores, as atividades de extensão realizadas ao longo do segundo semestre de 2009, denominadas “Seminários Internos”, tiveram como sujeito privilegiado os integrantes do MOSCOPSS² e demais convidados da comunidade, os quais tivessem o objetivo de socializar e debater os temas propostos, conforme a programação apresentada no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Programação Seminários Internos MOSCOPSS de 2009

DATA	TEMA	CONVIDADOS	PARTICIPANTES
21.08.09	Serviço Social e movimentos sociais hoje – como tem se dado esta relação	Graduanda Jordana Einsfeld e Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro	Integrantes do MOSCOPSS e graduandos em S.S.
24.09.09	Política de habitação e Serviço Social	Graduanda Maria Gabriela da Rocha e Mestranda Juliane Caetano Justino	Integrantes do MOSCOPSS, mestrandos e graduandos em S.S. e Assistentes Sociais
23.10.09	Os desafios da participação no exercício profissional na perspectiva do coletivo	Mestranda Micheli Klauberg Faustino e Assistente Social Raquel Fachin	Integrantes do MOSCOPSS, mestrandos e graduandos em S.S.

² São integrantes do MOSCOPSS: Professores Edaléa Maria Ribeiro e Teresa Kleba Lisboa, Assistentes Sociais Raquel Fachin e Sandra Serafim, bolsistas e orientandos de graduação e mestrado da professora titular no ano em tela.

27.11.09	O serviço social e as contradições da problemática urbana – em foco a violência urbana; e Avaliação do MOSCOPSS	Integrantes do MOSCOPSS	Integrantes do MOSCOPSS, mestrandos e graduandos em S.S.
----------	---	-------------------------	--

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2009

A atividade do dia 21 de agosto efetivou-se primeiramente com a apresentação do Grupo de Pesquisa MOSCOPSS, onde se esclareceu a proposta do Núcleo após sua criação em agosto de 2008, a possível forma de acesso pela internet via site da CNPq, bem como a dinâmica do Núcleo na relação com ensino, a pesquisa e a extensão.

A seguir foram apresentados dois dos quatro projetos existentes no MOSCOPSS em 2009, que versavam sobre a relação entre Serviço Social e movimentos sociais na atualidade.

A graduanda Jordana Einsfeld³ discorreu sobre o seu projeto de TCC, o qual enfoca a relação entre questão agrária e os movimentos sociais do campo, investigando a partir dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) deste início do século XXI se o tema foi tratado com prioridade na agenda da profissão, em que regiões do País esta temática se faz mais presente, se são relatos de experiências profissionais e outros, a fim de identificar propostas de trabalho profissional junto a movimentos sociais do campo, com ênfase na ação de assessoria/consultoria.

Já a Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro apresentou os dados iniciais já tabulados de sua pesquisa acerca da produção de conhecimento, cuja temática eram “movimentos sociais”, entre os anos de 2000 a 2009, socializados em eventos específicos do Serviço Social - CBAS e ENPESS.

Na atividade do dia 24 de setembro deu-se continuidade à apresentação dos demais projetos então vinculados pelo Núcleo, agora com ênfase na relação Política Habitacional e Serviço Social.

A apresentação do projeto de TCC de Maria Gabriela da Rocha⁴ versou sobre os desastres naturais ocorridos com as fortes chuvas de 2008, relatando a experiência do Serviço Social da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), onde fazia estágio. O objetivo principal foi o de aproximar o tema “desastres” com a questão urbana, de tal modo a criar possibilidades para a ação profissional do Serviço Social.

³ EINSFELD, Jordana. *A questão agrária e os movimentos sociais do campo* – um tema para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2009.

⁴ ROCHA, Maria Gabriela da. *Serviço Social, desastres e suas interações com a questão urbana* – relato de uma experiência. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2009.

Já o projeto de pesquisa de Mestrado de Juliane Caetano Justino⁵ apresentado, foi sobre o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID (HBB), por intermédio de um levantamento bibliográfico da questão da moradia e da política de habitação no Brasil e em Santa Catarina, elencando oito cidades do litoral para a discussão do HBB.

Na atividade realizada em 23 de outubro, a temática dos desafios da participação no exercício profissional na perspectiva do coletivo significou a apresentação do projeto de pesquisa da mestranda Micheli Klauberg Faustino⁶ sobre a questão de gênero e educação, trazendo a importância do Serviço Social na mediação das demandas que mais afligem o contexto escolar, como a evasão escolar e os comportamentos agressivos, dentre outros, decorrentes do contexto mais amplo da sociedade.

Como também o debate do texto “Associativismo na cidade de São Paulo”⁷, apresentado pela Assistente Social Raquel Fachin, que por meio do surgimento de uma sociedade autônoma e democrática após os anos de 1970, novas práticas redefiniram a forma de fazer política, levando a um aumento significativo do número de formação das associações comunitárias, com impacto direto nas propostas de políticas públicas, como também as mais variadas formas de participação.

A atividade do dia 27 de novembro significou uma retomada das apresentações realizadas ao longo do segundo semestre de 2009 para um debate de conexão dos temas, relacionando-os com as contradições da questão urbana, em especial a violência urbana. Nessa data ocorreu também a avaliação das atividades do MOSCOPSS ao longo do ano.

Além da participação na disciplina “Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito”, enquanto acadêmica regularmente matriculada, foi no conhecimento e no comparecimento a essas atividades de extensão, promovidas pelo Grupo que despertaram meu interesse para o aprofundamento do tema e acompanhamento dos debates gerados nas atividades.

Essa participação nos Seminários de Extensão aprofundou meu interesse em uma presença mais efetiva junto ao MOSCOPSS, enquanto integrante formal do Grupo. Assim, em 2010, candidatei-me à vaga de bolsista do projeto de extensão (ver ANEXO A) aprovado pela

⁵ JUSTINO, Juliane Caetano. *A política de habitação em Santa Catarina em tempos recentes (1986-2009)*. Dissertação em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2011.

⁶ FAUSTINO, Micheli Klauberg. *Serviço Social na Educação*. Dissertação em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2012.

⁷ AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p.11-58.

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) ⁸ a ser desenvolvido ao longo do ano, como será visto a seguir.

3.1 PARTICIPAÇÃO⁹ NAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AO LONGO DO ANO DE 2010 E 2011

As atividades de extensão do Projeto de 2010 se fundamentavam na compreensão de que toda a trajetória de protagonismo e resistência de Movimentos Sociais, cuja demanda voltava-se para a questão urbana e o acesso à cidade, desvendavam a capacidade desses indivíduos em se colocarem como sujeitos de sua própria história, como também, ainda que, à duras penas, à capacidade de conquista e efetivação de seus direitos, enquanto ocupantes do disputado espaço urbano.

Entendia-se que a experiência vivida por esses e seus aliados indicavam a necessidade do debate da Política Habitacional implementada em distintos municípios da grande Florianópolis e litoral de Santa Catarina, a forma como contemplavam o princípio da participação, conforme explicitado na Política Nacional de Habitação.

Ao mesmo tempo, o contexto apresentado apontava o desafio vivido por profissionais que atuavam nessas políticas, tendo em vista a correlação de forças que influenciavam a direção das ações públicas, fossem elas, municipais, estaduais e/ou federais.

Diante dessa conjuntura tornava-se emergente a formação continuada de assistentes sociais, orientados para a geração de mecanismos que valorizassem a potencialidade dos sujeitos, favorecendo o acesso à informação e à participação, no exercício de consolidação do controle social por parte dos usuários nos processos decisórios das políticas públicas setoriais, em especial a política habitacional.

A partir dessa relação “movimentos sociais”, “políticas sociais setoriais”, em especial a política de habitação e o “Serviço Social”; as atividades a serem desenvolvidas pelo projeto de extensão aprovado para 2010 tiveram como finalidade ampliar o espaço dessa discussão de forma crítica.

⁸ Os documentos necessários foram o cadastro, com os dados pessoais e do Projeto, e o termo de compromisso, pelo cumprimento das 20 horas semanais com o recebimento mensal de R\$ 364,00. Após esta regularização, deram-se início as atividades de extensão.

⁹ Nos itens que seguem, darei um panorama geral das atividades do Grupo de pesquisa e extensão, porém destacando aquelas nas quais tive um protagonismo maior.

Tendo sido minha primeira atividade como bolsista, fui orientada a fazer leituras para interagir com a temática proposta pelo Núcleo, iniciando com o texto de Severino (2000)¹⁰. O conteúdo do mesmo tratava do “Projeto de Pesquisa” e trouxe uma introdução do universo do que é a pesquisa, informando a importância das referências bibliográficas para a formulação de um projeto de pesquisa, para o levantamento de dúvidas, como também para o diálogo entre os autores que tratam o assunto pesquisado.

No texto em tela, Severino (2000), mostra que o domínio de técnicas não é o suficiente para executar uma pesquisa, pois é necessário imergir em toda a teoria e conceituação das temáticas para que ocorra, a cima de tudo, uma ação reflexiva e uma problematização constante; de tal forma que por intermédio de experiências intelectuais via leituras, cursos e seminários, os pesquisadores se familiarizem com os problemas, alcançando o amadurecimento necessário para a realização da “pesquisa” e, igualmente, da “extensão”.

Dentro desses pressupostos foram utilizadas leituras que me permitiram aprofundar os temas do MOSCOPSS.

- O TCC de Silvy (2007)¹¹, o qual trabalha a questão da violência urbana, de modo a estudar a violência como uma questão social, em função dos efeitos que ocasionam a insegurança, a criminalidade e o isolamento social; destruindo inegavelmente a qualidade de vida dos cidadãos. O trabalho parte do entendimento de que o aumento da violência urbana e da criminalidade acarreta grandes implicações no que se concerne à prática das assistentes sociais do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF). Tal dedução parte do fato de que as manifestações da violência urbana são problemas comumente enfrentados na prática cotidiana dessas profissionais. Destacam-se, dessa forma, os desafios em compreender a violência dissociada da criminalidade, bem como em relacionar o tema aos discursos das Assistentes Sociais, buscando patamares de respostas mais amplos.
- O TCC de Marques (2006)¹², que contextualiza a política de habitação desde suas primeiras respostas no governo getulista. Investiga também a forma pela qual

¹⁰ SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21ª Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000. p. 157- 164.

¹¹ SILVY, Michelle Leon. *Violência Social, violência urbana: implicações para a prática profissional do Assistente Social do Programa de orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2007.

¹² MARQUES, Cheyenne Vieira. *A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: Desafios para a intervenção profissional no Serviço Social*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2006.

estão sendo implementadas as ações de organização e mobilização comunitária, no que se refere à questão da participação popular no desenvolvimento do Programa do HBB na comunidade do Morro do Mocotó, apontando os desafios para a intervenção profissional do Serviço Social na emancipação dos sujeitos.

- O TCC de Soares (2007) ¹³, que identifica o significado da negociação para as famílias, as quais passam pelo processo junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis e Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA). O trabalho em questão investiga o significado da moradia e as perspectivas de indenizações e remanejamentos para outras localidades por meio do Programa HBB; bem como os desafios para o Serviço Social em potencializar a participação social, o controle social e a articulação com o poder público na dinâmica da negociação.
- O TCC de Araujo (2004) ¹⁴, que discute a aproximação com a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS) criada em 2001, com o Instituto de Geração de Oportunidades em Florianópolis (IGEOP), para o desenvolvimento da política de geração de trabalho e renda a partir do Programa HBB-Mocotó.
- A dissertação de Kopstein (2007) ¹⁵, que tem como objeto de estudo a participação da sociedade civil de Santa Catarina na discussão do Plano Plurianual do Governo Federal de modo a resgatar o processo de participação da sociedade civil na discussão do PPA/2004-2007 do governo federal por intermédio do "Fórum de Participação e Inclusão". O trabalho contextualiza o planejamento dentro da realidade brasileira, a instituição do Plano Plurianual e a proposta do PPA 2004-2007. Centra-se na revisão teórica das categorias de análise: Estado, sociedade civil, democracia e participação, com centralidade no pensamento de Antonio Gramsci - a fim de resgatar as estratégias de mobilização, organização e execução no processo de realização dos Fóruns de Desenvolvimento em Santa Catarina.

¹³ SOARES, Fabiana de Souza. *O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID – seu significado para os sujeitos de direitos – os desafios para o Serviço Social*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2007.

¹⁴ ARAUJO, Ana Paula Meira de. *A Re-Orientação da Política Social de Geração de Trabalho e Renda implementada pela PMF a partir da criação do IGEOP*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2004.

¹⁵ KOPSTEIN, Berenice Reis. *A participação da Sociedade Civil na discussão do Plano Plurianual do Governo Federal – a experiência em Santa Catarina*. 2007. Dissertação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.

- O TCC de Martini (2006)¹⁶, que discorre sobre o papel dos conselheiros locais de saúde e a contribuição do Serviço Social, identificando os Conselhos como um espaço contraditório entre governo e sociedade civil, também como um espaço de participação coletiva e de cidadania. O estudo traz como elemento fundamental a questão da participação, desmistificando conceitos como a diferença entre participação popular e comunitária nos anos de 1980 e entre a participação social e cidadã nos anos de 1990. Visualiza ainda o significado de controle social e a democratização de informações.

O contato com esses trabalhos que abordam questões como a violência urbana e suas implicações; a política habitacional, seu contexto, programas e ações como a de mobilização comunitária, de negociação, de articulação com a política de geração de trabalho e renda; a participação popular em espaços públicos, como Fóruns e Conselhos; e a interlocução com o Serviço Social, identificando seus desafios - contribuíram fundamentalmente para minha compreensão dos temas discutidos no Núcleo com relação aos “movimentos sociais”, “políticas setoriais” e “Serviço Social”.

Tais leituras foram essenciais para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, como também serviram de auxílio no que se refere à participação na elaboração de artigos científicos (a serem detalhados na próxima seção); implicando em minha presença nos Eventos de Serviço Social, no Brasil e fora dele, o que será descrito após a apresentação das outras atividades de extensão.

No projeto de extensão aprovado, o MOSCOPSS estava interessado em identificar a estrutura administrativa em que a política de habitação se situava nas prefeituras municipais da região da Grande Florianópolis¹⁷. Sabe-se que em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, órgão responsável via Secretaria Nacional de Habitação pela formulação da Política Nacional de Habitação e que este remeteu aos municípios a efetivação do que está regulamentado no Estatuto da Cidade¹⁸ por meio da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

Fui orientada assim a realizar a atividade de *identificação por meio eletrônico da estrutura administrativa em que a política de habitação estava inserida*, inicialmente nos portais oficiais das prefeituras, visto sua necessária efetivação.

¹⁶ MARTINI, Débora. *Capacitação de Conselheiros Locais de Saúde: a contribuição do Serviço Social*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2006.

¹⁷ A Grande Florianópolis é composta pelos seguintes municípios: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

¹⁸ O Estatuto da Cidade tem sua importância na medida em que prevê a regularização do uso e ocupação do espaço urbano em benefício a toda a sociedade por meio de instrumentos como o Plano Diretor.

Após esse levantamento, entrei em *contato com os profissionais* Assistentes Sociais para verificar as informações da Secretaria Municipal a qual a política de habitação estava vinculada, como também obter dados acerca dos programas vigentes, o número de profissionais em atuação e a compreensão do andamento da implantação da Política Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

A compreensão acerca do processo de efetivação da PLHIS nos municípios pautou-se na constatação de que, por intermédio de sua implantação, o governo federal disponibilizava recursos financeiros, sendo que para o acesso ao *Fundo* da política de habitação, seria obrigatório a formação do *Plano* Local de Habitação e do *Conselho* Local de Habitação, que dependendo do número de habitantes no município a formação do Plano e Conselho seria até 2010 ou 2011. Tal ação foi promulgada pelo Governo com o objetivo de fornecer investimentos habitacionais que garantissem dignidade às pessoas, em especial, às famílias de baixa de renda¹⁹, por isso a importância do levantamento para a compreensão do andamento da política local de habitação de interesse social na região da Grande Florianópolis.

Quadro 2 - Levantamento de dados da Grande Florianópolis 2010

CIDADE	A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA	PROGRAMAS ATUAIS ²⁰	IMPLANTAÇÃO DA PLHIS	NÚMERO DE ASSISTENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS
Antônio Carlos	Não há Secretaria específica	Focos isolados em parceria com a COHAB e outras Instituições, atendendo a demanda conforme as pendências.	Está como pauta seguinte após conclusão do Plano Diretor	1
Biguaçu	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	SHNIS, atendendo 26 unidades, do HBB, uma comunidade, e no convênio assinado com a MCMV voltada para população situada em área de risco que está em processo de	O Fundo está implementado, o Conselho em funcionamento e o Plano Local encaminhado. Está na parte de diagnóstico e está sendo construído por uma empresa de Porto Alegre e acompanhado pela	2

¹⁹ Para maiores informações, acessar www.cidades.gov.br.

²⁰ COHAB Companhia de Habitação

HBB Programa Habitar Brasil BID

MCMV Programa Minha Casa, Minha Vida

SNHIS Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PNH Política Nacional de Habitação

		tramitação.	Prefeitura. Quando estiver pronto serão realizadas 13 audiências públicas.	
Florianópolis	Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental - Divisão de Apoio e Assessoria às Comunidades	Atuam nos projetos de Boa Vista, Chico Mendes, Maciço do Morro da Cruz, Morro do Mocotó, Morro da Caixa, Panaia, Residencial Bom Jesus e Vila Aparecida.	O Plano está sendo elaborado por uma empresa e acompanhado pela equipe técnica da Secretaria e será levado em audiência pública. O Conselho já foi criado e querem mudar a nomenclatura do Fundo para estar mais conectado com a questão da urbanização.	14 profissionais e 5 estagiárias
Governador Celso Ramos	-	-	-	Sem contato
Palhoça	Secretaria de Planejamento	Minha Casa, Minha Vida; HBB; Nova Casa; SNHIS-50; SNHIS-Laranjeiras; Aluguel Social	Plano da Política Municipal de Habitação em forma de cartilha; Conselho Municipal de Habitação foi aprovado já faz um ano.	3
Paulo Lopes	-	-	-	Sem contato
Santo Amaro da Imperatriz	-	Política de Habitação em processo de regulamentação.	Estão implantando o conselho, plano, fundo, parcerias, viabilizando orçamento, abrindo concursos.	-
São José	Secretaria de Infra-Estrutura	PAC, SNHIS e o HBB	O Conselho está formado, o Fundo está implantado, e o Plano está no prazo, devendo estar encaminhado até dezembro de 2010. Para isso iriam contratar um termo de referência terceirizado.	3
São Pedro de Alcântara	Secretaria de Assistência Social	COHAB para área rural e o MCMV-Entidade para o urbano em articulação com o Fundo Perdido PNH-Rural.	Foi elaborado o Plano Diretor e está em processo recente para a construção do PLHIS.	1

Fonte: Documentação do MOSCOPSS 2010

Através desse levantamento, ficou evidente como a política de habitação veio migrando de secretarias até ter seu próprio espaço, ainda que em algumas cidades sejam setores ou divisões.

Nota-se que há programas em vigência que já deveriam ter sido finalizados pelo Governo Federal, como o caso do Programa Habitar Brasil BID (HBB) e também cidades onde programas de política de habitação eram apenas ações pontuais ou inexistentes.

Na questão do processo de implantação da PLHIS destaca-se que nas maiores cidades, como Biguaçu, Florianópolis e São José, houve contratação de serviços terceirizados, e nos pequenos municípios, como Antônio Carlos e São Pedro de Alcântara, encontravam-se ainda o processo de conclusão dos Planos Diretores.

Verifica-se que os Assistentes Sociais inseridos no trabalho em área de política pública de habitação, meio ambiente e geração de trabalho e renda, por sua vez, enfrentam desafios frente à sobrecarga de trabalho diante do número de profissionais contratados para a realização de trabalho nos municípios. Acabam por desenvolver ações tanto nos diversos programas existentes, como no acompanhamento da implantação da política local.

Chamou atenção ainda, a falta de conhecimento acerca do ambiente de trabalho por alguns profissionais, quando estes recorreram ao gestor para o repasse de informações do andamento da política de habitação na cidade em tela, ainda que fosse contratado como executor de tal política.

Esses elementos facilitaram uma aproximação dentre o que está garantido na legislação ao que está sendo efetivado pelos órgãos públicos municipais. Além disso, o levantamento de dados permitiu a troca de atuais informações junto com profissionais envolvidos na política habitacional.

Com tais informações em mãos, procurou-se saber o que havia sido produzido, no universo da UFSC, acerca do tema.

Em conjunto com outra bolsista, realizei um *levantamento da produção teórica* efetuada no curso de Serviço Social em se tratando de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, ampliando também para as pós-graduações de outros cursos da universidade.

Verificou-se dentre produções dos TCC's do curso de Serviço Social, a publicação de 1.262 obras no período de 1994 até 2010. Dessas, apenas 32 trabalhos eram referentes à temática política de habitação (ver ANEXO B).

Se avaliar que a inserção do Serviço Social na execução desta política ocorreu no final dos anos de 1940 e que o Estatuto da Cidade foi promulgado em 2001, constata-se que a discussão no curso de Serviço Social da UFSC, no período de 1994 e 2010, a respeito do tema é microscópica.

Já nas pós-graduações de áreas afins e do próprio curso (ver ANEXO C), o levantamento da produção científica compreendeu a temática da política de urbana, a qual abrange também a habitação, meio ambiente e geração de trabalho e renda. Resultando na configuração expressa no **Quadro 3**:

Quadro 3 – Levantamento da produção teórica pós-graduação UFSC

CURSO	PUBLICAÇÕES TOTAIS	ESPECÍFICAS
Geografia	357	38
Sociologia Política	321	28
História	365	13
Antropologia	202	12
Psicologia	394	6
Arquitetura e Urbanismo	95	5
Interdisciplinar em Ciências Sociais	72	4
Educação	599	4
Serviço Social	70	2
Filosofia	99	0
TOTAL	2574	112

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

Diante do **Quadro 3** se constata que tal tema não tem rebatimento na profissão, ou mesmo em outros cursos na área de humanas e sociais. Frente à quantidade de publicações expressas, verifica-se que há um número restrito de produções acerca da temática também nas pós-graduações, o que justifica a necessidade de maior debate e intercâmbio, principalmente no curso de Serviço Social, visto seu caráter interventivo na implementação de programas e políticas de habitação.

Com o propósito de articular o Grupo com outros Núcleos da UFSC que debatiam o tema, incentivado também pelo Primeiro Seminário de Extensão (que será detalhado em breve) onde se debateu a importância do intercâmbio entre os Núcleos, realizei junto com outra bolsista o *mapeamento dos grupos de pesquisa* da UFSC.

Para isso procurei pelo link “Laboratório de Pesquisa”, os grupos de pesquisa da área do Serviço Social, Sociologia Política, Educação, Arquitetura e nos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que continham a temática da questão urbana, cidade e política de habitação (ver ANEXO D).

O resultado consistiu na identificação de 14 grupos de pesquisa, sendo 01 da Educação (CED), 04 da área de humanas (CFH) e 09 do Centro Tecnológico (CTC). Esse mapeamento permitiu uma breve articulação das linhas de pesquisa e grupos/núcleos de pesquisa existentes acerca da temática na UFSC. Os integrantes do MOSCOPSS nesse processo planejavam um movimento de interdisciplinaridade e intercâmbio de conhecimentos.

Desses grupos, 35 pesquisadores foram identificados como possíveis interlocutores com o MOSCOPSS em atividades futuras.

Para encerrar esse mapeamento, a líder do MOSCOPSS buscou grupos de pesquisas, em âmbito nacional, referentes à relação “movimentos sociais” e “Serviço Social” por intermédio do “Diretório de Pesquisa do CNPq”, onde identificou a existência de 34 Núcleos (ver ANEXO E).

Além disso, procurei via internet, a *existência de grupos organizados e/ou movimentos sociais* que discutissem a política de habitação em Santa Catarina. Foram encontrados dois: A Federação das Cooperativas Habitacionais do Estado de Santa Catarina e a União por Moradia Popular de Santa Catarina.

Todo esse levantamento acerca da política de habitação na Grande Florianópolis, seja da produção, de grupos de pesquisa e extensão no universo da UFSC, e outras entidades existentes; permitiram um panorama da temática em âmbito local, regional e nacional e indicaram possibilidades de intercâmbio que futuramente o MOSCOPSS poderia desenvolver.

Paralelo a essas atividades, realizaram-se os *Seminários Internos de Estudos e abertos de Extensão*, os quais foram planejados pelos integrantes do MOSCOPSS, juntamente com os integrantes do NUSSERGE ao longo do ano.

Os Seminários de Extensão tiveram como perspectiva a formação continuada de Assistentes Sociais. Essa atividade objetivou, além da socialização do conhecimento, potencializar o debate acerca dos desafios da profissão na relação movimentos sociais, políticas públicas setoriais e conselhos gestores.

Quadro 4 - Agenda das Atividades MOSCOPSS/NUSSERGE 2010

DATA	ATIVIDADE	TEMA	CONVIDADOS	PARTICI-
------	-----------	------	------------	----------

				PANTES
22.02.20 10	Iº Seminário Interno de Estudos	# Papel e desafios de um grupo de pesquisa e # A leitura do NEMOS sobre os movimentos sociais hoje	Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva NEMOS- PUCSP	Integrantes do MOSCOPSS, professores do DSS, Antropólogo mestrands e graduandos em S.S.
26.03.20 10	IIº Seminário Interno de Estudos	Planejamento do MOSCOPSS para o ano 2010.	Profa.Dra.Edaléa Maria Ribeiro e Profa.Dra. Teresa Kleba Lisboa	Integrantes do MOSCOPSS e integrantes do NUSSERGE
12.05.20 10	Primeiro Seminário de Extensão MOSCOPSS/ NUSSERGE SEMANA DO SERVIÇO SOCIAL	Mesa Temática: Serviço social, Movimentos Feministas e Relações de Gênero	Profa.Dra Teresa Kleba Lisboa e Assistente Social Simone Lolatto	Integrantes do MOSCOPSS, Assistentes Sociais, graduandos em S.S e interessados no tema.
18.06.20 10	IIIº Seminário Interno de Estudos	Um panorama das produções e pesquisas dos Grupos de Pesquisa	MOSCOPSS NUSSERGE	Integrantes do MOSCOPSS e Assistentes Sociais
20.08.20 10	IVº Seminário Interno de Estudos	A condicionalidade da participação nas políticas públicas (habitação, meio ambiente, segurança, saúde, assist., educação, idoso...)	Bolsista Bárbara Schuelter (MOSCOPSS) e Bolsistas Angélica Carlos Sebastião e Carolina Vieira Odrzywolek (NUSSERGE)	Integrantes do MOSCOPSS, Assistentes Sociais e graduandos em S.S.
16.09.20 10	Vº Seminário Interno de Estudos E Segundo Seminário de Extensão	Movimentos sociais – diagnóstico e prospectivas (análise de conjuntura)	Militante Estela Cardoso (UNEGRO), Assistente Social Eleonora Cristina Kaczur (Fórum Social do Saco Grande) e Prof.Dr. Raúl Burgos (sociólogo)	Integrantes do MOSCOPSS, Assistentes Sociais, graduandos em S.S e interessados no tema.
25.11.20 10	Terceiro Seminário de Extensão (tarde) E Quarto Seminário de Extensão (noite)	Desafios postos ao serviço social na garantia da participação popular e do controle social nos conselhos de direito e de política.	Assistentes Sociais Cleide Gessele e Camila Magalhães Nélsis (tarde) Assistentes Sociais Maria Cecília A. Godtsfriedt e Eliane Magalhães Rosa (noite)	Integrantes do MOSCOPSS, Assistentes Sociais, professores, mestrands, graduandos e interessados no tema

O *Primeiro Seminário Interno de Estudos* (ver ANEXO F) teve como ponto de pauta o papel e os desafios de um grupo de pesquisa. Nele estava presente a convidada Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva (PUC-SP), uma das coordenadoras do NEMOS, onde relatou a trajetória do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (NEMOS) existente desde 1987. A partir da experiência, trouxe elementos significativos para cumprimento do papel, bem como os principais desafios dos Grupos de Pesquisas em geral, ressaltando a importância de articulação e intercâmbio entre os diversos Núcleos existentes.

A consequência deste processo repercutiu no *Segundo Seminário Interno de Estudos*, momento de organização da programação e o cronograma das atividades do MOSCOPSS e NUSSERGE, cuja dinâmica implicou na apresentação e debate dos projetos de pesquisa e temas que integram e perpassam o interesse dos Núcleos. Neste seminário interno foram discutidas as atividades propostas, como também os possíveis convidados para o ano de 2010, conforme apresentado no **Quadro 4**.

Oportunizando a Semana do Serviço Social na UFSC, cujo tema foi “Movimentos Sociais, Trabalho e Exercício Profissional”, que se realizou entre 11 e 13 de maio de 2010 para comemorar o dia do Assistente Social (15 de maio), materializou-se nela a atividade de extensão do *Primeiro Seminário aberto de Extensão*. O trabalho que desenvolvi foi o de divulgação do evento por meio de cartazes e pelo fórum da graduação (ver ANEXO G).

A atividade se deu pela mesa temática “Serviço Social, Movimentos Feministas e Relações de Gênero”, tema apresentado pela Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa (NUSSERGE/MOSCOPSS) e debatida pela convidada a Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis Simone Lolatto, mestre em Serviço Social pela UFSC.

A Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa expôs suas indagações e reflexões acerca do tema em seu artigo²¹. Problematizou na mesa, os encontros e desencontros que ocorrem entre o Movimento Feminista e o Serviço Social, fundamentando o descompasso dos estudos feministas com a academia, a partir da reprodução da dominação masculina perceptível na base teórica.

A Assistente Social Simone Lolatto debateu a centralidade na literatura marxista existente, pautada na luta de classes, a qual é essencial para uma leitura da totalidade. Reconheceu, no entanto, a importância de estudar determinantes para além do que está posto.

²¹ LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: *Revista Katalysis*, v. 13, p. 68-75, 2010.

No *Terceiro Seminário Interno de Estudos* (ver ANEXO H) foi realizado um panorama das produções e pesquisas dos Grupos de Pesquisa MOSCOPSS e NUSSERGE.

Do grupo MOSCOPSS,

- Como bolsista do Núcleo apresentei o projeto “Seminários de Extensão do MOSCOPSS” (ver ANEXO I), descrevendo a participação junto ao Núcleo no desenvolvimento das atividades de extensão em articulação com as atividades de pesquisa.
- A mestranda Juliane Caetano Justino relatou as referências bibliográficas em andamento do projeto de pesquisa “O Programa HBB em 08 Cidades do Litoral Catarinense - entre o proposto e o efetivado”, informando já com precisão que as cidades de maior concentração populacional em SC, contempladas pelos programas, não conseguiram almejar sua concretização, afirmando, pois um descompasso da sua implementação e a sua proposta de elevar os padrões de habitações e de qualidade de vida.
- A líder MOSCOPSS, Prof^aDr^a Edaléa Maria Ribeiro com o relatório parcial de pesquisa do “Tema Movimentos Sociais em Espaços de Divulgação e Socialização do Conhecimento em Serviço Social no período de 2000-2009”, mostrou os dados tabulados acerca dos trabalhos produzido no ENPESS e CBAS com a temática dos movimentos sociais. A pesquisa caminhava na perspectiva de entender como a categoria profissional vem refletindo o protagonismo dos movimentos sociais num contexto de grandes transformações societárias.

Do grupo NUSSERGE,

- Angelita Alves de Toledo apresentou seu projeto de mestrado “O HIV/AIDS em Mulheres Negras: um Cruzamento entre as Desigualdades de Classe, Gênero e Raça”, destacando as expressões da questão social como de desigualdade social, gênero e raça, como determinantes na relação à epidemia do vírus HIV/AIDS entre as mulheres negras. Já que a doença possui um intenso significado social.
- A mestranda Marisa S. Albrecht contou sobre o projeto “A inserção da mulher no mercado de trabalho e a representação de sua imagem na mídia impressa de Florianópolis na década de 80”. A proposta era desvendar a realidade da mulher no mercado de trabalho tendo em vista as novas roupagens da forma de trabalho e relações sociais, e conhecer como a imagem feminina foi representada pela

imprensa de Florianópolis como influenciadora na construção de conceitos estereótipos nos anos 1980.

- As graduandas Angélica Carlos Sebastião e Carolina Vieira Odrzywolek com o Projeto de Extensão de “Assessoria e Consultoria ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM” como integrantes junto ao NUSSERGE, este com espaço no COMDIM, procediam ao levantamento de dados sobre a realidade das mulheres da Grande Florianópolis, destacando a questão da violência, e ministravam cursos de capacitação aos interessados sobre os direitos das mulheres.

A apresentação que realizei (sobre as atividades de extensão que estava desenvolvendo junto ao MOSCOPSS) foi uma forma de socializar o projeto aprovado para 2010 e explanar o andamento das atividades e as futuras propostas. A participação também como expositora nesse Seminário, demandou criatividade na preparação dos slides e resultou amadurecimento em expor o trabalho.

No *Quarto Seminário Interno de Estudos* não foi diferente, pois ficou a responsabilidade dos bolsistas dos Núcleos a apresentação da condicionalidade da participação popular nas políticas públicas.

No caso do MOSCOPSS, apresentei sobre a institucionalização da participação na política urbana (ver ANEXO J). O trabalho mostrou como a questão da participação popular estava regulamentada na política urbana, agregando a política de habitação, meio ambiente e geração de trabalho e renda e nos seus respectivos programas. Destacou-se nas normas, a possibilidade de espaço à participação popular, debatendo isso como elemento importante para o exercício profissional dos Assistentes Sociais.

Além da exposição, observou-se a riqueza do trabalho também na sua preparação, cuja procura de artigos institucionais, forneceram base para o conhecimento dos programas das políticas setoriais e permitiram dar visibilidade às condições de participação da Sociedade Civil nas esferas públicas.

Como sujeito desse processo, desenvolvi esse trabalho numa relação direta com a legislação, um dos principais fundamentos do Serviço Social, que remete conseqüentemente nos argumentos e posicionamentos no processo de formação acadêmico-profissional.

Do grupo NUSSERGE, as bolsistas apresentaram sobre a condicionalidade da participação nas políticas de saúde, assistência e educação voltadas para a mulher, levantando algumas questões para debate e reflexões, como a polêmica do aborto.

Para o *Quinto Seminário Interno de Estudos* e o *Segundo Seminário de Extensão* se concretizou o tema “Movimentos sociais: diagnóstico e prospectiva”, cuja divulgação se realizou por meio de cartazes e pelo fórum da graduação (ver ANEXO K).

A militante Estela Cardoso (UNEGRO)²² falou que a União de Negros pela Igualdade se transformou num pólo efetivo de reflexões e organização dos negros brasileiros para a luta contra o racismo, sendo que, em Santa Catarina, a UNEGRO está organizada há doze anos e que trabalha questões ligadas à juventude, educação e cultura. Estela disse que as atividades são desenvolvidas com os jovens, as mulheres e as professoras da rede municipal e estadual, com o objetivo de levar a luta anti-racista e esclarecimentos junto à questão de gênero.²³

Apesar de contar com poucos recursos materiais, pois a sua sustentação básica é realizada pela contribuição financeira voluntária dos seus próprios militantes, a UNEGRO participou de todos os processos políticos vivido pelo Movimento Negro Brasileiro, com isso a organização acumulou um capital político que a credencia como uma das principais interlocutoras do movimento no país e mesmo a nível internacional.

Em seguida a Assistente Social Eleonora Cristina Kaczur, membro do Fórum Social do Saco Grande, apresentou um panorama da realidade dos movimentos sociais de Florianópolis. Mostrou como uma das principais discussões, o planejamento da cidade e a relação com as questões ambientais por meio do Plano Diretor, o qual envolve Fóruns, o Congresso da Cidade, Associações de Moradores, Conselhos de Políticas Públicas, Sindicatos, Universidades, Núcleos, Projetos e Entidades Ambientalistas.

Após as apresentações de conjuntura de movimentos sociais, o Prof.Dr. Raúl Burgos sociólogo e militante discorreu sobre as polêmicas que envolvem os movimentos sociais e numa perspectiva prospectiva.

A proposta do *Terceiro e Quarto Seminários de Extensão* foram debater os “desafios postos ao serviço social na garantia da participação popular e do controle social nos conselhos de direito e de política” tanto na perspectiva governamental, quanto na da sociedade civil. Divulguei via cartazes e fórum da graduação ambos os Seminários juntos devido à programação para o mesmo dia, embora horários distintos (ANEXO L).

No Terceiro Seminário de Extensão realizado no período da tarde, a Assistente Social Cleide Gessele apresentou os desafios como representante de gestor no Conselho Municipal de Saúde, Assistência Social e Direito da Criança e Adolescente de Major Gercino/SC. Cleide

²² A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) é uma organização do movimento negro fundada em 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador/BA e tem por objetivo precípua o combate ao racismo e toda forma de discriminação e opressão social.

²³ Maiores informações em <http://unegrosc.blogspot.com.br/>.

relatou as dificuldades, como a falta de informação, a precária infra-estrutura do Conselho, a confusão entre a prática profissional e o papel de conselheiro, a sobrecarga de trabalho, o conflito do Conselho se caracterizar como esfera pública²⁴ e a questão do controle social.

Em seguida a Assistente Social Camila Magalhães Nélsis apresentou os desafios como representante de gestor no Conselho Municipal de Habitação de Biguaçu, elencando os desafios de conceito, de articulações e de qualidade. Informou que desde 2008 ocorreram seis reuniões e que, além disso, há uma cultura de não-participação, de política autoritária, de status e poder presente no cotidiano institucional, que é difícil de ser superada.

No Quarto Seminário de Extensão realizado no período da noite, a Assistente Social Maria Cecília A. Godtsfriedt (CRESS/SC) apresentou os desafios como representante da sociedade civil no Conselho Estadual do Idoso, assinalando o tempo de existência do Conselho (12 anos), bem como suas funções de definir diretrizes e as normas para a política do idoso. Informou do necessário monitoramento e avaliação e dos importantes instrumentos em que se baseiam como o Estatuto do Idoso, o Regimento Interno entre outros.

Em seguida a Assistente Social Eliane Magalhães Rosa (Associação de Moradores do Jardim Amodelar, São José/SC) apresentou os desafios, como representante da sociedade civil no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São José. Apontou como principal desafio a ampliação da discussão para além da questão financeira e além de interesses individuais. Destacou a necessária mobilização de participação e controle social, seja na esfera pública e/ou espaço público.

A participação acadêmica junto ao MOSCOPSS nos Seminários significou uma aproximação com *debates contemporâneos acerca do exercício profissional na relação com as políticas setoriais e movimentos sociais*, que por meio de intercâmbio com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS), NUSSERGE e convidados especiais, como Professores, Assistentes Sociais e Militantes, ampliaram e contextualizaram a temática e facilitaram a compreensão desta realidade.

Além disso, realizei as preparações técnicas dos Seminários através de ações de *planejamento, organização e divulgação*. As preparações se concretizaram pela reserva do espaço físico e recursos tecnológicos, além das publicações da programação através do Fórum do Serviço Social na UFSC e correio eletrônico, convidando estudantes e Assistentes Sociais.

²⁴ A “esfera pública” é onde a sociedade civil organizada e os gestores públicos interagem e os “espaços públicos” se situam somente na sociedade civil, onde propostas e projetos são por estes organizados. Maiores informações em: GOHN, Maria da Glória. Gestão urbana em São Paulo (2000-2002) – Atores e processos na questão do associativismo e dos conselhos. IN: *XXVI Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, Minas Gerais, 2002.

No decorrer dos Seminários ficava encarregada também pela documentação/registros das atividades, em forma de relatórios e sob orientação da líder do Núcleo.

De forma geral, a participação nos Seminários propiciou o desenvolvimento de técnicas de preparo e organização das atividades, de um constante aprendizado por intermédio dos debates, e do exercício em sistematizar as experiências.

Pode-se afirmar que no ano de 2010, o grupo MOSCOPSS procurou, através de seus trabalhos, identificar profissionais do Serviço Social e demais áreas afins que trabalhassem com a política de habitação e meio ambiente, além de fazer levantamento da produção teórica e de estudiosos acerca da temática.

Como resultado desta trajetória, via seminários de extensão, identificou-se a necessidade de aprofundar o tema, prioritariamente junto às Assistentes Sociais que atuam diretamente na política de habitação. Face às dificuldades que estes expressaram ao longo das atividades, solicitou-se um debate crítico mais aprofundado, que permitisse a qualificação dos mesmos na execução dessa política.

A necessidade de *continuar e aprofundar o debate crítico* junto com as Assistentes Sociais na temática da “política habitacional” em relação aos “movimentos sociais” e “exercício profissional” se materializou com o Projeto de Extensão 2011, denominado de “Seminários de Estudos do MOSCOPSS” internos e abertos (ver ANEXO M).

O Projeto de Extensão que se desenvolveu ao longo de 2011 se pautou na compreensão da política de habitação como uma relação intrínseca com movimentos sociais que tem como demanda a questão da habitação e do uso do espaço urbano. A compreensão por parte desses profissionais nessa relação torna-se fundamental para uma intervenção profissional mais qualificada e comprometida com sujeitos destinatários destes programas habitacionais.

Para dar materialidade a estes objetivos, foi organizado a agenda de atividades, conforme o **Quadro 5**:

Quadro 5 - Agenda das Atividades MOSCOPSS/NUSSERGE 2011

DATA	ATIVIDADE	TEMA	CONVIDADOS	PARTICIPANTES
11.03.2011	Iº Seminário Interno de Estudos	Planejamento das atividades dos grupos ao longo do ano de 2011	MOSCOPSS e NUSSERGE	Integrantes do MOSCOPSS e integrantes do NUSSERGE
14.04.2011	IIº Seminário Interno de	Desastres naturais, questão sócio-	Militante Gert Schinke,	Integrantes do MOSCOPSS,

	Estudos	ambiental, estado, sociedade civil – desafios postos	(ecologista), e Assistente Social Kelly Cristina Vieira, (SMHSA/PMF)	graduandos em S.S. e interessados no tema
27.05.2011	IIIº Seminário Interno de Estudos	Intervenção profissional – a perspectiva do coletivo	Moscopss – Sandra, Raquel	Integrantes do MOSCOPSS e interessados no tema
02.06.2011	Iº SEMINÁRIO ABERTO MOSCOPSS/NUSSERGE	FSM DE DAKAR 2011 – um destaque para a cartas das mulheres e dos migrantes	MOSCOPSS	Integrantes do MOSCOPSS, mestrands e graduandos em S.S.
14.09.2011	IIº SEMINÁRIO ABERTO MOSCOPSS/NUSSERGE	Equidade de Gênero nas políticas Públicas	NUSSERGE	Integrantes do MOSCOPSS, mestrands e graduandos em S.S.
16/09/2011	IVº Seminário Interno de Estudos	Defesa dissertação Juliane Justino sobre a política de habitação em SC	Juliane Justino	Integrantes do MOSCOPSS, Assistentes Sociais e graduandos em S.S.
07.10.2011	Vº Seminário Interno de Estudos	Política de Habitação	Juliane Justino	Integrantes do MOSCOPSS e graduandos em S.S.

Fonte: Documentação do MOSCOPSS 2011

A concretização da “Agenda das Atividades 2011”, fruto da discussão efetuada pelos membros do MOSCOPSS e NUSSERGE, relacionada às experiências de trabalho dos anos anteriores, foi materializada no *Primeiro Seminário Interno de Estudos* (ver ANEXO N). Nele se realizou o planejamento das atividades dos grupos ao longo do ano de 2011, conforme apresentado no **Quadro 5**, e onde ficou acordada a divisão de responsabilidade referente às atividades abertas de extensão.

Tendo conhecimento do planejamento das atividades do MOSCOPSS, bem como a procura de palestrantes acerca da temática seguinte “desastres naturais, questão sócio-ambiental, Estado, Sociedade Civil: desafios postos”, indiquei para a atividade, o militante e ecologista Gert Schinke, pois percebi como este contribuiria para o Seminário. A sugestão surgiu após presença de sua palestra no auditório do Centro Sócio-Econômico (CSE/UFSC), onde tratava sobre o tema.

Indiquei também para compor a mesa, a Assistente Social Kelly Cristina Vieira da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA/PMF), onde eu realizava o estágio obrigatório. Sabia que a Assistente Social Kelly tinha conhecimento e experiência de trabalho acerca do tema.

Vale salientar que esse processo de sugestão do convidados, afirma a facilidade que o protagonismo acadêmico influencia também na direção política do grupo de pesquisa e extensão.

Para o então *Segundo Seminário Interno de Estudos* (ver ANEXO O), contou-se com a presença tanto do militante e ecologista Gert Schinke, quanto da assistente social Kelly Cristina Vieira, que apresentaram suas idéias e concepções a respeito do tema: desastres naturais, questão sócio-ambiental, Estado, Sociedade Civil: desafios postos.

O ecologista Gert Schinke²⁵ questionou o termo desenvolvimento sustentável pregado por muitos políticos, e reconheceu o interesse econômico existente pelo turismo, o que produz impacto no ordenamento territorial que se encontra a cidade atualmente. Gert relatou as constantes lutas em Florianópolis desde 1980 que lentamente conquistam espaços, exemplificando sua posição a favor da criação do parque natural no Pântano do Sul.

A convidada Kelly Cristina Vieira (SMHSA/PMF) apresentou a questão ambiental e os desastres naturais relacionado à ocupação desordenada em áreas como as dunas, os mangues, beiras de rios. Relacionou esse desordenamento com o precário processo de fiscalização do uso do solo por parte do município de Florianópolis, fruto de sua experiência enquanto Assistente Social na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os desafios das profissionais Assistentes Sociais para uma “intervenção profissional na perspectiva do coletivo” foi o tema do *Terceiro Seminário Interno de Estudos* (ver ANEXO P), pelo qual se realizaram as apresentações das Assistentes Sociais Raquel Fachin do Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) e Sandra Regina Serafim Ayres de Alencar (trabalhadora autônoma na segurança do trabalho).

A assistente social Raquel Fachin (CEMJ), que atua na área da educação, contextualizou a instituição e suas funções, relatando o exercício profissional vinculado à escola privada e atuando principalmente na distribuição de bolsas aos alunos.

Na seqüência a Assistente Social Sandra Regina Serafim Ayres de Alencar, que trabalha como Técnica em Segurança do Trabalho, apresentou sua experiência, que embora

²⁵ Maiores informações em <http://gertschinke.blogspot.com.br/>

não seja uma função específica de Serviço Social, trazia as questões do Serviço Social. No sentido de fortalecer a idéia do coletivo, a técnica instigou a participação dos sujeitos na reivindicação de seus direitos junto às empresas que prestava serviços.

Em continuidade aos Seminários, a temática do *Primeiro Seminário Aberto* foi o “Fórum Social Mundial de Dakar 2011: um destaque para a carta das mulheres e dos migrantes”, apresentados pelos Grupos do MOSCOPSS e NUSSERGE. Ficou sob minha responsabilidade a organização e divulgação do evento (ver ANEXO Q).

A líder e uma bolsista do MOSCOPSS contextualizaram o Fórum Social Mundial de Dakar, a pauta de temas ali tratados, bem como as polêmicas e desafios que circunscrevem os Fóruns sociais Mundiais desde sua criação, assim como os desafios postos frente à crise do projeto neoliberal e os caminhos desenhados pelos movimentos sociais mais combativos. Foi feito a apresentação de um vídeo, seguido da leitura da carta dos migrantes (ver ANEXO R), pelo teor altamente politizado diante do quadro de diáspora que vivem populações migrantes no mundo.

Já os integrantes do NUSSERGE mostraram o que vem sendo discutido a respeito das mulheres desde o Fórum Social Mundial de 2001 até o de Dakar 2011, bem como deram destaque à carta das mulheres, relatando as diferentes formas de violência existente no mundo.

No *Segundo Seminário Aberto*, (ver ANEXO S) tratou-se da “Equidade de Gênero nas Políticas Públicas”. Primeiramente, a Profa. Dra. e líder do NUSSERGE Teresa Kleba Lisboa apresentou a relação de gênero na questão do trabalho, apontando os desafios à democracia de gênero. Posteriormente houve as apresentações dos projetos de mestrado da mestranda Micheli Klauber Faustino com o tema “Gênero na Educação: um desafio para o Serviço Social”; da mestranda Marisa S. Albrecht com a questão da “Pró-Equidade de Gênero e Raça” e Angelita Alves de Toledo com a “Equidade de Gênero nas políticas de saúde”.

Refletiram-se como as relações de gênero estão intrínsecas às políticas sociais em geral, principalmente na área da saúde e educação e visível inclusive nas relações da política urbana, na busca da equalização de oportunidades e inclusão social das mulheres.

O Segundo Seminário Aberto foi realizado na mesma semana que o Quarto Seminário Interno de Estudos, cuja publicação foi realizada via Fórum da Graduação (ver ANEXO S). O *Quarto Seminário Interno de Estudos*, por sua vez, consistiu da presença dos integrantes do MOSCOPSS na defesa de dissertação da mestranda e integrante do MOSCOPSS Juliane Caetano Justino, a fim de tratar da “Política de Habitação de Santa Catarina em tempos recentes”.

Devido sua rica apresentação, foi realizado o *Quinto Seminário Interno de Estudos*, (ver ANEXO T) com a temática “A Política de Habitação de Santa Catarina” pela palestrante e integrante do MOSCOPSS Juliane Caetano Justino para o aprofundamento e debate do tema.

Nesse Seminário, foram reveladas as respostas às necessidades dos segmentos mais empobrecidos da população acerca da política existentes, e trazido o tema da política habitacional como fundamental para o Serviço Social, uma vez que a profissão vem sendo requisitada junto à órgãos públicos, desde a década de 1940, para executar esta política setorial. Sendo assim importante compreendê-la na sua historicidade, e em tempos recentes, o que implica num fazer profissional mais qualificado teórica – técnica e politicamente.

Verificamos assim, como os Seminários de Estudos de 2011 possibilitaram discussões contemporâneas acerca de temas como os desastres naturais e a questão sócio-ambiental, a perspectiva da intervenção profissional contemplando processos coletivos, o Fórum Social Mundial de Dakar 2011, a equidade de gênero nas políticas públicas e a política de habitação, como também reflexões acerca dos desafios postos.

No sentido de inovar a divulgação dos Seminários de Extensão 2011, construí um *Blog do MOSCOPSS*²⁶, onde está toda a programação das atividades, bem como a sua atualização, de forma a socializar os eventos para além dos que dele participaram.

Através do Blog, o Núcleo passa a se utilizar de uma ferramenta, um dos principais meios de comunicação recentemente, divulgando as atividades de pesquisa e de extensão referente à temática, como forma de socializar experiências e conhecimentos a nível mais amplo.

Outra atividade em destaque foi a *participação do MOSCOPSS na formulação dos Conselhos Locais de Habitação de Interesse Social (CLHIS)*, que estava dividido em cinco regiões de Florianópolis. Programei junto a líder do MOSCOPSS da nossa presença numa das reuniões de formação dos Conselhos locais, no caso, da Região Leste, a fim de acompanharmos as possíveis discussões.

Devido às lutas políticas de representação entre as Associações de Moradores da Lagoa da Conceição e Saco Grande, sendo que este último venceu a eleição, houve uma denúncia de um vereador à Prefeitura para rever as Plenárias, na justificativa de que Saco Grande não pertenceria à região Leste e sim Norte.

²⁶ Disponível em www.moscopss.blogspot.com.

A partir desse pedido, a comissão do CLHIS se reuniu em agosto de 2011 para discutir a reorientação da divisão territorial das Plenárias (se seria de acordo com a divisão dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou do Plano Diretor).

Esclareceu-se, em setembro de 2011, que o processo de escolha dos Conselhos havia sido cancelado por determinação do Prefeito, e novo edital publicado (ver ANEXO U) e que a base territorial seria de acordo com o Plano Diretor vigente, ficando a cargo da SMHSA a condução do processo.

De acordo com a nova programação, participei como observação participante das seguintes plenárias:

- 18/10/2011 - Plenária Pública para a composição do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social na região Sul, sendo eleito por aclamação como titular o representante da Associação de Moradores Areias do Morro das Pedras - AMAREIAS e suplente a representante da Associação de Moradores Morro das Pedras - AMP.
- 20/10/2011 - Plenária Pública para a composição do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social na região do Continente, sendo eleito por aclamação como titular a representante da Pró-Coqueiros e suplente a representante de Associação Gente da Gente.
- 21/10/2011 - Plenária Pública como secretária para a composição do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social na região do Central, sendo eleito por aclamação como titular a representante da Associação de Jagatá e suplente a representante de Associação Santa Rosa.

Essa saída a campo foi fundamental para o meu processo de formação acadêmico-profissional para o acompanhamento do processo de participação da sociedade civil em esferas públicas, que ocorreu de forma complementar ao estágio obrigatório²⁷.

No que se refere às viagens realizadas para a *apresentação* de artigos científicos produzidos juntamente com a Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro, estas também exigiram toda uma *preparação e capacitação*, que foi desde o levantamento de informações referente à infra-estrutura necessária e as solicitações aos órgãos de fomento na UFSC de auxílio financeiro, que demandaram tempo devido aos procedimentos de acesso aos recursos na Universidade. Quando dizemos a palavra “tempo” se deve também as respostas negativas recebidas referentes aos auxílios, que através das constantes demonstrações de nosso interesse

²⁷ Concomitantemente as atividades de 2011, cumpri por estímulo e incentivo da temática do Núcleo, estágio obrigatório junto a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA/PMF).

nas publicações, participações e apresentações dos artigos nos Eventos por meio de solicitações aos órgãos, as respostas positivas apareceram, mesmo que próximas das datas de viagem.

A primeira apresentação foi no XII ENPESS realizado na cidade de Rio de Janeiro em 2010, com o artigo sobre a política de habitação²⁸, que teve como tema a “Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?” O trabalho produzido foi publicado e apresentado em mesa temática específica da política de habitação.

A experiência de participar na apresentação deste (ver ANEXO V) abriu portas para o estímulo de expor a pesquisa, de desenvolver a capacidade de me expressar em público e argumentar as ideias do trabalho, bem como para o contato com outros pesquisadores que tratavam do tema. Além disso, como representante do MOSCOPSS no evento, o incluí na Rede QUESS – Questão Urbana e Serviço Social, que estava sendo articulada no evento.

Essa primeira experiência abriu portas para um mundo que antes não tinha ideia da sua existência, mesmo quando em vários momentos do ensino isto tenha sido comentado por professores. Participar dessa experiência abriu possibilidades de novas atividades de extensão antes nunca imaginadas.

Como a segunda apresentação, que aconteceu no III Congreso Internacional de Trabajo Social em 2010, denominado “Trabajo Social, Formación Profesional, Experiencias e Identidad en la Modernidad, Preguntas y Respuestas” na cidade de Arequipa no Peru, onde apresentei o nosso trabalho sobre os movimentos sociais²⁹.

Tal artigo, produto da pesquisa realizada conjuntamente com a Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro, que para minha surpresa, não constava na programação do Congresso. Porém logo foi inserido numa mesa provisória. Essa confusão da Comissão organizadora condicionou a apresentação na condição de tempo e espaço, assim, embora o curto tempo disponível, a experiência foi rica e desafiadora, pois tive que fazer uma apresentação bem mais sintética, sem perder de vista o essencial da pesquisa e seus resultados. Outro elemento que observei foi a preocupação dos participantes na existência de um tradutor para melhor compreensão da apresentação, a qual também foi improvisada.

²⁸ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *A política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população* - questões para o Serviço Social. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Rio de Janeiro: UERJ, 06 a 10 de dezembro de 2010.

²⁹ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio*. In: III Congreso Internacional de Trabajo Social, Arequipa, Peru: CTSP, 2010.

Participar de um Congresso internacional significou também o conhecimento da cidade, sua forma de economia e sua cultura (ver ANEXO W). Arequipa teria sido fundada no dia 15 de agosto de 1540 pelo explorador espanhol Francisco Pizarro, no local de uma antiga cidade inca, sendo a data ainda festejada pelas gentes locais. Outras datas ficaram também na história da cidade, dada a sua localização numa área sujeita a manifestações sísmicas e vulcânicas e devido à pressão entre as placas tectônicas da América Latina e do Oceano Pacífico.

O que reflete a moradia local, onde a maioria da população está localizada aos redores do vulcão da região, que além do local ser caracterizado pela pouca infra-estrutura, as casas de forma geral não eram pintadas e não possuíam janelas, tendo a autoconstrução como característica básica. Percebe-se aqui que o debate trazido no MOSCOPSS faz com que meu olhar para a realidade social fique mais crítico, mais questionador e mais atento ao mediato.

Arequipa é uma cidade famosa por sua comida, a população se delicia com diferentes pratos e temperos, que apesar do clima seco, o espaço de plantação e a água são aproveitados. Notei também os numerosos táxis que trafegam nas estradas, um importante meio de trabalho e de transporte das pessoas, como também os diversos comércios.

Na possibilidade de aproveitar o tempo disponível de viagem, também passamos pela cidade de Cusco, e que diferente de Arequipa, é um local marcado pelo turismo, forte comércio, principalmente de forma informal, e pelo conflito de território da região.

Este conflito foi marcado historicamente pela resistência dos índios frente à colonização espanhola, afirmando-se independentes. Esta característica cosmopolita vem desde a conquista dos espanhóis em 1533 no Peru até então habitado pelos Incas. O Peru declarou sua independência em 1821, sendo as últimas forças espanholas derrotadas em 1824. Depois de 12 anos de governo militar, o Peru retornou a liderança democrática em 1990, e as lutas de cidadania continuam presentes. Vale salientar que essa viagem para Cusco não foi planejada e foi decidida no Congresso, com outros companheiros da UFSC.

Percebemos assim, que as atividades de extensão foram além do processo de apresentação com o desafio de síntese e posicionamento, foi também a relevante comunicação com o público e na compreensão da realidade local e suas formas de relação social, econômica e política.

A partir dessas duas participações, das dificuldades enfrentadas, eu e outra bolsista tivemos possibilidade de nos organizarmos melhor para o próximo Congresso. Planejamos e efetivamos a viagem juntas, sendo que fiquei responsável pela terceira apresentação do artigo

escrito em conjunto com a Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro sobre a política de habitação³⁰ no IV Congreso Internacional en Trabajo Social acontecido na cidade de Nuevo Casas Grandes, México no ano de 2011 com a temática “Trabajo Social y Transdisciplinariedad en el siglo XXI”.

Preparamos toda a infra-estrutura para evitar preocupações no percurso da viagem sob orientação da Professora. Foi sistematizado um roteiro, aproveitando o tempo e os recursos disponíveis. Nosso objetivo foi conhecer a realidade da Cidade do México, a Cidade de Juárez, por ser o ponto de conexão a Nuevo Casas Grandes, participar e apresentar o trabalho no IV Congreso Internacional en Trabajo Social em Nuevo Casas Grandes/Chihuahua, e a cidade de Chihuahua, capital do estado de Chihuahua (ver ANEXO X).

Com a programação definida eu e outra bolsista nos informamos a respeito de cada cidade, seus meios de transporte, cultura, população, modos de produção, entre outros, e verificamos algumas particularidades.

A Cidade do México é o Distrito Federal, capital dos Estados Unidos Mexicanos e é sede dos poderes federais da República Mexicana, é o centro econômico e político do país, a segunda cidade mais populosa do continente americano e é uma das maiores metrópoles do mundo.

Verificamos nela o efeito da aglomeração urbana, o problema de mobilidade, milhões de casas nos morros distante do Centro e sem infra-estrutura, o desenvolvimento da economia informal, reivindicações na grande avenida chamada Avenida da Reforma, referentes ao sistema neoliberal e aos mortos na guerra. Notamos também a forte política de segurança frente ao alto índice de violência e conhecemos a cidade antiga e histórica da Cidade do México: os Templos e as Pirâmides Teotihuacan.

Com relação à Cidade de Juarez, esta localizada na divisa com El Paso, Estados Unidos, é caracterizada por um alto nível de violência e assassinato, principalmente contra mulheres.

Informamos à organização a nossa programação e fomos recepcionadas no local. Pudemos observar o vazio da cidade expresso pela falta de movimento e luz na cidade, bem como a reprodução do medo transmitido pelas pessoas.

A equipe nos recepcionou também em Nuevo Casas Grandes na chegada de ônibus e nos re-encaminharam para outro hotel daquele que nós tínhamos informado da reserva por

³⁰ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *A política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população* - questões para o Serviço Social. In: IV Congreso Internacional en Trabajo Social. Nuevo Casas Grandes, Chihuahua, México: UACJ, 03 a 05 de novembro de 2011.

causa da qualidade. Fomos convidadas também, enquanto representantes do MOSCOPSS para participar de jantar junto à organização e demais palestrantes.

Este processo significou uma aproximação com a cultura e uma experiência também mais viva de intercâmbio, de integração e de trocas de informações, na medida em que era interesse do local também o contato com a língua portuguesa e cultura do Brasil.

O momento da apresentação se caracterizou pelo relato da política de habitação no Brasil na mesa de trabalho “Políticas Sociales y Estudios da Pobreza” e despertou interesse dos participantes para maiores informações sobre áreas de interesse social, que com o debate, o tema se ampliou para uma questão global. Foi importante para os participantes que para a exposição do trabalho havia um tradutor.

Para além do Congresso, observamos diversas características da cidade, como a forma de produção da pequena população de Nuevo Casas Grandes caracterizada pelo artesanato, o qual foi repassado historicamente pela antiguidade da Zona de Paquimé; a importância da tequila, a comida picante, a forte discussão na relação de gênero e a comemoração do país pelo dia dos mortos.

Após o Congresso, viajamos a caminho de Chihuahua, cidade esta caracterizada pelo comércio a pelas grutas, pois a exploração das cavernas é um importante papel para a economia da região.

Todas essas vivências permitiram uma relação com diversos modos de sobrevivência e com outro mundo de universidade, que até então era desconhecida e que acabou por provocar uma nova forma de olhar as expressões da questão social, refletindo conseqüentemente no país de origem no sentido de rever e reestudar a realidade brasileira e regional.

Essas atividades contribuíram de forma significativa para o processo de formação acadêmico-profissional, como também se coloca como um parâmetro de comparação a outros eventos, como o participado na Conferência Mundial realizada em Stockholm, Suécia em 2012, chamado Social Work and Social Development: Action and Impact, enquanto acadêmica.

Os debates vivenciados nos Congressos realizados na América Latina comparados com o da Europa tiveram uma diferença significativa devido às condições de vida que delimitam suas particularidades na problematização das políticas públicas.

A partir desta e outras reflexões entendemos que as atividades de extensão de fato revelaram um novo significado para o processo de aprendizagem, visto que as experiências instigaram um novo pensar e fazer da profissão.

As viagens, por exemplo, permitiram um intercâmbio com outras universidades, palestrantes e demais culturas, confirmando a importância da oxigenação do conhecimento acadêmico realizado através da troca de informações, observações e vivências.

A apresentação de artigos científicos em Eventos do Serviço Social também foi uma forma de socializar o conhecimento produzido pela própria pesquisa, trazendo a perspectiva de democratizar as informações.

Como também pelos Seminários de Estudos e de Extensão ao longo dos anos, que geraram condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e os desafios da nossa profissão a ser enfrentado na realidade. Além disso, contribuíram pelo aprimoramento dos instrumentais técnicos utilizados como planejamento, organização e divulgação, e posteriormente aos Seminários, quando um exercício da sistematização da prática.

Já os levantamentos de dados facilitaram para uma visão integrada do social, que através das atividades de identificação do quadro técnico-organizativo na Grande Florianópolis acerca da política habitacional, seu andamento e seus programas, o levantamento da produção teórica acerca do tema na UFSC, o mapeamento dos grupos de pesquisa e a busca de grupos organizados que discutissem a política habitacional, revelaram dados e números sobre a qual a política de habitação tem tido relevância em diversos locais.

A extensão também possibilitou a participação na comunidade, como foi o caso das visitas e participação na eleição dos conselheiros do CMHIS, que enriqueceram minha compreensão do que seja esfera pública e de sociedade civil como espaço heterogêneo, permeados por conflitos e interesses diversos.

Foi através da extensão que foram expostas dificuldades e desafios que não estavam previstos nos conteúdos assimilados fossem pelo ensino ou através das leituras realizadas como primeira atividade como bolsista, sendo que as atividades de extensão recorrentes deram vida à relação entre teoria e prática, enfim ao processo de sujeito ativo da própria formação.

A extensão foi um espaço de desenvolvimento profissional, um espaço de intervenção, de articulação com a realidade social e que favoreceu o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, permitindo-me como acadêmica vivenciar o fazer, o criar e o construir, ultrapassando o conhecimento técnico-científico.

Verifica-se assim que as atividades de extensão cumpriram sua função de retro-alimentadora do âmbito do ensino, de aproximação com a realidade social e de socialização do conhecimento, e que estas se desenvolveram entrelaçadas às atividades de *pesquisa*, como relataremos a seguir.

3.2 PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE PESQUISA³¹

As atividades de pesquisa se concretizaram no MOSCOPSS entrelaçadas às atividades de extensão, como forma de compreender, aprofundar e ampliar o debate sobre o tema.

A primeira atividade de pesquisa foi a *participação na produção de artigo científico* sobre a política de habitação em 2010. Atividade que só continuou a requerer leituras além do já estudado acerca da temática do MOSCOPSS, tais como:

- Gohn³² em seu texto sobre os Movimentos Sociais ao redor da questão urbana, que afirma o reflexo da questão social brasileira não mais no campo, mas sim nas grandes cidades, o que leva a uma retomada dos movimentos sociais urbanos na luta pela inclusão social e condições de habitação. A autora aborda dentre os movimentos sociais urbanos, os movimentos sociais nucleados pela questão da moradia, abrangendo os que atuam no plano institucional e os populares, os movimentos de associações de moradores, os movimentos contra a violência aos cidadãos e às áreas periféricas e zonas de favelas, e as ações de resistência aos ataques civis nas ruas, frente ao fortalecimento da cultura do medo gerada pela violência generalizada, e que, por sua vez, trazem valores de indiferença e insensibilidade no lugar de indignação.
- O texto de Barbosa e Ramos³³ discute o impacto da globalização nas cidades, a qual redefine as relações sociais dessa nova era, ou seja, as novas formas de produção e reprodução da vida social que tornam a cidade elemento importante na determinação de particularidades organizacionais, em que a automação dos processos de trabalho e do comando político-administrativo, realizado a longa distância na era microeletrônica, repercutem na redução dos postos de emprego. Assim as cidades são afetadas pelas transformações e dão dinamismo às estruturas urbanas.

³¹ Importante mencionar aqui que a participação nas atividades de pesquisa e extensão junto ao MOSCOPSS está sendo descrita de forma separada para efeito didático, já que a forma como se desenvolveram foram de forma tão dinâmica e articulada que só o esforço teórico é que permite separá-las para melhor compreensão.

³² GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 45-82.

³³ BARBOSA, Maria José de Souza; RAMOS, Maria Helena Rauta. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.85-111.

- Outro texto de Barbosa e Ramos³⁴, sobre a governabilidade e dos novos critérios de gestão urbana, trata da importância das infra-estruturas e dos serviços urbanos, como equipamentos e serviços coletivos, como condições gerais da reprodução social no espaço urbano. O texto afirma que o nível de desenvolvimento é medido pelo grau de segregação sócio-espacial das populações que residem em morros, alagados e periferias da cidade.
- O texto de Ramos³⁵ aborda a temática da política urbana, esta constituída pelas lutas sociais travadas pelos trabalhadores e pelas estruturas do poder local, que refletem na vida dos habitantes das cidades. Além de envolver em sua análise os espaços de exclusão e de marginalização do ponto de vista socioeconômico-espacial e cultural, envolve também a intervenção do Estado, que mantém vínculo com a contradição das forças produtivas materiais e humanas e das relações de produção, o que dependendo da composição e a representação das classes sociais nos municípios, provoca ou não alterações nas políticas urbanas locais.
- O texto de Maricato³⁶ revela através de dados como o processo de urbanização e industrialização foi impulsionado pelo capitalismo global principalmente nas metrópoles brasileiras, onde por sua vez, as periferias continuam a crescer aceleradamente. Apresenta assim a concentração urbana e o déficit habitacional, bem como a ocupação irregular de território que compromete diversas áreas ambientais e que, acompanhada de desaceleração do crescimento econômico, desemprego e recuo das políticas públicas, impacta no ordenamento das cidades.
- O texto de Ramos e Sá³⁷ evidencia as respostas dadas a política de habitação popular, evidenciando as soluções geradas por aqueles que dela necessitam, do sujeito de ocupar um pedaço de terra e construir a casa, ou pela iniciativa pública de construção de casas populares e de urbanização de favelas, definindo “territórios” próprios de cada classe social e revelando o nível de sua reprodução

³⁴ BARBOSA, Maria José de Souza; RAMOS, Maria Helena Rauta. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.113-131.

³⁵ RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.133-150.

³⁶ MARICATO, Ermínia. Metrôpoles brasileiras. In: *Próximo ATO 2006*, 2006. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textoerminiamaricato.pdf>. Acessado em 2010.

³⁷ RAMOS, Maria Helena Rauta; ROCHA DE SÁ, Maria Elvira. Avaliação da política de habitação popular segundo os critérios de eficácia societal. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.151-168.

social, já que a habitação tornou-se uma mercadoria impossível para grandes parcelas de trabalhadores.

- O texto de Maffini e Merigo³⁸ contextualiza a política habitacional no município de Restinga Seca (RS), tendo como objetivo principal verificar qual o motivo da inadimplência das famílias que adquirem habitações por meio do poder público. A partir das entrevistas realizadas e da análise das informações, o autor concluiu que os fatores relevantes foram: baixa renda familiar da maioria (até um salário mínimo), falta de conscientização em relação ao Programa que é proveniente de um órgão público, e desconhecimento da política habitacional adotada pelo município. Finaliza afirmando que o trabalho do assistente social, na execução dessa política social, é de suma importância na perspectiva de valorização e resgate da cidadania, garantindo, assim, que seja uma política de direito e dever, e que possibilite a condição de moradia e qualidade de vida à população.

A partir dessas leituras e das realizadas anteriormente, realizei um esboço de um artigo acerca do tema, que após observações, ajustes e reorganização da Profa.Dra Edaléa Maria Ribeiro, encaminhei para o XII ENPESS³⁹, e posteriormente para o IV Congresso Internacional em Trabajo Social realizado no México⁴⁰.

Na perspectiva de que o processo de industrialização e crescimento das cidades aglomerou a população brasileira trazendo demandas para a questão da moradia e exigindo respostas do Estado, o artigo científico aponta que a política habitacional brasileira é fruto da luta política, de reivindicações e de participação popular hoje assegurada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade em 2001. Porém, frente à descontinuidade das ações do governo federal e do déficit habitacional vividos por segmentos empobrecidos da população, a questão de participação popular e da garantia do direito são desafios postos ao Serviço Social na efetivação da política habitacional brasileira.

Tive participação também, em 2010, na *tabulação de dados* referente à pesquisa sobre os movimentos sociais. A Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro já tinha os dados iniciais da pesquisa, referente a produção de conhecimento na temática dos “movimentos sociais” que haviam sido socializados em eventos específicos do Serviço Social - CBAS e ENPESS entre

³⁸ MAFFINI, V. R.; MERIGO, J. Política Habitacional e a identificação do(s) motivo(s) da inadimplência das famílias beneficiadas com o Programa de Terrenos. In: *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 3, dez. 2004.

³⁹ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *A política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população* - questões para o Serviço Social. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Rio de Janeiro: UERJ, 06 a 10 de dezembro de 2010.

⁴⁰ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *A política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população* - questões para o Serviço Social. In: IV Congresso Internacional em Trabajo Social. Nuevo Casas Grandes, Chihuahua, México: UACJ, 03 a 05 de novembro de 2011.

os anos de 2000 e 2009. A partir da seleção e identificação dos trabalhos, a Professora já os havia dividido por temas:

- Movimentos sociais urbanos: a luta pela democracia participativa no acesso à cidade (40 trabalhos)
- Movimentos sociais – gênero/geração/minorias (19 trabalhos)
- A relação serviço social - movimentos sociais (18 trabalhos)
- Movimentos sociais no campo: sujeitos, trajetórias, organização, projeto político (16 trabalhos)
- Movimentos sociais: trajetórias, desafios (11 trabalhos)
- Movimento sindical e a realidade atual (11 trabalhos)
- Movimentos sociais e Ong's – um debate em aberto (04 trabalhos)
- Outros (09 trabalhos)

Foi nessa divisão dos trabalhos, que participei da tabulação de dados, identificando a origem de cada trabalho, se estes eram de resultados de pesquisas de grupos de pesquisa, teses de doutorado, ou dissertações de mestrados. Identifiquei também se os trabalhos eram relato de experiência, debate teórico ou pesquisa de campo, e se estes privilegiavam a dimensão micro ou uma leitura do macro.

Vale salientar que a coleta de dados foi refeita no mínimo duas vezes, sendo então estes dados *sistematizados e escritos* em forma de artigo científico juntamente com a Professora, que resultou na publicação no Congresso Internacional em Peru em 2010⁴¹. Este artigo foi resultado parcial de pesquisa, já que apresentou o resultado quantitativo desta.

Os dados coletados permitiram afirmar que o tema não desapareceu por completo nesses espaços de socialização do conhecimento no serviço social, ainda que a profissão tenha tido um distanciamento profundo em relação ao mesmo, fruto das referências teóricas que orientaram as reflexões do tema na profissão.

Publicamos o resultado parcial da pesquisa também em forma de painel no 20º Seminário de Iniciação Científica da UFSC⁴², onde estávamos presentes para o esclarecimento de dúvidas. Para isso *organizei um Banner* da pesquisa (ver ANEXO Y) e um do próprio MOSCOPSS (ver ANEXO Z).

⁴¹ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio*. In: III Congresso Internacional de Trabajo Social, Arequipa, Peru: CTSP, 2010.

⁴² RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. *O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento em Serviço Social no período de 2000-2008*. In: Anais do 20º Seminário de Iniciação Científica. Florianópolis: UFSC, 2010.

No ano de 2011, continuamos essa pesquisa na perspectiva de *identificar os avanços* em termos do tema, para a produção do conhecimento no Serviço Social.

Fui orientada assim a rever os trabalhos, identificando as referências teóricas utilizadas, bem como identificando os avanços da discussão de cada movimento para o Serviço Social.

Verificamos, através dos dados, que pouco a profissão contribuiu com o avanço do conhecimento acerca dos movimentos sociais, já que absoluta maioria dos trabalhos constituiu-se na reprodução do conhecimento das áreas de humanas e sociais, e que fragiliza a profissão na sua intervenção junto a estes sujeitos coletivos que mais do que nunca estão presentes nos sumários local, nacional e internacional, com ações coletivas e demandas fundamentais.

Afirmamos que o tema movimentos sociais presentes nos ENPESS e CBAS caracterizaram-se muito mais pela sistematização e/ou reprodução do conhecimento, de práticas e/ou relatos de trajetórias históricas dos protagonistas da questão social do que efetivamente uma produção de conhecimento do serviço social acerca de movimentos sociais e seu protagonismo social.

Quando pronto o relatório final, era nosso interesse sua publicação. Fui orientada assim a *mapear as revistas caracterizadas como Qualis A e B*. O Qualis é um sistema de avaliação de periódicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujas letras A (1 e 2), B (1 a 5) e C é uma das formas de avaliação pela sua qualidade.

Sistematizei as revistas específicas da área do Serviço Social que estavam qualificadas A1, A2, B1, B2 e B3 em uma lista no Programa da Microsoft Excel, classificando as quais tínhamos ou não interesse em enviar o artigo, as que recusaram e as que estavam em andamento. Daí foi publicado o artigo na Revista *Textos & Contextos*⁴³ de Porto Alegre.

Paralelamente a esse processo de interesse da publicação, recebi um e-mail de convocatória, que também aceitou o nosso artigo para publicação da Revista *Prospectiva da Colômbia*⁴⁴.

Com a proposta de contínua investigação, outra atividade se desenvolveu pelo *esboço de três possíveis projetos de pesquisa*.

⁴³ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio. In: *Revista Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 314 - 330, ago./dez. 2011.

⁴⁴ RIBEIRO, Edaléa Maria; SCHUELTER, Bárbara. O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio. In: *Prospectiva* n.16, p.103-129, outubro de 2011.

Um projeto posteriormente denominado “Movimentos sociais urbanos hoje na Luta pelo direito à cidade – aportes para uma leitura prospectiva” justificou, a partir da contextualização dos movimentos sociais, seguido do significado da reforma urbana e a continuidade de lutas pelo direito à cidade na atualidade, a necessidade de compreensão do protagonismo dos movimentos sociais urbanos em tempos recentes.

Outro se nomeou “O exercício profissional do serviço social nos programas e projetos habitacionais nos anos 2000 – 2010” na perspectiva de abordar e sistematizar a orientação do exercício profissional do Serviço Social nos programas e projetos habitacionais desde a criação do Ministério das Cidades em 2003 até os dias atuais com ênfase no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já o projeto de pesquisa “A trajetória do Serviço Social na execução da política de habitação (1946-2010)” explanou-se os conflitos das relações sociais em que o Serviço Social está inserido no seu local de trabalho e suas conseqüentes expressões, tendo como objeto a intervenção na política de habitação. O problema de pesquisa colocado foi a necessidade de identificar a trajetória do Serviço Social na política de habitação desde seu surgimento, bem como as respostas e os desafios da/para profissão frente às demandas postas.

As referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento dos possíveis projetos foram os livros disponíveis no MOSCOPSS e os sites oficiais do Governo Federal.

A proposta desses projetos seria seguir como pesquisadora. A partir da leitura do TCC de Fernanda Matte⁴⁵, em que o trabalho trata de um estudo realizado acerca da trajetória da política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população nos séculos XX e XXI, entrelaçando a esta o exercício profissional do Serviço Social, ainda marcado com os princípios do Desenvolvimento de Comunidade na sua efetivação, escolheria então a direção da pesquisa.

Com a leitura deste TCC, escolhi o último projeto, que apesar de seguir outros caminhos da profissão, a pesquisa sobre a trajetória do Serviço Social na execução da política de habitação continua no MOSCOPSS.

Através da participação nas *atividades de pesquisa* realmente se materializou a produção de conhecimento a serviço do meio em que o homem vive e ao desenvolvimento científico em Serviço Social, tendo ainda como ponto de partida, a própria realidade.

⁴⁵ MATTE, Fernanda. *Trajétória do Serviço Social na política de habitação voltada para segmentos empobrecidos da população*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2010.

A atividade de *participação na produção de artigos científicos*, particularmente, trouxe o exercício de releitura do que é transmitido no ensino em um constante diálogo com a realidade no caso à política de habitação e movimentos sociais.

No artigo da política de habitação despertou principalmente a importância das referências bibliográficas e da fundamentação teórica para que fosse realizada uma análise concreta acerca do tema, revelando assim o processo de aquisição de conhecimentos, sistematização das idéias e finalmente sua difusão via publicação.

Quanto ao artigo sobre os movimentos sociais, permitiu um intenso contato com a sistematização de dados, que por meio dos indicadores, garantiu maior visualização e clareza do trabalho tanto no âmbito qualitativo, quanto quantitativo. Isso possibilitou uma mediação entre o conhecimento e a realidade, entre a importância que é estudar os movimentos sociais e sua relevância que é dada na realidade ao Serviço Social, a caminhar na construção e formulação de novo conhecimento.

Os *esboços de projeto de pesquisa*, por sua vez, facilitaram a definição e o planejamento do caminho a ser seguido no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, definindo bem os vários aspectos da dificuldade, as contradições e esclarecendo os limites da pesquisa e o seu raciocínio, bem como a organização do tempo, de seqüência de roteiros e cumprimentos de prazos. Esta atividade promoveu ainda um exercício de ampliar análise do objeto de intervenção com vistas a criar possibilidades de ação e novas respostas profissionais.

As atividades de pesquisa que vivenciei se motivaram para a busca do novo e contribuíram para ampliação das possibilidades de intervenção no caso, a temática do MOSCOPSS, e instigaram à investigação e interpretação do desconhecido, mantendo viva a unidade teoria-prática e impactando no enriquecimento do processo de aprendizagem acadêmico. Além disso, a identificação como parte integrante das atividades de pesquisa fortaleceu e aprofundou a perspectiva investigativa.

Também, perante as sólidas mudanças do mundo, as atividades estimularam para a realização de pesquisa de forma constante, numa caminhada de permanente descoberta e criação de conhecimento.

Além disso, elas foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, a qual também serve de base para o ingresso na pós-graduação, na medida em que, conforme Severino (2000) o preparo está diretamente relacionada com a graduação, e que a sua falta é um dos motivos de evasão da pós-graduação, frente ao abismo entre cursar disciplinas e o momento de pesquisa.

Afirma-se assim, que as atividades de pesquisa são essenciais e indispensáveis para o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa jornada em busca de relatos experienciados por intermédio das atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa e da extensão, foi possível verificar a importância destas duas vertentes no que se refere à formação acadêmico-profissional no âmbito do Serviço Social. Isso diante da articulação *indissociável entre ensino, pesquisa e extensão* com o intuito de desenvolver o objetivo das universidades, que é o de produzir conhecimentos e divulgá-los. Tais intentos vêm sendo efetivados pelo corpo docente e, graças aos Grupos de Pesquisa e Extensão, muitos acadêmicos têm vivenciado participações. Como bolsista do MOSCOPSS tive a grata oportunidade de vivenciar tal indissociabilidade.

Segundo Assis e Bonifácio (2011), o conhecimento advindo da extensão deve ser problematizado e divulgado por meio da produção científica, já o ensino deve utilizar-se de pesquisas para não restringir os estudos apenas a conhecimentos já consagrados. Isso mostra que essas três dimensões da formação possuem uma interdependência, na qual a Universidade se baseia para desenvolver uma boa proposta de formação profissional.

Esses elementos estão presentes no desenvolvimento do corpo docente, todavia compreende-se que a pesquisa e a extensão deveriam ser parte indissociável também no processo de formação acadêmico-profissional. Para tanto, ousa-se evidenciar essa experiência do corpo docente, com o objetivo de defender a essencial e fundamental participação dos acadêmicos nesse processo.

Embora seja compreensível que para a obtenção de grau em nível superior, as atividades de pesquisa e extensão não sejam necessariamente obrigatórias, defende-se que quando se pretende enriquecer e ampliar a qualidade e a formação acadêmico-profissional não se pode negar que elas se tornam indispensáveis.

As evidências desse processo suscitadas pelo estudo de caso, por meio das atividades vivenciadas junto ao MOSCOPSS, foram reveladoras por terem assinalado o protagonismo acadêmico durante o desenvolvimento das atividades do Grupo. Tal experiência, realizada sob orientação docente, testemunhou um enriquecimento para além das atividades de ensino, em função de um intenso contato com as atividades de pesquisa e extensão.

A participação nas atividades de extensão facilitou as vivências inerentes ao fazer, ao criar e ao construir. Proporcionou ainda a troca de informações, observações e vivências. Permitiu a reflexão sobre grandes questões da atualidade e desafios relacionados à nossa profissão a serem enfrentados na realidade. Contribuiu igualmente no sentido de aprimorar os

instrumentos técnicos utilizados, como: planejamento, organização, divulgação e sistematização da prática; participação em eventos com a comunidade; exercitação da visão generalista do social; socialização do conhecimento produzido pela própria pesquisa; trabalho com dificuldades encontradas, bem como práticas de intercâmbio com outras universidades, palestrantes e demais culturas.

Quanto à participação nas atividades de pesquisa, esta contribuiu para a produção de novos conhecimentos e para a busca de inovações e avanços. Ampliou ainda as possibilidades de análise do objeto de intervenção. Fortaleceu e aprofundou as perspectivas dentro do universo investigativo. Promoveu um exercício de releitura do conhecimento. Por fim, permitiu exercitar a sistematização de dados para a obtenção de indicadores e desenvolveu o planejamento e a sequência do trabalho de pesquisa.

A participação junto às atividades de pesquisa e extensão também foi essencial para a compreensão da relação teoria-prática, um dilema no curso de Serviço Social, que propiciou o desenvolvimento das bases para que como profissional, seja possível investigar e questionar a realidade de forma constante, sendo possível encontrar as respostas atuais fundamentadas no conhecimento e no diálogo plural.

Tal participação refletiu no processo de aprendizagem oferecido via ensino perante a realização do estágio obrigatório na área da habitação, ao incentivo de intercâmbio em Serviço Social na Alemanha, bem como para a produção de conhecimentos no trabalho de conclusão de curso.

Esse trabalho de conclusão de curso, além de oportunizar uma reflexão sobre o conjunto das atividades desenvolvidas no MOSCOPSS, amplia o debate para a constituição da pesquisa e da extensão em âmbito discente, a fim de que se expandam as possibilidades aos acadêmicos com impacto extremamente positivo na formação teórica, técnica e política, conforme advogam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Pretende-se aqui defender a pesquisa e a extensão como fatores básicos e necessários. Segundo Almeida *et al.* (1997, p.54):

[...] a política de participação dos alunos em programas acadêmicos (monitoria, pesquisa e extensão) devem ser enfrentados não mais de forma episódica, mas como um pressuposto do projeto pedagógico de formação profissional do aluno do curso de Serviço Social.

Incontestavelmente, dentro de um contexto contemporâneo, ensinar e produzir novos conhecimentos deve ultrapassar o mero treinamento e a simples capacidade de memorização e aplicação de conteúdos, para atingir um nível que se eleva para além das noções do senso comum e proporciona aos acadêmicos a oportunidade de manejar a crítica, não como um meio

de reproduzir a realidade, mas de transformá-la e reconstruí-la por meio da pesquisa e da extensão.

Diante de tamanha importância, que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão não mais ocorra de forma episódica, mas que seja uma constante nos cursos de formação acadêmico-profissional, em cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal (1988), aos princípios gerais do Estatuto da UFSC (2011, p.8): Art. 5º “A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão [...]”. Bem como em cumprimento ao que preconiza as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. A ABEPSS e o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social: a estratégia dos grupos temáticos de pesquisa (GTPs). In: *Temporalis*, Revista da ABEPSS n.17, p. 151-161, jan, 2009.

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social - 1996*. Disponível em internet em [http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei de Diretrizes Curriculares 1996.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei%20de%20Diretrizes%20Curriculares%201996.pdf)
Acesso em setembro de 2012.

ABEPSS. *Estatuto da ABEPSS*. São Luiz/MA, 05 de dezembro de 2008. Acessado em outubro de 2012. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/estatuto.pdf>

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS edição especial 50 anos*, n.7, p. 58-76. São Paulo: Editora Cortez, novembro de 1997.

ABREU, M.M; IAMAMOTO, M.V.; JORGE, M.R.T.; KOIKE, M.M.S.. Caracterização da área de Serviço Social. . In: *Cadernos ABESS edição especial 50 anos*, n.7, p. 77-92. São Paulo: Editora Cortez, novembro de 1997.

ALMEIDA, N.L.T.; BEHRING, E.R.; CARDOSO, I.C.C.; GRANERMANN, S.. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. In: *Cadernos ABESS edição especial 50 anos*, n.7, p. 15-57. São Paulo: Editora Cortez, novembro de 1997.

ALMEIDA, M. I. de. Apontamentos a respeito da formação de professores. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). *Formação de educadores: artes e técnicas, ciências e políticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 177-188.

ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto De Moura Librandi Da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. In: *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 15, n. 2, July 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000200008&lng=en&nrm=iso Acessado em setembro de 2012.

ASSIS, Renata Machado de -; BONIFÁCIO, Naiêssa Araújo. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. In: *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.1, n.3, p.36-50, set./dez. 2011. Disponível em:
http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1515/pdf_97
Acessado em setembro de 2012.

BAPTISTA, M.V; RODRIGUES, M.L. A formação pós-graduada – strictu senso – em Serviço Social: papel do pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, n.5, p. 108-136. São Paulo: Cortez, maio de 1992.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 45, p.142-146, Ano XV, agosto de 1994.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Cidade* – Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* - LDB. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BENATTI, L.P.S ;CAPUTI, L. Trabalho, lutas e estratégias frente à precarização na formação profissional em Serviço Social. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social* – ENPESS, Rio de Janeiro, 2010.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante – o equívoco da extensão universitária*. Petropolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos,SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248p.

BREGLIA, Vera Lucia A. *Graduação, formação e pesquisa: entre o discurso e as práticas*. Caxambu: Anped, 2004.

CAIRES, C.M; LOPES, R.A.; SILVA, M.F.G.S.. *A importância das atividades de extensão na formação acadêmica: a experiência do projeto universidade solidária*. UNINOVE, s/d. Disponível em:

http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/aimportancia.pdf
Acessado em setembro de 2012.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. In: *Cadernos ABESS*, n.8, p. 27-32. São Paulo: Editora Cortez, novembro de 1998.

CASTRO, S.M.P.A; FELIX, E.R.. Serviço Social e extensão universitária: a experiência do Núcleo de Gestão de Programas Sociais da Universidade Castelo Branco. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*. Brasília, 31 de julho a 05 de Agosto de 2010.

DIAS SOBRINHO, Jose. *Avaliação da educação superior*. Petropolis: Vozes, 2000. 235p.

DSS. Regimento Interno de Pesquisa do Departamento de Serviço Social dispõe sobre *A proposição, o acompanhamento e a avaliação de Pesquisa*. UFSC, Colegiado do Departamento de Serviço Social, 17 de abril de 2007.

FONSECA, Cleomar Campos da -. Formação acadêmico-profissional: o papel dos sujeitos na direção da formação. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social* – ENPESS, Rio de Janeiro, 2010.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS. *Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf Acessado em setembro de 2012.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; LISBOA, Teresa Kleba (orgs). *Serviço Social em Revista*: edição comemorativa: 2008: 50 anos do Curso de Serviço Social – UFSC. Florianópolis: UFSC, Curso de Serviço Social, 2009. 150p.

GOMES, A.E; MARTINS, R.; PIMENTEL, J.R.. Extensão universitária, prática profissional e Serviço Social: relato da experiência do Projeto de Extensão Questão Ambiental e Cidadania. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*. Brasília, 31 de julho a 05 de Agosto de 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-717.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf> Acessado em setembro de 2012.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 201-219.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em Serviço Social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. In: *Temporalis*, Revista da ABEPSS n.17, p. 39-60, jan, 2009.

LEWGOY, A.B.; MACIEL, A.L.S.. Reflexões acerca do ensino à distância na formação em Serviço Social. In: *Temporalis*, Revista da ABEPSS, ano VIII, n.15, p.67-87, jan/jun, 2008.

MACHADO, M.S.; RODRIGUES, A. A.; RUBIM, T.M.F.S.; XAVIER, A.. Formação profissional e a perspectiva teórica no exercício profissional: um olhar sobre o(a) Assistente Social de Santa Catarina. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social* – ENPESS, Rio de Janeiro, 2010.

MEC. Resolução n. 15/2002 estabelece as *Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social*. MEC, Conselho Nacional da Educação (CNE), 13 de março de 2002.

MESQUITA FILHO. Integração ensino-pesquisa-extensão. In: *Informativo CP*, Integração III (9):138-43, 1997. Acessado em outubro de 2012. Disponível em:

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Universidade hoje - Ensino, pesquisa, extensão. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 19, n. 63, Aug. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200003&lng=en&nrm=iso Access em setembro de 2012.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Elementos para pensar a pesquisa como princípio formativo em Serviço Social. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social* – ENPESS, Rio de Janeiro, 2010.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. “Taller” de investigação e projetos sociais. In: *Cadernos ABESS*, n.5, p. 96-107. São Paulo: Cortez, maio de 1992.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. In: *Temporalis*, Revista da ABEPSS n.17, p. 21-37, jan, 2009.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300007&lng=en&nrm=iso Acessado em setembro de 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21ª Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000. p. 157- 164.

_____. Formação, perfil e identidade dos profissionais da educação: a propósito das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). *Formação de educadores: artes e técnicas, ciências e políticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 61-72.

_____. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. In: *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 14, n. 2, July 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200002&lng=en&nrm=iso Acessado em setembro de 2012.

UFSC. *Estatuto 2011*. Florianópolis: UFSC, 2011. Acessado em outubro de 2012. Disponível em: <http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2011/10/Estatuto.pdf>

UFSC. *Regimento Geral: gestão 2008/2011*. Florianópolis: UFSC, 2011. Acessado em outubro de 2012. Disponível em: http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2011/07/Regimento_Geral_web.pdf

UFSC. Resolução Normativa n. 009/CUn/2006, dispõe sobre *A Proposição, o acompanhamento e a avaliação das atividades de Pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina*. UFSC, Conselho Universitário (CUN), 13 de junho de 2006.

UFSC. Resolução Normativa n. 003/CUn/2009, dispõe sobre as *Ações de Extensão na Universidade Federal de Santa Catarina*. UFSC, Conselho Universitário (CUN), 08 de dezembro de 2009.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. In: *Temporalis*, Revista da ABEPSS n.17, p. 61-82 ,jan, 2009.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. In: *Cadernos ABESS*, n.8, p. 7-18. São Paulo: Editora Cortez, novembro de 1998.

Obras consultadas:

PEREIRA, Débora Maria Russiano et al. *NBR 14724: trabalhos acadêmicos – apresentação*. Florianópolis; Araranguá, 2011. 73 slides, color. Acompanha texto. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/TrabalhoAcademico.pdf>. Acesso em novembro de 2012.

ANEXO A - Projeto Pró-Bolsa da Extensão 2010



Coordenador: EDALEA MARIA RIBEIRO

Dados Pessoais

Nome:	EDALEA MARIA RIBEIRO
Sector:	DEPTO DE SERVIÇO SOCIAL
Centro:	CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
Titulação:	DOUTOR

Projeto
Seminários de Extensão do MOSCOPSS

1. Introdução:

Toda a trajetória de Protagonismo e Resistência de Movimentos Sociais cuja demanda volta-se para a questão urbana e o acesso à cidade desvenda a capacidade que esses indivíduos tem em se colocarem como sujeitos de sua própria história, como também, ainda que, à duras penas, capacidade de conquista e efetivação de seus direitos, enquanto ocupantes do disputado espaço urbano. A experiência vivida por estes e seus aliados indica a necessidade do debate da Política Habitacional implementada em distintos municípios da grande Florianópolis e litoral de SC, de tal forma que contemplem o princípio da participação, conforme explicita a Política Nacional de Habitação.

Ao mesmo tempo, o contexto apresentado demonstra o desafio vivido por profissionais em geral que atuam nestas políticas, tendo em vista as correlações de força que imperam e influenciam as direções das ações públicas, seja elas municipais, estaduais e/ou federais.

Diante dessa conjuntura, se coloca emergente a formação continuada destes, em particular os assistentes sociais, orientados para a geração de mecanismos que valorizem a potencialidade dos sujeitos, favorecendo o acesso à informação e à participação, no exercício de consolidação do controle popular nos processos decisórios e emancipação dos usuários das políticas públicas setoriais, em especial a política urbana.

2. Objetivos:

Possibilitar o debate crítico acerca da relação questão urbana, políticas públicas setoriais e movimentos sociais, apontando desafios para a profissão.

3. Justificativa:

O presente projeto justifica-se pela necessidade criar espaços de estudo e debates sobre um tema fundamental para a profissão, mas ainda pouco trabalhado no atual currículo de Serviço Social, visto ser crescente o número de profissionais que no seu exercício profissional se deparam com a temática, sejam nas pequenas prefeituras, via políticas públicas de habitação, ou ainda a presença de movimentos sociais demandando programas e serviços, na relação direta com a profissão nos seus distintos espaços sócio ocupacionais.

4. Público Alvo:

Comunidade em geral, bem como profissionais ligados às áreas das ciências humanas e sociais aplicadas

5. Metodologia:

Metodologia:

1. Identificação dos profissionais de serviço social que trabalhem com políticas públicas de habitação, meio ambiente, trabalho e renda na região da grande Florianópolis;
2. Levantamento de produção teórica já efetuada na UFSC acerca do tema proposto;
3. Levantamento de possíveis palestrantes, com domínio no tema, nos quadros da UFSC e fora dela;
4. Planejamento, organização e divulgação dos Seminários de Extensão (abertos e fechados);
5. Realização de 4 seminários abertos ao longo do período do projeto;
6. Realização de 6 seminários internos de estudo, voltados prioritariamente aos participantes do MOSCOPSS e convidados;
7. Registro das atividades;
8. Sistematização dos dados acumulados;
9. Avaliação das atividades;
10. Publicização dos resultados da avaliação e prospecção das ações a serem desenvolvidas pelo MOSCOPSS para o ano de 2011.

6. Viabilidade do Projeto:

Em termos de viabilidade, entendemos que o presente projeto de extensão é viável, por dois elementos: há um enorme interesse por parte dos acadêmicos e profissionais em geral, bem como os de serviço social, envolvidos na execução da Política de habitação em debater a questão urbana, na sua relação com os movimentos sociais hoje. Outro elemento favorável é o acúmulo do MOSCOPSS em relação à produção da questão urbana, bem como do amplo conhecimento da professora coordenadora em relação à questão.

7. Referências bibliográficas:

BRASIL. Política Nacional de Habitação. Sistema Nacional de Habitação. Ministério das Cidades. Brasília: 28 de maio de 2004b.

_____. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/português/releases/2007/r220107-PAC.pdf>. Acessado em: 31 Ago 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Orientação Operacional. Programa Habitar Brasil BID. Brasília, 2000^a.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? 6^a ed. São Paulo: Contexto, 2007. 98p.

DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina Pahim. Mobilização, participação e direitos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007. 201p.

FLORIANÓPOLIS. Política Habitacional de Florianópolis. Versão Preliminar. 2002.

FLORIANÓPOLIS. Política Habitacional do Município de Florianópolis. Seminário Interno. Texto de apoio. Florianópolis: Outubro de 2006b.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Volume 91, 2007. p 5- 33.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.

MARQUES, Cheyenne Vieira. A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: desafios para a intervenção profissional do Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. 2^a Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Roberto de; LOCH, Carlos; GEISSLER, Helenne J. Palafitas: Tipologias Habitacionais em Áreas Costeiras de Florianópolis – SC. Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários: Comunidade Ponta do Leal. Projetos Vila Fabiano de Cristo e Vila Jardim Atlântico. 2007.

RIBEIRO, Edaléa Maria. Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 313p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e Participação. In: SPOSATI, Aldaíza; SAWAIA, Bader B.; DALLARI, Dalmo et al. Ambientalismo e Participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

SILVA, Marliange da. A experiência do Programa Habitar Brasil – BID – Região Chico Mendes: Uma análise da participação social. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOARES, Fabiana de Souza. O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID – seu significado para os sujeitos de direitos – os desafios para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. O que é Movimento Social? São Paulo: Atual, 1993.

VAZ, Mario. Prefeito assina ordem de serviço para a construção de 90 unidades habitacionais. Floripa Manhã, 2007. Disponível em: <http://floripaamanha.org/weblog/2007/1807>. Acessado em: 05 Out 2008.

8. Recursos e Equipamentos Disponíveis:

Para a efetivação do projeto, serão utilizados os recursos e equipamentos disponíveis no Departamento de Serviço Social, bem como os do CSE.

9. Cronograma de Execução do Projeto:

Atividade	2010							2011				
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Seminários de Extensão do MOSCOPSS			X	X		X	X	X	X			

10. Participantes:

Participante	Tipo	Detalhe
Barbara Schuelter	Aluno	SERVIÇO SOCIAL

11. Plano de Trabalho para o Bolsista 1:

O bolsista deverá participar ativamente de todas as atividades a serem desenvolvidas, objetivando compreender o processo desenvolvido, bem como contribuindo com seu processo de formação profissional.

As atividades previstas são:

1. Participação na identificação dos profissionais de serviço social que trabalhem com políticas públicas de habitação, meio ambiente, trabalho e renda na região da grande Florianópolis;

2. Participação no levantamento de produção teórica já efetuada na UFSC acerca do tema proposto;
3. Participação no levantamento de possíveis palestrantes, com domínio no tema, nos quadros da UFSC e fora dela;
4. Participação no planejamento, organização e divulgação dos Seminários de Extensão (abertos e fechados);
5. Participação na preparação e realização de 4 seminários abertos ao longo do período do projeto;
6. Participação na preparação e realização de 6 seminários internos de estudo, voltados prioritariamente aos participantes do MOSCOPSS e convidados;
7. Registro das atividades;
8. Participação na sistematização dos dados acumulados;
9. Participação na Avaliação das atividades;
10. Contribuir na sistematização e difusão dos conhecimentos gerados.

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO B - Relação dos TCCs de Serviço Social referente à temática da Política Habitacional

Entre 1988 e 1993:

833	MOVIMENTO SEM TETO: A LUTA PELA CONQUISTA DE UM ESPAÇO NO SOLO URBANO DE FPOLIS	CRISTIANA NARIA VENANCIO
855	PRECARIAS CONDIÇÕES DE MORADIA: FATOR DE PREDISPOSIÇÃO A SOCIOPATIAS	CYNTIA RISTW
857	POLÍTICA HABITACIONAL E S.S. – PRÁTICA VIVENCIADA NAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE S.C – CELOS	ELIZABETE REGINA DE OLIVEIRA
865	A POPULAR ORGANIZAÇÃO DA SERRINHA NA CONQUISTA DO SEU DIREITO DE MORAR	MARCIA ADRIANA ARAUJO
888	S.S. E A QUESTÃO HABITACIONAL NA FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL	ANDREA MARYS HOLLER
946	REORGANIZAÇÃO COMUNITARIA: UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA COM AS LIDERANÇAS DO JARDIM ILHA CONTINENTE	REGINA DE OLIVEIRA COHENE

Entre 1994 e 2009:

Nº	TÍTULO	AUTOR (A)
94.962	O REFLUXO NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO SANTA CLARA – BAIRRO DA PRAÇA NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS-SC.	GIOVANA NUNES DA SILVA
95.1022	O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DE SANTA TEREZINHA II NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	DANIELA FREITAS PEREIRA
03.1619	AS PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DOS MORADORES DA FOZ DO RIO BIGUAÇU EM RELAÇÃO AO PROJETO BEIRA-RIO/PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID	CALIMA MAGALHERS NELSI
03.1642	PODER PÚBLICO X PARTICIPAÇÃO POPULAR NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID NA REGIAO DE CHICO MENDES, FLORIANOPOLIS	JULIANA CAETANO JUSTINO

03.1650	O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID, NO MUNICIPIO DE PALHOÇA: UM ESTUDO DE CSO EM RELAÇÃO A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL	MARIANA SILVEIRA BARCELOS
03.1666	O DIREITO A CIDADE LIMITES E SUA EFETIVAÇÃO: UMA RELEXÃO SOBRE O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID DO MUNICIPIO DE PALHOÇA/SANTA CATARINA	REGIANNE MARY MACIEL DA SILVA
04.1724	PROGRAMA HABITAR BRASIL BID – REGIAO CHICO MENDES: UMA ANALISE SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2003	DANIELA MARCHI
04.1737	PROGRAMA HABITAR BRASIL BID E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ	EDILAINÉ DE ASSIS CAMARGO
04.1741	SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO PALHOCENSE DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS – UNIPEC	ELOIR GRAHL
05.1810	A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: O “EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO” NA COMUNIDADE ALTO DA BELA VISTA EM PALHOÇA/SC PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID	JANICE DA SILVEIRA
05.1847	A PERSPECTIVA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO ALTO DA BELA VISTA QUANTO À IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA HABITAR BRASIL/ BID	BIANCA LEANDRO LUIZ
05.1880	A PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NO HOSPITAL UNIVERSITARIO	MARIA ANGELICA GALANTI HOPPE
06.1907	A PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID- MOCOTÓ: DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	CHEYENNE VIEIRA MARQUES
06.1948	O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO – PROJETO BEIRA-RIO – NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU	BIANCA APARECIDA MARCOS
07.1988	UM OLHAR PARA A CIDADE QUE QUEREMOS: IV FÓRUM DA CIDADE DE FPOLIS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE	ANDREIA SANTOS
07.1995	O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID – SEU SIGNIFICADO PARA OS SUJEITOS DE DIREITOS – OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.	FABIANA DE SOUZA SOARES

07.2052	ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DE FPOLIS: SUBSÍDIOS PARA SE(RE)PENSAR A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	MARIANE IRINEIA ALVES
07.2057	AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA URBANA SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	MICHELLE LEON SILVY
07.2071	A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DA FOZ DO RIO BIGUAÇU NO PROJETO BEIRA-RIO-PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID EM BIGUAÇU/SC"	TATIANA ANGÉLICA DE GODOY
08.2085	SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES GEO-REFERENCIAIS DAS ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL DE FPOLIS: SIGNIFICADOS E DESAFIOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS DE SMHSA	DANIELE GATTO PEREIRA
08.2096	QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID - REGIÃO CHICO MENDES	JAQUELINE SCHMOELLER
08.2124	RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL FRENTE À POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	MAGDA REGINA REBELATO RAMPAZZO
08.2149	POLÍTICAS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL – O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ DE FLORIANÓPOLIS/SC	GRACIANO PEDRO PIACENTINI
08.2181	A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA – PROJETO FNHIS	VALDIRENE CREUSA FERNANDES
09.2232	A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	AMANDA MARQUIS PEREIRA
09.2262	SERVIÇO SOCIAL, DESASTRES E SUAS INTERAÇÕES COM A QUESTÃO URBANA – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	MARIA GABRIELA DA ROCHA

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO C – Relação de Teses e Dissertações na UFSC referente à temática da Política Habitacional

Sociologia Política – PSOP

Total: 28/321

- 0011 – “O MAB – Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a Construção de Uma Nova Prática Política” – Maysa Dias Garcia – 1990
- 0014 – “Cotidiano e Democracia na Organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)” – Ligia Helena H. Lochmann – 1991
- 0025 – “Organização de Moradores em Florianópolis numa Perspectiva de Necessidades Radicais” – Kathia Terezinha Müller – 1992
- 0040 – “Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Ita frente a uma hidroelétrica” - Zilma Isabel Peixer – 1993
- 0043 – “Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC” - Liliane Moser – 1993.
- 0053 – “Os hábitos não esquecidos: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo” - Alicia Norma González de Castells. – 1987
- 0056 – “Espaço, informática, e controle social” - Eduardo Jorge Felix Castells – 1987
- 0060 – “Esta terra é minha terra: movimento dos desapropriados da Papanduva” – Valmor Schiochet – 1988.
- 0062 – “UFECO e o Movimento dos Sem-Teto - práticas instituintes nos espaços políticos da cidade” - Francisco Canella – 1992.
- 0065 – “A política ambiental em Curitiba: Um estudo sobre suas condições de emergência e evolução” – Claudino Luiz G. de Menezes – 1994
- 0066 – “Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994” - Marcos Antonio Mattedi – 1994
- 0067 – “ A política ambiental na construção do MERCOSUL (1991 – 1994) Emergência do problema e tentativas de institucionalização no denominado “ período de transição” “ – Alejandro Gabriel Oliver – 1995
- 0070 – “Reciclando o cotidiano o lixo como política pública e como representação social” – Ariane Kuhnen – 1994
- 0080 – “Contribuição do estudo das relações entre empresariado e ambientalismo através de uma análise de conteúdo do jornal gazeta mercantil” – Wladimir Netto Ungaretti – 1996.
- 0083 – “O avesso da violência: o movimento nacional de meninos e meninas de rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil – Mauro Teixeira de Figueiredo – 1996
- 0180 – “Gestão participativa de problemas socioambientais em áreas urbanas: estudo de caso do Programa de Áreas de Risco da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre” - Viviane da Rosa – 2003.
- 0120 – “Gestão de conflitos sócio-ambientais no litoral sul do Brasil : estudo de representações sociais dos riscos envolvidos no projeto de construção do Porto da Barra, na Ilha de Santa Catarina, no período de 1995-1999” - Agripa Faria Alexandre – 1999
- 0127 – “Ações públicas em habitação popular: um olhar sobre duas experiências na cidade de Vacaria-RS” - Dora Maria Faria Lopes – 2000

- 0145- “Metropolização e impactos sócio-ambientais em Florianópolis (1986-1996)” - Eduardo Guerini – 2000
- 0221- “Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo” - Melissa Vivacqua – 2005.
- 0232 – “Nós e os outros - o impacto das migrações e dos programas de moradia em Florianópolis: relações sociais e conflitos na ótica de moradores adultos e de jovens no bairro Saco Grande” - Viviane Ribeiro Corrêa – 2005.
- 0263 – “Democracia e Governança: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) – 2001-2004” – Monica Hass – 2006.
- 0280 – “Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres” – Ednilse Pellegrinida da Rosa – 2007
- 0286 – “O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina . Estudo de caso sobre a trajetória das associações dos municípios do Alto Vale do Itajaí” – Luciana Butzke – 2007
- 0332 – “ O movimento ambientalista em um momento de transição: análise de um conflito (á propósito dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo)” – Vera Maria Guimarães – 1993
- 0363 – “Impactos socioambientais do setor agroflorestal em Santa Catarina: estudo de caso nas encostas da Serra Geral à luz do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável” Mariana Aquilante Policarpo – 2009
- 0355 – “Participação e meio ambiente: um estudo de caso sobre o CONDEMA de Santa Maria – RS” - Gilmar Tadeu Bolzan – 2008
- 0339 – “Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina – Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí” – Elaine Cristina de Oliveira Menezes - 2009

Geografia – PGCN

Total: 38/357

- 0002 – “Aracaju: paisagens & fetiches, abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente” - Ewerton Vieira Machado – 1989.
- 0016 – “O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí/RS” - Bernadete Maria de Azambuja – 1991.
- 0020 – “O nível de socialização dos equipamentos urbanos em relação ao processo produtivo de Blumenau” - Margit Wunderlich de Arruda – 1992.
- 0038 – “O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária” - Lilian Hahn Mariano da Rocha – 1993.
- 0041 – “Industrialização e Ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica- o estado de Santa Catarina” - Gilberto Montibeller Filho – 1994.
- 0043 – “O campo na cidade: necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa – PB)” – Doralice Satyro Maia – 1994.
- 0045 - “Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC” – Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti – 1994.
- 0050 – “Unidades de Conservação e Desenvolvimento Regional: um estudo sobre a região da Baía da Babitonga – SC” – Francisco José Barreto da Silva – 1995.

- 0056 – “O processo de ocupação das áreas de mangues em Joinville: agentes, estratégias e conflitos” - Luiz Alberto de Souza – 1991.
- 0057 – “Valorização Fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava – PR” – Joseli Maria Silva – 1995.
- 0062 - “Belo Horizonte: a construção de um saber geográfico” – Célio Augusto da Cunha Horta – 1994.
- 0067 – “O Tietê, o Higienismo e as transformações na cidade de São Paulo (1890-1930)” – Elaine D. Tomás – 1996.
- 0078 – “A ação Antrópica no Processo de Transformação da Paisagem, Condicionantes Históricas e Atuais – o caso da Microbacia do Arroio Espinho, Ijuí – RS” – Mário Amarildo Attuati – 1997.
- 0079 – “O lugar do público no Campeche” - Ana Maria Gadelha Albano Amora – 1996.
- 0085 – “A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas na terra do fumo” - Rogério Leandro Lima da Silveira – 1997
- 0093 – “A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional” - Edson Belo Clemente de Souza – 1998.
- 0094 – “Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte” - Edson dos Santos Dias – 1998.
- 0122 – “A evolução urbana de Blumenau: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial” - Claudia Siebert – 1999.
- 0142 – “Rio Branco-AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais” - Maria de Jesus Morais – 2000.
- 0145 – “O Parque Residencial Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis” - Fátima Regina da Silva Pereira – 1999.
- 0155 – “A metropolização de Florianópolis: o papel do estado” - Maria Teresinha de Resenes Marcon – 2000.
- 0200 – “A formação dos conjuntos habitacionais multifamiliares de Maringá – Paraná” - Gerson da Silva – 2002.
- 0211 – “A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis” - Gláucia Regina Ramos Müller – 2002.
- 0219 - “Os (des)caminhos da gestão sócio-ambiental no território municipal: a questão dos resíduos sólidos urbanos em Medianeira-PR” - Alexandre Francisco Böck – 2003.
- 0244 – “Participação popular e política pública habitacional: Santa Maria/RS” - Alessandra do Carmo Pinheiro – 2004.
- 0258 – “Expansão urbana em Florianópolis [dissertação] : conflito entre a cidade real e a cidade legal” - Afrânio Tadeu Boppré -2003.
- 0278 – “A indústria de confecção e as implicações sócio-espaciais recentes no município de Brusque” - Marcela Kruger Corrêa – 2006.
- 0279 – “Indústria e espaço urbano: implicações sócio-espaciais no município de Joaçaba-SC” - Josiane Regensburger – 2006.
- 0288 – “Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do médio Vale do Itajaí” - Cláudia Araripe Freitas Siebert – 2006.
- 0290 – “Fábrica e espaço urbano: a influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau” - Silvana Maria Moretti – 2006.

0299 – “Percorrendo os caminhos da modernização: técnica e tempo na construção social do litoral norte gaúcho” - Marcos Daniel Schmidt de Aguiar – 2006.

0330 – “Centro histórico de São José (SC): patrimônio e memória urbana” - Tatiana Cristina da Silva – 2006.

0358 – “Riscos ambientais: enxurradas e desabamentos na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, 1980 a 2007” - Lia Dorotéa Pfluck – 2009.

0360 – “Inserção econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe na rede urbana de Santa Catarina” - Leonardo Bez – 2008.

0361 – “Inundações em Venâncio Aires/RS: interação entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos” – Erika Collischonn – 2009.

0362 – “Desenvolvimento e planejamento urbano na cidade de Jaguaruna/SC: representação e atuação dos atores locais” - Deisiane dos Santos Delfino – 2008.

0370 – “Evolução urbana de Ponta Grossa-PR: uma análise entre as décadas de 1960 e 2000” - Emersom Marcos Gomes – 2009.

0387 – “Espaço e políticas urbanas: Porto Alegre sob governo do Partido dos Trabalhadores” - Mario Leal Lahorgue – 2004.

Arquitetura e Urbanismo PARC

Total: 5/95

0004 – “Considerações ambientais e paisagísticas para o planejamento urbano do Campeche - Florianópolis – SC” - Luis Guilherme Aita Pippi – 2004.

0008 – “Estratégias de projeto para a habilitação social flexível” - Mariuzza Carla Gigliacomo – 2004.

0022 – “Fotogrametria e Educação Continuada como ferramentas para o Planejamento e Controle do Desenvolvimento Urbano Sustentável” – Cristina Vanusa Florestin Arias – 2005.

0026 – “Por uma metodologia de leitura popular aplicada ao planejamento urbano” - Murad Jorge Mussi Vaz – 2006.

0028 – “Revisão de sistema construtivo em madeira de floresta plantada para habilitação popular” - Thaís Inês Krambeck – 2006.

Serviço Social PGSS

Total: 2/70

0041 – “Experiências associativas de trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?” - Josiane Bortoluzzi – 2006.

0066 – “A experiência do programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes: uma análise de participação Social” – Marliange da Silva – 2008.

História – PHST

Total:13/365

005 – “Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis 1850-1930” - Eliane Veras da Veiga – 1990

0059 – “O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870 - 1940)” - Maria da Penha Siqueira – 1980

- 0211 – “Tesouro Brasileiro- Democracia: Uma construção popular – Kyu Yeon Lee – 2004
- 0198 – “ O saber do espaço” – Marlon Salomon – 2002
- 0218 – “Fazendo cidade: a construção do urbano e da memória em São Miguel do Oeste-SC” - Adriano Larentes da Silva – 2004
- 0222 – “A cidade de Carazinho: espaço e tempo” - Silvana Santos de Moura – 1993
- 0246 – “A mobilidade da ordem urbana: a reconstrução dos lugares em São Luís do século XIX” - Ananias Alves Martins – 2005
- 0277 – “De colônia a cidade: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau de fins de século XIX” - Ricardo Machado – 2006
- 0283 – “Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa D’água, Florianópolis - anos 1950 e 1960” - Camilo Buss Araújo – 2006
- 0285 – “Quando a "cobra-preta" (BR-101) passou no fundo do meu quintal”- Adriana Berreta – 2007
- 0296 – “As ondas e o tempo: uma análise sobre a transformação de um território Praia Brava, (1970-2003), Itajaí, SC” - Glória Alejandra Guarnizo Luna – 2004
- 0308 – “Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945)” - Francimar Ilha da Silva Petrolí – 2008
- 0379 – “Os transportes motorizados em Florianópolis: percepções e sensibilidades cotidianas (1920-1941)” – Sandro da Silveira Costa - 2010-08-27

Interdisciplinar em Ciências Sociais – PICH

Total:4/72

- 0001 – “O mito do desenvolvimento sustentável” – Gilberto Montibeller Filho – 1999
- *0073 – “Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporânea: o caso do parque da Luz em Florianópolis/SC” - Maria da Graça Agostinho – 2008
- 0011 – “A interface das políticas públicas com o processo de ocupação humana na área de preservação permanente: vegetação fixadora de dunas na ilha de Santa Catarina, SC” – Claudia Regina dos Santos – 2001
- 0021 – “Avaliação ambiental estratégica como subsidio para o planejamento urbano” – Cristiane Mansur de Moraes Souza – 2003

Educação – PEED

Total: 4/599

- 0450 – “ Apropriações o saber infantil sobre o espaço urbano da ‘favela’ por meio do teatro” – Flavia Wagner – 2004
- 0571 – “ O ambiente da educação e a educação no ambiente, considerações sobre a natureza e os fundamentos do ambientalismo” – Alexandre Garcia Gonçalves Frreira – 2006
- 0720 – “ Parque da luz:fazer pequeno , forte e enraizador” – Rosiméri Jorge da Silva – 2008
- 0760 – “Educação como participação popular em Chapecó-SC: A política educacional com possibilidade de transformação social” – Deise Imara Schilke Paludo – 2009

Psicologia – PPSI
Total: 6/394

- 0011 – “ O MAB – Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e região metropolitana e a construção de uma nova prática política” – Maysa Dias Garcia – 1990
- 0020 – “Representações sociais de meio ambiente: um estudo com pesquisadores do INPA e moradores sobre a Reserva Ducke em Manaus/Amazonas “ - Genoveva Chagas de Azevedo – 2000
- 0027 – “Turismo e desenvolvimento urbano : avaliação do impacto socio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina : estudo de caso do projeto Jurere Internacional” - Francisco Antonio Carneiro Ferreira – 1992
- 0062 – “Processos de subjetivação no contexto urbano significados a partir do texto literário: A hora da estrela, de Clarice Lispector” - Denise da Silva Stucchi – 2001
- 0086 – “Representações sociais de meio ambiente em Criciúma: um estudo comparativo entre alunos do ensino fundamental (7ª e 8ª série) de escolas públicas e particulares” - Elisiênia Cardoso de Souza Frasson Fragnani – 2002
- 0174 – “Comportamento participativo de moradores atendidos por um programa social de habitação” - Sandro Marcelo Xavier – 2005

Filosofia – PFIL
Total: 0/99

NENHUM

Antropologia – PASO
Total: 12/202

- 0002 – “Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário” - Mara Coelho de Souza Lago - 1983
- 0021 – “Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis” - Lisabete Coradini – 1992
- 0038 – “Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação” - Maria Soledad Etcheverry de Arruda Gomes – 1987
- 0042 – “ “ Crianças espertas” : um retrato do "vício da rua" em crianças pobres no centro de Florianópolis” - Rita de Cassia Marchi – 1994
- 0047 – “A Organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1928/1928-1938), ou, Como produzir território em movimento” - Jorge Luiz Mattar Villela – 1995
- 0054 – “Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares” - Gláucia de Oliveira Assis – 1995
- 0066 – “A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais” - Rosana Badalotti – 1996
- 0087 – “Apropriação do espaço da moradia:uma maneira de marcar o território individual” - Marina Ester Fialho de Souza – 1999
- 0090 – “A porta entreaberta: prática e representações em torno das relações entre casa e rua junto a crianças de camadas populares em Florianópolis - Rita de Cácia Oenning da Silva – 1999
- 0091 – “O movimento do RAP em Florianópolis: a Ilha da Magia é só da ponte pra lá!- Angela Maria de Souza – 1999

0104 – “Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da Ti Ibirama para Blumenau – SC” - Karyn Nancy Rodrigues Henriques – 2000

0148 – “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come: estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras do bairro "Matadouro", Itajaí/SC” - Micheline Ramos de Oliveira – 2002

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO D – Mapeamento dos Grupos de Pesquisa na UFSC

CED

Grupo Tecendo - Educação Ambiental e Estudos Culturais

Coordenador: Leandro Belinaso Guimarães

Coordenadora UFAL: Shaula Maíra Vicentini de Sampaio

Ano de formação: 2008

Linhas de Pesquisa: Currículo e Pedagogias Culturais; Educação Ambiental em fronteiras territoriais.

Telefone: 37219243

- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043708U6GNWR0>
- <http://www.grupotecendo.com.br/>

Em agosto de 2001 constituía-se na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) um Grupo cujos integrantes buscavam estudar e tecer pesquisas sobre educação, ambiente e cultura. O Grupo foi criado por iniciativa de estudantes de biologia da UFSC, que viam necessidade de agrupar pessoas com interesses comuns no que tange ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão universitárias, a respeito, sobretudo, da educação ambiental. Surgia, então, o TECENDO, que desde 2001 desenvolve pesquisas (publicadas em anais de eventos, periódicos e livros) e extensões acadêmicas, sobretudo, no campo articulatório da educação ambiental com os estudos culturais. O Grupo organiza Cursos, Mostras e Oficinas sobre educação ambiental para diversos públicos. Em 2008, o TECENDO oficializa-se como um dos Grupos de referência no campo da educação ambiental na UFSC, estando também presente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O TECENDO estabelece, ainda, diferentes parcerias com outros Grupos de pesquisa no Brasil.

CFH

GEDN- Grupo de Estudos sobre Desastres Naturais

Linhas de Pesquisa: Episódios Pluviométricos Extremos (analisar história, mecanismo e distribuição espaço-temporal de chuvas intensas); Cartografia de riscos geo-ambientais (gerar mapas de riscos ambientais para finalidade de zoneamento territorial); Monitoramento e modelagem hidrogeomorfológica (Implementar sistemas de alerta para prevenção de danos causados por desastres naturais.)

Coordenadores: Maria Lúcia de Paula Herrmann, Magaly Mendonça, Masato Kobiyama, Joel R. G. M. Pellerin.

Pesquisadores: Daniel Galvão V. Parizoto, Emerson V. Marcelino, Edson F. Gonçalves, Isabela P. V. O. Marcelino, Sílvia M. Saito, Frederico M. Rudorff, Davis A. Moreno, Leticia L. P. Brazetti, Roberto F. Goerl.

Tel: (0xx48) 3721-8815

- <http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/>

No Brasil, o número de registros de desastres naturais cresce a cada ano, especialmente aqueles relacionados às inundações e escorregamentos. As conseqüências mais freqüentes deixadas por esses episódios são: o elevado número de desabrigados e mortos, as doenças, as perdas de bens materiais, os assoreamentos e solapamentos dos rios, as quedas de pontes, os bloqueios de estradas, entre outros. Considerando a importância de realizar estudos voltados para essa temática e de concentrar pesquisadores dessa área do conhecimento, foi criado no início de 2003 o Grupo de Estudo de Desastres Naturais - GEDN, o qual vem atuando no Departamento de Geociências desde 1999, com a designação inicial de Grupo de Área de Risco.

Antropologia

NAVI – Núcleo de Antropologia Visual e Estudos de Imagem

Pesquisadores: Alberto Groisman, Alicia Norma González de Castells, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Anamaria Teles, Carmen Silvia Rial, Luciana Hartmann, Marina Moros.

Linha de Pesquisa: Antropologia Urbana e Marítima (desenvolver e apoiar pesquisas sobre o espaço urbano, grupos que habitam o espaço urbano, processos e fenômenos relacionados ao espaço urbano tais como: migrações, turismo, alimentação, consumo e moda, lazer, urbanismo, performances urbanas, habitação popular e de camadas médias, diferentes espaços de sociabilidade, usos e apropriações dos espaços públicos das cidades, espaços públicos, etc. Pesquisar comunidades haliêuticas de SC).

- <http://dgp.cnpq.br/buscagrupos/detalheGrupo.jsp?grupo=00437038GQNME5&censo=2004>

O NAVI foi criado em 1998. Articula as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de estudos audiovisuais e da imagem constituindo-se em um pólo de reflexão, aglutinação e difusão de experiências, propostas e críticas nos estudos da antropologia audiovisual e da Imagem e em antropologia das sociedades complexas moderno-contemporâneas. Mantém convênios com a rede de Núcleos de Antropologia Visual no Brasil e no exterior (especialmente com o laboratório da EHESS L'Image en Sciences Sociales - LISS), participado do GT de Antropologia Visual da ABA. Em 2002, recebeu o prêmio Pierre Verger da ABA de Contribuição à História da Antropologia. Organizou-se no interior deste núcleo o Grupo de Antropologia Urbana e Marítima (GAUM), reconhecendo a crescente relevância dos projetos com temáticas relacionadas a cultura urbana e o mar entre seus pesquisadores. O GAUM integra o MARUFSC, rede interdisciplinar de pesquisadores em Ciências do Mar na UFSC. As pesquisas desenvolvidas no interior do NAVI/GAUM inserem-se em dois grandes projetos que são as linhas de pesquisa do Núcleo: 1) Antropologia Visual e 2) Antropologia Urbana e Globalização Cultural. O primeiro destes projetos, centra-se no estudo da imagem na contemporaneidade. Este projeto subdivide-se em: 1. Fotografia e Antropologia (coordenado por Groisman) 2. Vídeo e Antropologia (coordenado por Rial). Além destes, o NAVI mantém projetos de extensão entre os quais se destaca Cinema BR em Movimento, iniciado em 2001, que projeta filmes e promove debates em comunidades carentes e na universidades, com o patrocínio da Petrobrás e da UFSC. O segundo grande projeto, Antropologia Urbana e Globalização Cultural (coordenado por Rial e Castells), trata de manifestações culturais contemporâneas sob a perspectiva da globalização e seus movimentos de homogeneização e de heterogeneização cultural, em temáticas como emigração, turismo, açorianidade, esporte, alimentação, habitação, espaço urbano e saúde, movimentos sociais e espaço

NAUI – Núcleo Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Coordenadores: Alicia Norma González de Castells (Dep. Antropologia/UFSC), Eduardo Jorge Félix de Castells (Dep. Arquitetura/UFSC)

Pesquisadores/Professores: Cleidi Marília Caivano Pedrosa de Albuquerque, Maria José Reis, Maria Soledad Etcheverry Orchard

Fone: 37219714 Ramal: 34

E-mail: nai@cfh.ufsc.br

- <http://www.nai.ufsc.br/page%20nai.htm>

O grupo foi criado em 2004 e reúne professores e alunos de diversas áreas do conhecimento em torno de dois eixos temáticos amplos: processos urbanos e patrimônio cultural. Este foco fundamenta-se numa visão integrada do fenômeno da estruturação urbana, fruto da inter-relação de mútuos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, envolvendo diversos atores sociais em interação; questões patrimoniais relativas à processos de "construção" e "preservação" cultural, assim como seus usos sociais, políticas estatais e às metodologias nessa área implementadas. O grupo vem produzindo resultados em termos de pesquisas teóricas e empíricas, ações de extensão, parcerias com instituições locais e acordos de cooperação (ensino e pesquisa) com universidades estrangeiras.

Sociologia e Ciência Política

NMD: Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC

Pesquisadores: Ademir Antonio Cazella, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Claire Marie Thuillier Cerdan, Marcus Polette, Maria Carolina Martinez Andion, Mauricio Roque Serva de Oliveira.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial Sustentável (trata-se de um programa franco-brasileiro de pesquisa (Acordo CAPES-COFECUB), que visa avaliar o potencial e os principais obstáculos à dinamização e consolidação institucional de trajetórias de desenvolvimento territorial sensíveis à problemática do meio ambiente em Santa Catarina, levando em conta as lógicas de intervenção dos setores governamental, não-governamental e privado. Pretende-se também gerar um novo enfoque de formação de agentes de desenvolvimento territorial sustentável).

- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043702JCB0NWX>

O NMD foi criado em 1987 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Desde então, o grupo tem contribuído para o avanço conceitual-teórico e metodológico da pesquisa socioambiental no País, nos níveis básico e aplicado. Mais especificamente, além de estimular a reflexão sobre os fundamentos epistemológicos e éticos desta nova área de conhecimento inter e transdisciplinar, acolhe estudantes de graduação e pós-graduação, estagiários e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e promove atividades regulares de pesquisa, ensino e extensão sobre o binômio meio ambiente & desenvolvimento, priorizando

estudos de caso comparativos sobre modos de apropriação e sistemas de gestão integrada e participativa de recursos naturais de uso comum. As atividades de pesquisa vêm sendo concretizadas em parceria com instituições de pesquisa e ensino sediadas na França e no Canadá. Além disso, tem oferecido assessoria técnico-científica a diversas instituições governamentais e não-governamentais interessadas na criação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do estado de Santa Catarina. Os trabalhos do grupo vêm sendo apoiados pelo FNMA, pela SEAP, pelo Acordo CAPES-COFECUB, pelas Universidades de Tours e de Grenoble (na França), e pelas Universidades do Quebec em Montréal e de Manitoba (no Canadá).

CTC

Engenharia Civil

GrupoGE - Grupo de Pesquisa Gestão do Espaço

Coordenação: Dra. Dora Orth – ECV/CTC/UFSC

Pesquisadores: Arq. Dra. Dora Orth - Gestão Territorial, Eng. Dr. Sálvio José Vieira - Técnicas Municipais, Adm. Dra. Emiliania Debetir - Administração Municipal, Arq. Med. M.Sc. Lúcio José Botelho - Riscos Ambientais, Acad. Eng. Dr. Jucilei Cordini - Cadastro e Mapeamento.

Linhas de Pesquisa: *Administração municipal* (apresentar a Administração Municipal enquanto estrutura organizacional e formas de atuação. Difundir as teorias e práticas em aplicação assim como as perspectivas existentes. Contribuir na sistematização e difusão de conhecimentos para a gestão territorial dentro da administração pública municipal), *Gerenciamento de riscos ambientais* (Tratar temas da Engenharia relacionados à Saúde Pública. A administração ineficiente de questões de engenharia (saneamento; ordenamento territorial) põe em risco a população (inundações, desmorronamentos, acidentes) na forma de eventos isolados ou na forma de epidemias (dengue, acidentes de trânsito, leptospirose), que é tema da saúde pública); *Informação, cadastro e mapeamento* (Aprender e difundir novas técnicas de levantamentos de dados espaciais (topografia automatizada usando GPS e Estação Total; interpretação digital de fotos e imagens). Organização dos dados na forma de bancos de dados digitais (gráficos e alfanuméricos). Geração e distribuição de informações na forma de representação cartográfica (digital e temática); *Técnicas de análise, avaliação e previsão* (prender e difundir a tecnologia SIG (Sistemas de Informação Geográfica) para análises, avaliações e previsões automatizadas. Explorar as potencialidades de uso de SIG no apoio a administração municipal em termos do planejamento, ordenamento e monitoramento territorial).

- <http://www.grupoge.ufsc.br/>

Arquitetura e Urbanismo

INFOARQ - Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura

Coordenadora/Orientadora: Doutora Alina Gonçalves Santiago

Linhas de Pesquisa: *Desenho urbano* – Instrumentos de avaliação e proposição: Visa a análise físico-territorial urbana na transformação da paisagem, como alternativa necessária para uma maior eficiência na intervenção do planejamento e gestão pública no espaço urbano. Ferramentas de apoio à decisão que possibilitam leituras mais qualificadas da interação entre a paisagem natural e a paisagem construída. *Planejamento da paisagem* – meio ambiente – turismo: Visa a análise físico-territorial urbana na transformação da paisagem, como alternativa necessária para uma maior eficiência na intervenção do planejamento e gestão pública no espaço urbano. Ferramentas de apoio à decisão que possibilitam leituras mais qualificadas da interação entre a paisagem natural e a paisagem construída.

O Grupo de Pesquisa INFOARQ nasceu com a consolidação do Laboratório de Micro-computadores – LABMICRO, a partir da organização e estruturação da sala de meios e ensino, apoio aos Professores e da necessidade de desenvolvimento de pesquisas na área da informática na Arquitetura e Urbanismo. Assim, o INFOARQ criado desde 1997, e hoje congrega alunos pesquisadores oriundos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrados e Doutorandos dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEPS). Atua na área de Informática na Arquitetura e Urbanismo, Paisagismo Urbano, Desenho Urbano e Planejamento Urbano e Regional, com ênfase no Turismo e suas representações espaciais. Em parceria com o Grupo PET/ARQ/CAPES-Sesu constitui o

Grupo de Pesquisa Desenho Urbano e Paisagem cadastrado no CNPq desde 1997. Com o objetivos de contribuir no aprimoramento e difusão de técnicas e métodos de análise físico- territorial urbana, e promover análises das questões relativas à organização espacial e a atividade turística.

APEU - Grupo de Pesquisa Arquitetura, Paisagem e Espaços Urbano

Coordenadores: Profa. Dra. Sonia Afonso / Prof. Dr. Nelson Popini Vaz

E-mail: soniaa@arq.ufsc.br / popini@mobox1.ufsc.br

Tel.: 48 3721 9393 Ramal: 22

<http://www.arq.ufsc.br/pesquisa.php>

- www.arq.ufsc.br/~hpsonia

O Grupo de Pesquisa Arquitetura, Paisagem e Espaços Urbano pertence à área de conhecimento da Arquitetura e do Urbanismo, com ênfase especial em: ecossistemas, encostas e rios urbanos, arquitetura em diferentes escalas, espaços públicos da cidade. Possui 2 linhas de pesquisa assim denominadas: 1) APA - Arquitetura e Paisagem e 2) PEU - Paisagem e Espaços Urbanos. A linha de pesquisa Arquitetura e Paisagem tem por objetivo avaliar a arquitetura em suas diferentes escalas e sua relação com o meio físico. A linha de pesquisa Paisagem e Espaços Urbanos avalia os espaços públicos abertos na paisagem da cidade, considerando os períodos históricos e as tendências de uso. O objetivo central do Grupo é capacitar profissionais da área para a atuação tanto no meio acadêmico, como na prática profissional. Os trabalhos incluem estudos teóricos sobre o ambiente construído e o ambiente natural, desenvolvimento de análises e simulações que podem contribuir para a tomada de decisões em planejamento e projeto de arquitetura e urbanismo.

CIDHADIS - História, Cultura e Desenho da Cidade

Líder(es) do grupo: Margareth de Castro Afeche Pimenta , Luis Fugazzola Pimenta.

Linhas de pesquisa: Espaço Industrial, Inovação Técnico-Científica e Configurações Urbanas e Regionais,

Habituação e Espaço Urbano, Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Urbanismo, Cultura e História da Cidade.

Coordenador: Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta

E-mail: afeche@arq.ufsc.br

Tel.: 48 3721 9743

- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043605JCB0T0S>

O Cidadhis atua em pesquisas e trabalhos de extensão referentes ao conhecimento das cidades, quer seja, em urbanismo, planejamento urbano ou história das cidades. Seus membros são responsáveis por diversas publicações na área, participam de congressos nacionais e internacionais, além de serem professores e pesquisadores da UFSC. Desenvolvem trabalhos de pesquisa e extensão relativos aos problemas urbanos, dando pareceres e intervindo com as comunidades locais, visando encontrar soluções no campo urbanístico. Planos diretores alternativos, projetos e pareceres sobre áreas de preservação ambiental e cultural, discussão com professores e alunos do ensino secundário são alguns dos exemplos da relação que o grupo estabelece com a comunidade local.

Desenho Urbano e Paisagem

Linhas de pesquisa: Arquitetura e Desenho urbano - Instrumentos de avaliação e proposição, Desenho para reabilitação, Desenho Universal e acessibilidade aos espaços públicos urbanos, Planejamento da paisagem - meio ambiente - turismo, Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea: estudos de caso em metrópoles-cidades e novas territorialidades urbanas brasileiras? Núcleo Florianópolis.

Telefone: 37219393/ Fax: 37219550

- www.arq.ufsc.br/infoarq
- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043604JCBX4LF>

O Grupo Desenho Urbano e Paisagem reúne os laboratórios do INFOARQ (Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura) e do Grupo PET/Arq da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Formado em 1997, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, combina a pesquisa acadêmica com a extensão atuando nas áreas de Paisagismo Urbano, Desenho Urbano e Planejamento Urbano e Regional, com ênfase no Turismo e Espaço, Desenho Universal, Ergonomia, Planejamento e Projeto de Arquitetura. Formado por uma equipe de doutores, doutorandos, mestrados e graduandos, visa apoiar e fundamentar processos de participação e tomadas de decisão quanto ao planejamento, desenho e gestão do espaço urbano. As pesquisas abrangem levantamento e registro de situações existentes; análises, pareceres e recomendações; elaboração de modelos analíticos e de simulação. Destacam-se os projetos de pesquisa e extensão em temas ligados ao turismo, ambiente e paisagem (coordenados por Alina Santiago); a acessibilidade e desenho universal (coordenados por Vera Helena Bins Ely);

arquitetura e paisagem (coordenados por Sonia Afonso). A sistematização dos resultados constitui-se em material didático para o ensino na graduação e pós-graduação, artigos e palestras.

GAAMA - Grupo de Acústica Arquitetônica e do Meio Ambiente

Coordenador: Profa. Dra. Elvira Viveiros

E-mail: elvira@arq.ufsc.br

Tel.: 48 3721 9393

- <http://www.gaama.ufsc.br/>

É um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, certificado pelo CNPq. Criado em 2006, desde então é coordenado pela Profa Dra Elvira Viveiros, pesquisadora 2 do CNPq, e é parte integrante do Laboratório de Conforto Ambiental / LabCon, sediado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. As pesquisas do GAAMA estão estruturadas em dois eixos, edificação e cidade. Em edificações, as investigações são, principalmente, em isolamento acústico. No eixo da cidade, as pesquisas concentram-se no ambiente urbano. Todas as pesquisas atualmente desenvolvidas pelo grupo estão inseridas na investigação *Qualidade Acústica do Ambiente Construído no Brasil*, com financiamento federal.

Ghab - Grupo de Estudos da Habitação

Coordenador: Profa. Dra. Carolina Palermo Szücs

E-mail: carolps@arq.ufsc.br

- www.arq.ufsc.br/ghab.html
- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043604JCB0CM1>

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, criou o Grupo de Estudos da Habitação, ou simplesmente Grupo Habitação - GHab (Proc.002482/93-12, aprov. PRPG em 16/07/93), preocupado em estudar o problema de maior relevância atualmente no país - o abrigo - e contribuir para seu equacionamento. O GHab conta com espaço físico próprio e o suporte operacional de diversos laboratorios e/ou núcleos de pesquisa do ARQ e do Deptº de Engenharia Civil - ECV - onde são desenvolvidas as pesquisas específicas, através de ações conjuntas e/ou complementares, definidas pelas áreas de concentração dos referidos laboratórios e/ou núcleos. O Grupo de Estudos da Habitação desenvolve estudos e pesquisas sobre a qualidade do projeto arquitetônico e urbano aplicado à Habitação de Interesse Social. Os trabalhos são desenvolvidos de forma integrada e envolvem alunos de graduação e de pós-graduação em arquitetura e urbanismo.

Grupo de Estudos de Habitação em Ambiente Urbano

Líder(es) do grupo: Roberto de Oliveira e Wilson Jesus da Cunha Silveira

Telefone: 37219726

- <http://www.gehau.ecv.ufsc.br>
- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00433015GZTF5X>

A Habitação tem sido confundida com a construção, e, por esta ser dita o termômetro da economia, os esforços dirigidos a sanar o imenso déficit de moradias no país se dirigem a esta indústria. Habitação tem tres dimensões que devem estar em equilíbrio: estrutura física (casa), acessibilidades (a sistemas de água, energia e comunicação, ou seja contato com outras pessoas e serviços) e ocupação (tenência), ou seja, a forma de uso das outras duas dimensões. Com isto, os investimentos tanto privados e, especialmente governamentais, (onde cada unidade de capital gera duas no PIB) deixam de levar em consideração a ambiência urbana. O mesmo acontece com as ações governamentais, com ênfase na questão dos planos urbanos que não atentam para o efeito da localização (que significa acessibilidade) da habitação, bem como aos tamanhos dos lotes (que vai determinar a densidade). Isto tem uma repercussão muito grande em custos de infra-estruturas urbanas (acessibilidades em geral) que encarecem os custos de construção para venda e na pós-ocupação: manutenção destas redes que impactam impostos do poder público, nos tempos e gastos de transportes, sem falar na qualidade de vida. Estudos desenvolvido por este grupo (GRUPO de ESTUDOS de HABITAÇÃO em AMBIENTE URBANO) estão revelando que os gastos para se "montar" uma casa pós-construção se igualam e tendem a superar ao da própria construção; neste caso uma unidade de capital colocada, gera pelo menos três no PIB. Ao se desconsiderar tamanhos de lote e densidades, os custos das infra-estruturas sobem exponencialmente, por exemplo, de U\$400,00 por família em 120 habitantes por hectare, para U\$2.450,00 em 15 habitantes por hectare (U\$ em valores de 1977) Assim, como contribuição cita-se: (a) melhor entendimento do fenômeno Habitação; (b) melhores subsídios para estratégias habitacionais, e não apenas para políticas e programas; (c) orientação mais precisa de políticas urbanas voltadas para habitação e transportes urbano.

NUCOMO - Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo

Coordenador: Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes

- www.nucomo-arq.ufsc.br
- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043604PXOIAPW>

Objetivos Gerais:

- Contribuir para a qualificação a organização físico-espacial da cidade;
- Contribuir para o aprofundamento e aperfeiçoamento das atividades profissionais do arquiteto e urbanista;
- Contribuir na construção de respostas e alternativas para as demandas sociais referentes ao campo da arquitetura e da urbanística;
- Produzir, sistematizar e disseminar conhecimentos;
- Participar de eventos e publicar trabalhos,
- Estimular a integração entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da arquitetura e do urbanismo;
- Estabelecer, estreitar e ampliar vínculos e parcerias com outras instituições.

Grupo SITUS - Território, Arquitetura e Cidadania

Pesquisadores: Ana Maria Gadelha Albano Amora, Cesar Floriano dos Santos, Lino Fernando Bragança Peres, Luiz Eduardo Fontoura Teixeira e Maria Inês Sugai

Telefone: 37219393

- <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043604ENVY8FP>

O grupo realiza atividades articulando a pesquisa ao ensino, e a extensão, desenvolvendo no contato com o real a própria produção do conhecimento. As repercussões desses trabalhos são relevantes tanto no plano acadêmico como social. No plano institucional está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, nível mestrado (criado em 2005), e tem parcerias para realiza pesquisas conjuntas com instituições relevantes como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ (participação no Grupo Estudos do Território e de História Urbana e na pesquisa Mercados informais de solo urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo) e a Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (Projeto Rede Brasil: Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde), atuando ainda junto às administrações municipais (IPUF arte pública e Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo) e associações de moradores e comunidades (Sertão do Córrego Grande, Vila do Arvoredo, Acari, Ponta do Leal, e Centro das Associações de Monte Cristo, entre outras). No plano metodológico concebe a pesquisa como forma de conhecer e agir sobre o real, considerando está ação como parte da produção de conhecimento. Quanto aos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, os trabalhos de conclusão de curso constam como produção relevante do grupo que busca trazer para a formação profissional do arquiteto e urbanista, as questões de pesquisa, tanto de cunho teórico/conceitual, como as de aplicação destas no projeto arquitetônico e urbano, que vieram a ser selecionados para o Opera Prima. Estão ainda em curso dissertações de mestrado, vinculadas ao PGAU-Cidades, e a produção de teses de doutorado vinculadas a programas da UFRGS, da USP São Carlos, e da própria UFSC, e é, ainda, efetiva a participação dos membros em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais.

TOTAL: 15 grupos, sendo 1 do CED, 4 do CFH, 10 do CTC e 1 do Serviço Social.

ANEXO E – Mapeamento Grupo de Pesquisas que tem a temática “Movimentos Sociais” e “Serviço Social”

Buscar por: **Movimentos sociais e Serviço social**

Total: 34

1. **Gr:** Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - USP
Li: Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira
AP: Sociologia
2. **Gr:** Cultura, Identidade e Movimentos Sociais - UFAL
Li: José Nascimento de França
AP: Serviço Social
3. **Gr:** Educação e Cidadania - UPF
Li: Rosa Maria Locatelli Kalil
AP: Educação
4. **Gr:** Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social - UFSC
Li: Ivete Simionatto
AP: Serviço Social
5. **Gr:** Estudos sobre o Serviço Social e a sociedade - UNIT
Li: Katia Maria Araújo Souza
AP: Serviço Social
6. **Gr:** Exclusão Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos - UCSAL
Li: Fernanda Maria Brito Gonçalves Almeida
AP: Serviço Social
7. **Gr:** FACI - Núcleo de Pesquisa Favela e Cidadania - UFRJ
Li: Maria de Fatima Cabral Marques Gomes
AP: Serviço Social
8. **Gr:** GRUPO DE ESTUDOS DE SERVIÇO SOCIAL - UEPG
Li: Lucia Cortes da Costa
AP: Serviço Social
9. **Gr:** Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas - UERN
Li: Sâmia Rodrigues Ramos
AP: Serviço Social
10. **Gr:** Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Direitos e Sociedade. - UNIUBE
Li: João Antonio Rodrigues
AP: Serviço Social
11. **Gr:** Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social: Trabalho, Estado e Sociedade - GESSTES - UEL
Li: Ednéia Maria Machado
AP: Serviço Social
12. **Gr:** Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social - GSERMS - UFMA
Li: Josefa Batista Lopes
AP: Serviço Social

13. **Gr:** Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Mulheres e Feminismos - GERAMUS - UFMA
Li: Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
AP: Serviço Social
14. **Gr:** LOCUSS - UFRJ - UFRJ
Li: Maria Helena Rauta Ramos
AP: Serviço Social
15. **Gr:** Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social - UFSC
Li: Edaléa Maria Ribeiro
AP: Serviço Social
16. **Gr:** Novas e velhas questões do Serviço Social - UEMG
Li: Maria Madalena Gracioli
AP: Serviço Social
17. **Gr:** Novas modalidades da luta social e o Serviço Social - UFF
Li: Sonia Lucio Rodrigues de Lima
AP: Serviço Social
18. **Gr:** Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos - NEPEDH - PUC/SP
Li: Maria Lúcia Silva Barroco
AP: Serviço Social
19. **Gr:** Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS - UNIFOA
Li: Douglas Mansur da Silva
AP: Serviço Social
20. **Gr:** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - UFRJ
Li: Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
AP: Serviço Social
21. **Gr:** Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Questão Social - UFPI
Li: Simone de Jesus Guimarães
AP: Serviço Social
22. **Gr:** Núcleo de Pesquisa e Estudo-Estado, Sociedade e Cidadania - NUPESC - UCG
Li: Walderez Loureiro Miguel
AP: Serviço Social
23. **Gr:** Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Poder Local, Políticas Públicas e Serviço Social - UFF
Li: Deise Gonçalves Nunes
AP: Serviço Social
24. **Gr:** Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais - UEPB
Li: Marília Tomaz de Oliveira
AP: Serviço Social
25. **Gr:** NUCLEOSOCI - Núcleo de Pesquisa em Sociedade e Desenvolvimento Regional de Campos - RJ - UFF
Li: Angelo Mario do Prado Pessanha
AP: Serviço Social
26. **Gr:** Poder Local, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia - UFPA
Li: Maria Elvira Rocha de Sá

AP: Serviço Social

- 27. Gr:** Políticas Públicas em Saúde no Desenvolvimento Social - UNC
Li: Jorgina Maria da Silva
AP: Saúde Coletiva
- 28. Gr:** PROÉTICA: Serviço Social, Políticas Públicas e Prática profissional - PUC-PR
Li: Ilda Lopes Witiuk
AP: Serviço Social
- 29. Gr:** Religião, Ação Social e Política - UFRJ
Li: Maria das Dores Campos Machado
AP: Sociologia
- 30. Gr:** Saúde Mental, Desinstitucionalização e Abordagens Psicossociais. - UFRJ
Li: Eduardo Mourao Vasconcelos
AP: Serviço Social
- 31. Gr:** Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas - UFJF
Li: Carina Berta Moljo
AP: Serviço Social
- 32. Gr:** Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais - UFS
Li: Maria Lucia Machado Aranha
AP: Serviço Social
- 33. Gr:** Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais - UFAL
Li: Rosa Lúcia Prêdes Trindade
AP: Serviço Social
- 34. Gr:** Terra e Raiz - UNESP
Li: Raquel Santos Sant'Ana
AP: Serviço Social

Buscar por: Serviço Social e Associativismo Civil

- 2. Gr:** Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP - UFSC
Li: Maria Teresa dos Santos
AP: Serviço Social

ANEXO F – Fotos do Primeiro Seminário Interno de Estudos de 2010

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO G – Divulgação Primeiro Seminário aberto de Extensão de 2010

Semana do Serviço Social UFSC/2010 "Movimentos Sociais, trabalho e exercício profissional"

ATIVIDADE DE EXTENSÃO do **MOSCOPSS** e **NUSSERGE**:

Mesa Temática: Serviço Social, Movimentos Feministas e Relações de Gênero.

Expositora: Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa (DSS / UFSC)

Debatedora: Assistente Social da PMF Simone Lolatto, mestre em Serviço Social pela UFSC.

Coordenadora da Mesa: Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro.

Data: 12/05/2010

Horário: 18h30min. às 22 horas

Local: CSE, Bloco C, Sala 217.

Atividade de Extensão: **MOSCOPSS** – Grupo de Estudo e Pesquisa: Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social; **NUSSERGE** – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero.



ANEXO H – Fotos do Terceiro Seminário Interno de Estudos de 2010

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO I – Apresentação “Seminários de Extensão MOSCOPSS” no Terceiro

Seminário Interno de Estudos de 2010

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL</p> <p>Grupo de Pesquisa MOSCOPSS Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social</p> <p>Seminários de Extensão do MOSCOPSS</p> <p>Graduanda: Bárbara Schuelter Orientadora: Edaléa Maria Ribeiro</p>	<p>Projeto de Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o debate crítico acerca da relação questão urbana, política públicas setoriais e movimentos sociais, apontando desafios para a profissão. • Estudo e debates da Política Habitacional implementada em distintos municípios da Grande Florianópolis.
<p>Primeiro contato com o Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i>. 21ª Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000. p. 157- 164. • Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. 	<p>Aproximação com o conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> • KOPSTEIN, Berenice Reis. <i>A participação da Sociedade Civil na discussão do Plano Plurianual do Governo Federal – a experiência em Santa Catarina</i>. 2007. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. • SILVY, Michelle Leon. <i>Violência Social, violência urbana: implicações para a prática profissional do Assistente Social do Programa de orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF</i>. 2007. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. • MARQUES, Cheyenne Vieira. <i>A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocató: Desafios para a intervenção profissional no Serviço Social</i>. 2006. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.
<p>Aproximação com o conteúdo</p> <ul style="list-style-type: none"> • MARTINI, Débora. <i>Capacitação de Conselheiros Locais de Saúde: a contribuição do Serviço Social</i>. 2006. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. • ARAUJO, Ana Paula Meira de. <i>A Re-Orientação da Política Social de Geração de Trabalho e Renda implementada pela PMF a partir da criação do IGEOP</i>. 2004. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. • SOARES, Fabiana de Souza. <i>O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID – seu significado para os sujeitos de direitos – os desafios para o Serviço Social</i>. 2007. TCC em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. 	<p>Atividades de Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de 4 seminários externos. • Primeiro Seminário de Extensão MOSCOPSS e NUSSERGE: “Serviço Social, Movimentos Feministas e Relações de Gênero” é exposta pela Profª.Drª. Teresa Kleba Lisboa e debatida pela Assistente Social da PMF Simone Lolatto no dia 12 de maio de 2010, em referência a Semana do Serviço Social UFSC “Movimentos Sociais, trabalho e exercício profissional”.
<p>Atividades de Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de 6 seminários internos de estudo, voltados prioritariamente aos participantes do MOSCOPSS e convidados. • 22/02/10: 1º Seminário Interno de Estudos com a Drª Maria Lúcia Carvalho da Silva (NEMOS- PUC/SP) debatendo o Papel e Desafios de um grupo de pesquisa e a leitura do NEMOS sobre os movimentos sociais hoje. 	<p>Atividades de Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • 26/03/10: IIº Seminário Interno de Estudos com planejamento das atividades MOSCOPSS e NUSSERGE para o ano de 2010. • Planejamento, organização e divulgação dos Seminários de Extensão.

Levantamento de Dados

- Identificação dos profissionais de Serviço Social que trabalhem com políticas públicas de habitação, meio ambiente, trabalho e renda na Grande Florianópolis.
- Compreensão dos Programas e Projetos e do andamento da Política Local de Habitação em Interesse Social.

Municípios da Microrregião Florianópolis (Santa Catarina)
www.santagosioujeira.pro.br



- **Antônio Carlos**
Atua com planejamentos (1)
- **Biguaçu**
Secretaria de Assistência Social e Habitação (2)
- **Florianópolis**
Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (14/5)
- **Governador Celso Ramos**
- **Palhoça**
Secretaria de Planejamento (3)
- **Paulo Lopes**
- **Santo Amaro da Imperatriz**
- **São José**
Secretaria de Infra-Estrutura (3)
- **São Pedro de Alcântara**
Secretaria de Assistência Social (1)

Levantamento de Dados

- Levantamento de produção teórica já efetuada na UFSC acerca da política habitacional.
1. Desde 1994 até 2010, foram publicados 1262 TCCs no curso de Serviço Social. Destes, 30 são sobre a política de habitação.
 2. Verificação de cada monografia e selecionar aquelas que correspondem com o tema proposto.

Levantamento de Dados

- Mapeamento dos grupos de pesquisa através do site oficial da UFSC, no link laboratório de pesquisa, na área do Serviço Social, Sociologia Política, Educação, Arquitetura e nos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, no que se refere a questão urbana, cidade e política de habitação.
1. **TOTAL:** 15 grupos, sendo 1 do CED, 4 do CFH, 9 do CTC e 1 do Serviço Social.

Continuidade

- Participação futura do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, que será realizado no período de 6 a 10 de dezembro de 2010, no Rio de Janeiro.
- Artigo será sobre a Política Urbana, especificamente a Política de Habitação voltada para os segmentos empobrecidos e os desafios para o Serviço Social na execução da Política de Habitação por Interesse Social.

Bibliografia do Artigo

- BOEIRA, S.L.; BUECKMANN, E.Z.; FERREIRA, E. *Governança Local e Democrática em dois municípios da Grande Florianópolis: estudo sobre Conselhos Municipais e Políticas de Sustentabilidade*. In: Revista Desenvolvimento em Questão, julho-dezembro, ano/vol. 5, nº 010. UNIJUI: 2007. p. 127-160.
- GOMES, Maria de F.C.M. *Habitação e Questão Social – Análise do Caso Brasileiro*. In: Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. IX, nº 194 (26), 1 de agosto de 2005.
- MARICATO, Erminia. *Metrópoles Brasileiras*. Texto elaborado por ocasião da palestra dada no evento Próximo Ato 2006 no dia 26/10/2006, no Instituto Goethe, por solicitação do Itaú Cultural.

Bibliografia do Artigo

- MAFFINI, V. R.; MERIGO, J. *Política Habitacional e a identificação do(s) motivo(s) da inadimplência das famílias beneficiadas com o Programa de Terrenos*. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, dez. 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, mar. 2006.
- RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). *Metamorfoses Sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Continuidade

- Proposta de visita aos profissionais Assistentes Sociais dos municípios da microrregião Florianópolis e grupos de pesquisa da UFSC em julho;
- Registro das Atividades;
- Sistematização dos dados acumulados;
- Publicização dos resultados da avaliação e prospecção das ações a serem desenvolvidas pelo MOSCOPSS para o ano de 2011.

ANEXO J – Apresentação da “Institucionalidade da Participação na Política Urbana” no Quarto Seminário Interno de Estudos de 2010

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL Grupo de Pesquisa MOSCOPSS Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social</p> <h3>Institucionalidade da Participação na Política Urbana</h3> <p>Graduanda: Bárbara Schueiter Orientadora: Edaléa Maria Ribeiro</p>	<h3>Política Urbana</h3> <ul style="list-style-type: none"> Regulamentada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 através do Estatuto da Cidade – Lei 10.257 de 10/07/2001. O § 2º do Art. 61 da Constituição Federal de 1988 traz o paradigma desta participação popular na formulação do processo legislativo. § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitos de cada um deles."
<h3>Estatuto da Cidade</h3> <ul style="list-style-type: none"> Art. 2º II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; 	<h3>Estatuto da Cidade</h3> <ul style="list-style-type: none"> O inciso I do artigo 43 prevê que os órgãos colegiados de política urbana, nacional, estadual e municipal, devem ser utilizados para garantir a gestão democrática da cidade. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano criado pela Medida Provisória 2.202, de 4 de setembro de 2001, nos termos do artigo 10 é definido como órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República, responsável pelas diretrizes gerais do desenvolvimento urbano e pela organização da Conferência Nacional das Cidades.
<h3>Estatuto da Cidade</h3> <ul style="list-style-type: none"> O artigo 44 dispõe que a gestão orçamentária participativa incluirá obrigatoriamente a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, ou seja, em todo processo de discussão orçamentária, como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal 	<h3>Estatuto da Cidade</h3> <ul style="list-style-type: none"> O Estatuto da Cidade contempla a expressão "participação popular" em vários momentos: No artigo 2º, nos seguintes incisos: "II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas..."; "XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada...". No artigo 4º, inciso III, nos instrumentos da política urbana, quando trata do planejamento municipal, "f) gestão orçamentária participativa", em relação aos institutos jurídicos e políticos, "s) referendo popular e plebiscito". No parágrafo 3º, propõe que os recursos devem ser objeto de controle social, garantida a participação da população no controle orçamentário.
<h3>Política Urbana</h3> <ul style="list-style-type: none"> O Ministério das Cidades foi criado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva exatamente para proporcionar as condições para a formulação e articulação das políticas urbanas com participação da sociedade, objetivando potencializar os recursos humanos e financeiros em função da conquista de melhores condições de vida dos habitantes das cidades e de promoção do desenvolvimento urbano sustentável, incluído e promotor da redução das desigualdades sociais. 	<h3>Política Urbana</h3> <ul style="list-style-type: none"> A base de uma política urbana com participação popular, está no reconhecimento de que a participação nas políticas públicas é um direito e dever dos cidadãos e de que o caminho para o enfrentamento da crise urbana está diretamente vinculado à articulação e a integração de esforços e recursos nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal, com participação dos diferentes segmentos da sociedade. Conselhos das Cidades: uma das melhores formas de organização administrativa adotada para assegurar a participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas é a do Conselho, que se configura como órgão administrativo colegiado, de caráter deliberativo e/ou consultivo, com representantes da sociedade e do poder público. O Conselho das Cidades acompanha e avalia a execução da política urbana nacional.

Política Urbana

- PRINCÍPIOS DA POLÍTICA URBANA (LEI 10.257/2001)
- Garantia das funções sociais da cidade; do controle do uso do solo; e do direito à expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização (art. 2º).

Política Urbana

- Institucionalidade de Participação da Política de Habitação, Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda.

Política de Habitação

- **LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005:** dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
- **Art. 5** Integram o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS os seguintes órgãos e entidades:
- **IV** – Conselho das Cidades;
- **V** – conselhos no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais;
- **VII** – fundações, sociedades, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, todos na condição de agentes promotores das ações no âmbito do SNHIS.

Política de Habitação

- **Art. 12.** Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão: II – constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares;

Política de Habitação

- **Art. 19.** Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais promoverão ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SNHIS.
- **Art. 20.** Os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais devem promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SNHIS.

Política de Habitação

Programas e Ações

- **PAC: Programa de Aceleração do Crescimento**
- Programa do Governo Federal, instituído pela Lei 11.578 de 26 de novembro de 2007.
- § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei da Responsabilidade Fiscal

- **Art. 48** - São instrumentos de **transparência** da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- **Parágrafo Único:** A transparência será assegurada também mediante **incentivo à participação popular** e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Minha Casa Minha Vida

- PHPE - Programa Habitacional Popular Entidades
- **Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009**

Regulamenta a utilização de recursos da União previstos no Art. 17 da MP nº 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819 de 13 de abril de 2009, criando o Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida voltado ao atendimento das necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

Minha Casa, Minha Vida

- **DECRETO Nº 6.962, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**
- **Art. 22.** Fica instituído o Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida - CAPMCMV, com a finalidade de acompanhar e avaliar as atividades do Programa.
- **§ 3º** O CAPMCMV disponibilizará ao Conselho das Cidades, órgão integrante da estrutura básica do Ministério das Cidades, dados e informações que permitam o **acompanhamento e avaliação** da execução do PMCMV.

Programa de Produção Social de Moradia - FNHIS

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 08/10/2008**
- **TRABALHO SOCIAL:**
- valor correspondente ao custo de realização das ações de **participação, mobilização e organização comunitária**, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda, destinadas à população diretamente beneficiada, que deverá compor, obrigatoriamente, o investimento.

Outros Programas

- **Crédito Solidário:** agentes organizadores - Cooperativas, Associações ou Entidades da Sociedade Civil.
- **Programa de Arrendamento residencial (PAR) TRABALHO SOCIAL** - Elaborado e executado por Pessoa Jurídica, selecionada por meio de credenciamento para viabilizar a integração e participação dos arrendatários, gerando o compromisso com a conservação e a manutenção dos imóveis, correta ocupação do **espaço coletivo** e o estímulo à adimplência e fixação dos arrendatários nos imóveis.

Outros Programas

- **Programa Operações Coletivas – FGTS**
- **Resolução 460/518**
- **TRABALHO TÉCNICO SOCIAL**
- Consiste no planejamento e na execução de ações integradas de caráter informativo, educativo e de promoção social, objetivando:
- Incentivar a **gestão participativa**;
- Desenvolver ações planejadas para mobilização, organização e **desenvolvimento comunitário**;
- Promover a co-responsabilidade e sustentabilidade do empreendimento – Aspectos Econômicos, Ambientais e Sociais.

Saneamento Ambiental

- **Art. 21, inciso XX** da Constituição - o Título III institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, disciplinando o Sistema Nacional de Saneamento Ambiental – SISNASA com a sua conformação e estrutura aberta à **participação** das três esferas de governo, contemplando os aspectos organizacionais, institucionais, financeiros e os relativos ao **controle social** e às modalidades de **fiscalização** por parte dos usuários.

Saneamento Ambiental

- O mérito da ação planejada e a instituição do controle social estão consubstanciados nos planos de saneamento ambiental, que devem ser elaborados com a **participação da comunidade interessada**, sendo obrigada a realização de consultas e audiências públicas (art. 11, parágrafo 1), bem como a avaliação externa, a ser efetuada pelo Conselho da Cidade ou órgão equivalente, tendo como uma das suas atribuições, apreciar e aprovar o Relatório Anual de Qualidade dos Serviços (Art. 19 e 21).

Saneamento Ambiental

- **SANEAMENTO PARA TODOS**
- Os empreendimentos para os quais sejam pleiteados financiamentos no âmbito do programa devem adotar soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e contribuam para a sua sustentabilidade econômica e soluções de gestão que promovam serviços eficazes e incorporem o **controle social** e a **participação da sociedade**.

Saneamento para Todos

- **Abastecimento de água:**
- execução de trabalho sócio-ambiental que vise a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental do empreendimento, incluindo ações de educação ambiental e promoção da **participação comunitária**;
- fomento à participação comunitária: realização de reuniões, palestras e campanhas educativas em saneamento ambiental, envolvendo diversas **organizações da sociedade**.

Saneamento Ambiental

- **Serviços Urbanos de Água e Esgoto:** apoio ao **desenvolvimento comunitário** e desenvolvimento de ações comunitárias.
- **PASS-BID - Programa de Ação Social em Saneamento:** participantes do programa - **Comunidades Interessadas**
- **PMSS - Programa de Modernização do Setor Saneamento:** Participam especialistas vinculados a instituições e entidades públicas, privadas e a **movimentos sociais** com expressiva atuação no saneamento brasileiro.

Saneamento Ambiental

- **PNDA - Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - Portaria 518/04**
Ministério da Saúde: Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao **controle e vigilância** da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade
- **PAT-PROSANEAR - Projeto de Assistência Técnica ao Prosanear:** Apoio a projetos de saneamento ambiental em assentamentos precários. Um dos objetivos nos projetos: **Desenvolvimento comunitário**.

Saneamento Ambiental

- **RESÍDUOS SÓLIDOS:** tem como objetivo geral fomentar a conscientização e o planejamento de políticas públicas de resíduos sólidos, visando o estabelecimento de um sistema integrado e **participativo** de gerenciamento dos resíduos sólidos.
- **Artigo 1º - §** Gestão Integrada através da articulação entre o poder público, geradores e **sociedade civil**
- **DRENAGEM URBANA:** um dos objetivos é para que a comunidade tenha uma **participação** nos anseios, nos planos, na sua execução e na contínua obediência das medidas de controle de enchentes.

Saneamento Ambiental

- **PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO:** Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, a Política e o Plano devem ser elaborados com **participação social**, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, art 3º).
- A educação ambiental e **mobilização social** como estratégia permanente, para o fortalecimento da **participação e controle social**, respeitados as peculiaridades locais e assegurando-se os recursos e condições necessárias para sua viabilização.

Geração Emprego e Renda

- Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
- Seguro Desemprego
- Intermediação de Mão-de-Obra - IMO
- Abono Salarial
- A regulamentação do Programa do Seguro-Desemprego e do abono a que se refere o art. 239 da Constituição ocorreu com a publicação Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Essa lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT
- CODEFAT – **Conselho** Deliberativo do FAT

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda

- o Programa de Geração de Emprego e Renda na modalidade Urbano, PROGER Urbano, foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 59 de 1994, com a finalidade de incrementar a política pública de combate ao desemprego, mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia.
- **Fiscalização** CODEFAT

Projovem Trabalhador

- Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008
- COGEP e comitês gestores
- **Art. 7º VI** - estimular o **controle social** e o aperfeiçoamento dos mecanismos de **participação** da sociedade civil, visando fortalecer o desenvolvimento das ações do Projovem;
- **Art. 25º** O Projovem Urbano tem como objetivo garantir aos jovens brasileiros ações de elevação de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e **participação cidadã**, por meio da organização de curso;
- **Art. 56º** O controle e participação social do Projovem deverão ser realizados, em âmbito local, por conselho ou comitê formalmente instituído pelos entes federados, assegurando-se a **participação da sociedade civil**.

Plano Nacional de Qualificação

- RESOLUÇÃO Nº 575, DE 28 DE ABRIL DE 2008
- Ainda que não se enquadrem nas populações prioritárias do PNQ, poderão ser atendidas representantes em espaços de **participação social** (fóruns, comissões e conselhos) voltados para formulação e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Assim, objetiva-se contribuir para o empoderamento de atores sociais diretamente ligados ao sucesso das ações de qualificação e demais ações do Sistema Público de Emprego e Renda.



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO K – Divulgação Quinto Seminário Interno de Estudos e Segundo Seminário de
Extensão de 2010

Seminário de Estudos do MOSCOPSS / NUSSERGE

Data: 16 de setembro de 2010, quinta-feira.

Horário: 14h30min às 17h00min

Local: Mini auditório do CSE, sala 217

Tema: Movimentos sociais - uma análise prospectiva.

PALESTRANTES

- **Eleonora Cristina Kaczur** – Assistente Social envolvida com movimentos sociais da cidade; Assessora parlamentar; Membro do conselho fiscal da UFECO.
- **Dr. Raul Burgos** – Professor do CFH; Atua em linhas de pesquisa sobre Movimentos sociais, participação e democracia; Experiência de elaboração participativa do Plano Diretor Integrado da Cidade de Florianópolis; Militante de movimentos sociais.
- **Representantes de movimento de mulheres.**

Obs.: Será emitido certificado com validade para a disciplina de Seminários Temáticos equivalente à 3h/aula

ANEXO L – Divulgação do Terceiro e Quarto Seminário de Extensão de 2010**MOSCOPSS e NUSSERGE convidam a participar do****III Seminário de Extensão**

Tema: Desafios Postos ao Serviço Social na Garantia de Participação Popular e no Controle Social nos Conselhos de Direito e de Política.

DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2010

HORÁRIO: 14h às 17h – Assistentes Sociais da esfera governamental

LOCAL: Sala 101 CSE

- **Cleide Gessele:** Possui Graduação em Serviço Social pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2002), Especialização em Políticas Públicas (FURB), Especialização em Saúde Mental (ICPG) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Major Gercino, e atualmente é Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social de Major Gercino, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas (Assistência Social e Saúde). Representante da Secretaria no Conselho Municipal de Saúde, Assistência Social e Direito da Criança e do Adolescente de Major Gercino.

- **Camila Magalhães Nélsis:** Atualmente é Assistente Social da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Biguaçu. Representante da Secretaria no Conselho Municipal de Habitação de Biguaçu.

- **Kelly Cristina Vieira:** Possui Graduação em Serviço Social pela UFSC (1992) e especializações em Serviço Social e Trabalho UFSC (1994) e MBA Gestão Urbana Habitacional e Desenvolvimento Social pela Fundação ESAG (2004). É Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis desde 1996, atuando principalmente na temática da Política Urbana. Representante da prefeitura de Florianópolis no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

MOSCOPSS e NUSSERGE convidam a participar do**IV Seminário de Extensão****Tema: Desafios Postos ao Serviço Social na Garantia de Participação Popular e no Controle Social nos Conselhos de Direito e de Política.****DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2010****Horário: 18h30min às 21h – Assistentes Sociais da sociedade civil****LOCAL: Mini Auditório do DSS – sala 217**

- **Maria Cecília A. Godtsfriedt:** Atua com projetos de educação permanente, junto ao NUCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE -NETI, representante do CRESS/SC junto ao Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis membro titular - conselheira fiscal da Associação Nacional de Gerontologia de SC secção SC. Representante do segmento da sociedade civil no Conselho Estadual do Idoso.

- **Eliane Magalhães Rosa:** Graduada em Serviço Social pela UFSC, atualmente atua em uma Associação de Moradores em São José que desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Já foi conselheira dos conselhos de Assistência Social, Educação e de Prevenção ao Uso de "Drogas". Representante do segmento da sociedade civil no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São José, conselho esse da qual já foi presidente da mesa diretora.

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO M – Projeto Pró-Bolsa de Extensão 2011



Coordenador: EDALEA MARIA RIBEIRO

Dados Pessoais

Nome: EDALEA MARIA RIBEIRO

Sector: DEPTO DE SERVIÇO SOCIAL

Centro: CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Titulação: DOUTOR

Projeto: **Seminários de Estudos do MOSCOPSS**

Introdução:

No ano de 2010, o MOSCOPSS procurou através de seus trabalhos, identificar profissionais do Serviço Social que trabalhassem com a política de habitação e meio ambiente, além de fazer levantamentos da produção teórica e de estudiosos acerca da temática.

Como resultado desta trajetória, via seminários de extensão, identificou-se a necessidade de aprofundar o tema prioritariamente junto à Assistentes Sociais atuando diretamente na política de habitação, visto as dificuldades que estes expressaram ao longo das atividades, solicitando um debate crítico mais aprofundado que permitisse a qualificação dos mesmos na execução desta política.

A política de habitação tem uma relação intrínseca com movimentos sociais que tem como demanda a questão da habitação e do uso do espaço urbano. A compreensão por parte destes profissionais desta relação torna-se fundamental para uma intervenção profissional mais qualificada e comprometida com sujeitos destinatários dos programas habitacionais.

Objetivos:

Possibilitar o debate crítico acerca da relação da Política de Habitação, movimentos Sociais e exercício profissional, visando a qualificação de profissionais envolvidos com o tema.

Justificativa:

O presente projeto de extensão justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate junto a Assistentes Sociais, acadêmicos de Serviço Social e comunidade em geral acerca da relação política de habitação, movimentos sociais, intervenção profissional, visto a crescente inserção do profissional de Serviço Social na execução de programas de habitação.

Público Alvo:

O público alvo do presente projeto consiste dos profissionais do Serviço Social ligados a execução da política de habitação no litoral catarinense, estudantes do Serviço Social interessados na temática e público em geral.

Metodologia:

1. Identificação e contato com profissionais de serviço social que trabalhem com políticas públicas de habitação, e movimentos sociais no litoral catarinense;
2. Planejamento, organização e divulgação dos Seminários de Estudos junto ao público identificado e demais interessados;
3. Realização de 2 seminários abertos ao longo do período do projeto;
4. Realização de 6 seminários internos de estudo, voltados prioritariamente aos participantes do MOSCOPSS e convidados;
5. Registro das atividades;
6. Sistematização dos dados acumulados e avaliação das atividades;
7. Publicização dos resultados e prospecção das ações a serem desenvolvidas pelo MOSCOPSS para o ano de 2012.

Viabilidade do Projeto:

Em termos de viabilidade, entendemos que o presente projeto de extensão é viável, por dois elementos: há um enorme interesse por parte dos acadêmicos e profissionais em geral, bem como os de serviço social, envolvidos na execução da Política de habitação em debater a questão urbana. Outro elemento favorável é o acúmulo do MOSCOPSS em relação à produção da questão urbana, bem como do amplo conhecimento da professora coordenadora em relação à questão.

Referências bibliográficas:

- ABRAMO, P. “Formas de financiamento do acesso à terra e funcionamento do mercado fundiário-imobiliário: um ensaio com base na noção de regime urbano” In : Cadernos IPPUR/UFRJ/ ano XV, n2 , (ago/ dez 2001/ Ano XII, N1, (jan/ jul 2002).
- AMMAM, S. Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- BONDUKI, Nabil, Origens da Habitação Social no Brasil, Estação Liberdade, São Paulo, 1998
- BURGOS, M. dos Parques Proletários ao Favela- Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro- in Zaluar, A & Alvito, M. - Um século de Favela.Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CUNHA. Marize. Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro (2005).
- GOMESNÚM, Maria de Fátima Cabral Marques. Habitação e questão social, análise do caso (1994).
- IAMAMOTO. Marilda Vilela. Serviço Social e Assistência Social no Brasil (1998).
- LARCO, Alejandrino Maguiña; CASTRO, Manuel Manrique. Pobreza Urbana y Políticas de Vivienda (1983).
- LEME, M.C.S.& LAMPARELLI, C.M. “A Politização do urbanismo no Brasil Brasil: a vertente católica” in Anais do IX Encontro Nacional da ANPPUR, volume I, Rio de Janeiro 28 de maio a 1 de junho de 2001.
- LEFEBVRE, H. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro, DP& A, 1999.
- Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação – <http://www.cidades.gov.br/>
- NETTO, J. P.Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.
- PASCAL, Cristin de Robertis Henri. La Intervencion colectiva em Trabajo Social – La acción com grupos y comunidades (2007).
- PASTERNAK, Suzana, Favelas e Cortiços no Brasil:20 anos de Pesquisas e Políticas, LAP,SP, 1997
- PASTERNAK, Suzana, 100 anos de Política Habitacional no Brasil, LAP, SP, 1997
- PENA, Dilma. O processo de urbanização e metropolização do Brasil: causas, conseqüências e políticas públicas (1994).
- PEREIRA, Willian César Castilho. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática (2001).
- REIS, Aylda Pereira. Você e a sua comunidade. Publicação do Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social – CBCISS (1965).
- SILVA, Ademir Alves. Política Social e Cooperativas Habitacionais (1992).
- SOUZA, Maria Luiza. Desenvolvimento de Comunidade e Participação (1993).
- VASCONCELOS, Ana Maria. “Serviço Social e Prática Reflexiva” Revista in Pauta- Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ- Nº 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- WARE, Caroline F. FIGUEIREDO, Margarida Andrade de. Coleção Temas Sociais (1980).
- YAZBECK, M. C. “O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo”. In Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 1999, (módulo 2: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social).

Recursos e Equipamentos Disponíveis:

Para a efetivação do projeto, serão utilizados os recursos e equipamentos disponíveis no Departamento de Serviço Social, bem como os do CSE.

Cronograma de Execução do Projeto:

	2011					2012						
Atividade	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Seminários de Estudos do MOSCOPSS	X	X	X	X	X	X	X	X				

Participantes:

Participante	Tipo	Detalhe
TERESA KLEBA LISBOA	Servidor	CSE-DEPTO DE SERVICIO SOCIAL

Plano de Trabalho para o Bolsista 1:

O bolsista deverá participar ativamente de todas as atividades a serem desenvolvidas, objetivando compreender o processo desenvolvido, bem como contribuindo com seu processo de formação profissional.

As atividades previstas são:

1. Participar da identificação e contato com profissionais de serviço social que trabalhem com políticas públicas de habitação, e movimentos sociais no litoral catarinense;
2. Participar do planejamento, organização e divulgação dos Seminários de Estudos junto ao público identificado e demais interessados;
3. Participar da realização de 2 seminários abertos ao longo do período do projeto;
4. Participar da realização de 6 seminários internos de estudo, voltados prioritariamente aos participantes do MOSCOPSS e convidados;
5. Participar do registro das atividades;
6. Participar da sistematização dos dados acumulados e avaliação das atividades;
7. Elaborar artigo referente ao tema do Projeto de Extensão;
8. Participar na publicização dos resultados e prospecção das ações a serem desenvolvidas pelo MOSCOPSS para o ano de 2012.

Bolsista 1:

Inscrito em: 17/02/2011 - 17:23:49

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO N – Fotos do Primeiro Seminário Interno de Estudos de 2011



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO O – Fotos Segundo Seminário Interno de Estudos de 2011



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO P – Fotos do Terceiro Seminário Interno de Estudos de 2011



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO Q – Divulgação e fotos do Primeiro Seminário Aberto de Estudos de 2011

WORLD SOCIAL FORUM 2011 FORUM SOCIAL 2011 RUMO A DAKAR

FORUM SOCIAL MONDIAL 2011 DAKAR

FSM 2011: um destaque para a carta das mulheres e dos migrantes

**2 de junho
14h às 17h
mini-auditório CSE, s. 217**

**fórum
social
mundial**
UM Outro mundo é POSSÍVEL

Realização
**MOSCOPSS
e NUSSERGE**

<http://moscopss.blogspot.com>





Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO R – Carta do Migrante do Fórum Social Mundial de Dakar 2011



Foro Social Mundial 2011 Dakar Carta Mundial de los Migrantes

Proclamada en Gorée (Senegal) el 5 Febrero 2011 sábado

Las personas migrantes son el blanco de políticas injustas. Estas últimas, en detrimento de los derechos universalmente reconocidos a cada persona humana, generan oposiciones entre los seres humanos utilizando estrategias discriminatorias, basadas en la preferencia nacional, la pertenencia étnica o religiosa.

Esas políticas son impuestas por sistemas conservadores y hegemónicos que buscan mantener sus privilegios explotando la fuerza de trabajo física e intelectual de los migrantes. Para ello, utilizan las prerrogativas exorbitantes permitidas por la potencia arbitraria de los Estados-Nación y del sistema mundial de dominación.

Los migrantes se ven privados en todas partes del pleno ejercicio de su derecho a la libertad de circulación y de instalación sobre nuestro planeta. Se ven privados de sus derechos a la libertad y a la paz, así como también de sus derechos económicos, sociales, políticos y culturales.

Sólo una gran alianza de personas migrantes podrá promover el surgimiento de nuevos derechos para cada persona por su nacimiento, sin distinción de origen, color, sexo o credo. Para ello, la alianza de migrantes deberá articularse en torno a principios éticos que permitan que los migrantes contribuyan a la construcción de nuevas políticas económicas y sociales, a la elaboración de una nueva concepción de la territorialidad y del sistema de gobernanza mundial dominante en la actualidad, así como de su fundamento económico e ideológico.

Es por ello que nosotros, migrantes del mundo entero, a partir de las propuestas que hemos recibido desde 2006, sugerimos una amplia discusión a escala planetaria, con vistas a adoptar la presente Carta Mundial de los Migrantes en nuestro próximo encuentro en febrero de 2011 en la isla de Gorea, en Senegal.

Nuestra ambición es hacer valer, a partir de las situaciones que viven los migrantes en el mundo, el derecho para todos de poder circular e instalarse libremente sobre nuestro planeta y contribuir a la construcción de un mundo sin muros.

Propuesta de Carta

Porque pertenecemos al planeta Tierra, todas las personas tenemos que poder circular e instalarnos en cualquier parte del planeta. Toda persona debe poder desplazarse libremente del campo hacia la ciudad, de la ciudad al campo, de una provincia a otra y de un país cualquiera hacia otro país.

Las leyes relativas a las visas, los permisos, las autorizaciones, así como todas las demás leyes que limitan la libertad de circulación e instalación deben ser derogadas.

Los migrantes del mundo entero deben gozar de los mismos derechos que los grupos nacionales y asumir las mismas responsabilidades en todos los ámbitos esenciales de la vida económica, política, cultural y social.

Deben tener derecho a votar y a ser elegidos en cualquier órgano legislativo. Los migrantes deben tener derecho a hablar y compartir su lengua materna, a desarrollar y dar a conocer sus culturas y costumbres tradicionales y a practicar sus religiones.

Los migrantes deben gozar del mismo derecho a ejercer un comercio adonde lo deseen, a dedicarse a la industria o adoptar un oficio, manual o no, así como cualquier profesión permitida para los grupos nacionales, de manera tal de permitirles asumir su parte de responsabilidad en la producción de las riquezas necesarias para el desarrollo y la realización de todos.

La tierra debe ser repartida entre quienes la trabajan. Las restricciones a la propiedad de terrenos impuestas por razones de orden étnico y/o nacional deben ser abolidas a favor de una nueva visión de una relación responsable entre los seres humanos y la tierra.

Las personas migrantes, al igual que los grupos nacionales, deben ser iguales ante la ley. Nadie debe ser encarcelado, deportado o ver restringida su libertad sin que su causa haya sido justamente escuchada y defendida.

Toda ley que prevea una distinción basada en el origen nacional, la situación matrimonial y/o jurídica o las convicciones personales debe ser abolida.

Los derechos humanos son inalienables e indivisibles y deben ser los mismos para todos. La ley debe garantizar a todas las personas migrantes el derecho a la libertad de expresión, el derecho a organizarse, el derecho a la libertad de reunión, el derecho a publicar, practicar el culto y dar a sus hijos la educación que elijan.

El trabajo y la seguridad deben ser garantizados a todas las personas migrantes. Todos los trabajadores tienen derecho a unirse y formar sindicatos. Los migrantes deben recibir un salario igual a trabajo igual y tener la posibilidad de transferir el fruto de su trabajo, sin ningún tipo de restricción, contribuyendo al sistema de solidaridad necesario a la sociedad de residencia.

El acceso a la educación y a la instrucción debe garantizarse para las personas migrantes y sus hijos. La instrucción debe ser gratuita, universal e idéntica para todos los niños. Los estudios superiores y la formación técnica deben ser accesibles a todos en una nueva visión de diálogo entre las culturas. En la vida cultural, deportiva y educativa debe abolirse toda distinción que obedezca al origen nacional.

Las personas migrantes deben tener derecho a la vivienda. Toda persona debe tener derecho a habitar el lugar de su elección, vivir en un hábitat decente y mantener a su familia con confort y seguridad, del mismo modo que los grupos nacionales. Las personas migrantes aspiran a tener la oportunidad y la responsabilidad al igual que los grupos nacionales, y a enfrentar juntos los desafíos actuales (vivienda, alimentación, salud, realización...).

El objetivo de los principios enunciados en la Carta Mundial de los Migrantes es el de contribuir a la desaparición de todo sistema segregacionista y al advenimiento de un mundo plural, responsable y solidario.

Para más informaciones: <http://www.cmmigrants.org/goree>

ANEXO S - Divulgação e fotos do Segundo Seminário Aberto de Estudos de 2011

Vem aí os próximos seminários do MOSCOPSS

14.09.2011 (quarta)	IIº SEMINÁRIO ABERTO MOSCOPSS/ NUSSERGE	Equidade de Gênero nas Políticas Públicas	NUSSERGE	18:00 – 22:00 Local: Mini auditório do DSS, sala 217
16.09.2011 (sexta)	IVº Seminário Interno de Estudos	Defesa dissertação Juliane Justino sobre a política de habitação em SC	Juliane Justino MOSCOPSS	início 14:30 Local: Prédio PPGSS/CSE, sala 201

Programem-se!!!

<http://moscopss.blogspot.com>







Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO T – Divulgação e fotos do Quinto Seminário Interno de Estudos de 2011



07.10.11 (sexta)	Vº Seminário de Estudos	Seminário Política de Habitação em Santa Catarina	Juliane Justino MOSCOPSS	18:30 – 21:30 Local: Sala de Reunião dos Professores DSS
---------------------	----------------------------	--	--------------------------------	---





Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO U – Justificativa e Novo Edital das Plenárias

 **MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**
Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Gerência do Diário Oficial do Município

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DAS PLENÁRIAS PÚBLICAS INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 9185 DE 27 DE JULHO DE 2011. A comissão coordenadora das plenárias públicas, instituída pelo decreto nº 9185 de 27 de julho de 2011, para definição dos representantes da sociedade civil organizada para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, reuniu-se na data de 26 de agosto de 2011, às dezessete horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, sito à Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis, para deliberar sobre os questionamentos remetidos à análise da comissão. Após análise das formalidades, da avaliação dos documentos e questionamentos apresentados acerca da abrangência e territorialidade da representação, a comissão se manifesta conforme segue: Considerando não ter sido possível a ampla divulgação das convocações para as plenárias das associações de moradores e entidades comunitárias, em todas as regiões do município Considerando a baixa participação das entidades nas plenárias. Diante do exposto, a comissão coordenadora, com base nos regulamentos e atribuições recebidos através do decreto acima especificado decide, de forma plena e soberana, anular as plenárias públicas realizadas nas regiões Norte, Leste, Sul, Centro e Continente e, convocar novas plenárias para, no prazo de 20 dias a contar da publicação do edital, realizar a escolha e definição do representante titular e do suplente para as respectivas regiões conforme a lei, visando compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. Florianópolis 31 de agosto de 2011. Nelson Bittencourt - Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e.e.

Fonte: Notícias do Dia, Florianópolis, 06 de setembro de 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2011 PLENÁRIA PÚBLICA o Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e. e. da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, com base no Art. 5º, I e II, da Lei Nº 8210, de 24/03/10, convoca novamente os representantes de entidades comunitárias e associação de moradores para eleição dos respectivos titulares e suplentes previsto no inciso IV, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" do art. 4º da citada lei. *As regiões de representação foram estabelecidas com base nos distritos criados pelas leis municipais 4805/95 e 4806/95.* Para a formalização da candidatura o representante deverá apresentar o estatuto da entidade devidamente registrado no cartório de títulos e documentos, a cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ata que elegeu a última diretoria e comprovante de utilidade pública, quando for o caso. As Plenárias Públicas serão realizadas nos seguintes dias, horários e locais, em primeira convocação:

REGIÕES DE REPRESENTAÇÃO	DIA	HORA	LOCAL
Região Norte da Ilha (Distritos de Ingeles do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Canavieiras, Santo Antonio de Lisboa e Rationes.	17/10/2011	19:00	SERTE (Rua Leonel Pereira, Nº 604 – Cachoeira do Bom Jesus)
Região Sul da Ilha:	18/10/2011	19:00	C.C. Fazenda do Rio

compreendendo os distritos de Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul e Campeche;			Tavares (Rodovia SC 405, KM 3, nº 480, ao lado do TIRIO (Terminal do Rio Tavares) Fazenda do Rio Tavares.
Região Leste da Ilha: compreendendo os distritos de São João do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa.	19/10/2011	19:00	Escola de Ensino Médio Henrique Veras – Rua João Pacheco da Costa, 249 – Lagoa da Conceição
Região Continental do município: compreendendo a parte continental do distrito sede.	20/10/011	19:00	Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho (Rua João Evangelista da Costa, Nº 1160 – Estreito)
Região Central e Oeste da Ilha: compreendendo a parte insular do distrito Sede.	21/10/2011	19:00	Ático da Secretaria Municipal de Assistência Social, Av. Mauro Ramos, Nº 1277 – Centro – Fpolis/SC.

No caso de não haver quórum na primeira convocação, a segunda chamada dar-se-á meia hora após o horário da primeira, com qualquer número de representantes de entidades presentes. Florianópolis, 16 de Setembro de 2011. Nelson Bittencourt Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e.e.

Fonte: Diário Oficial do Município de Florianópolis, 16 de setembro de 2011

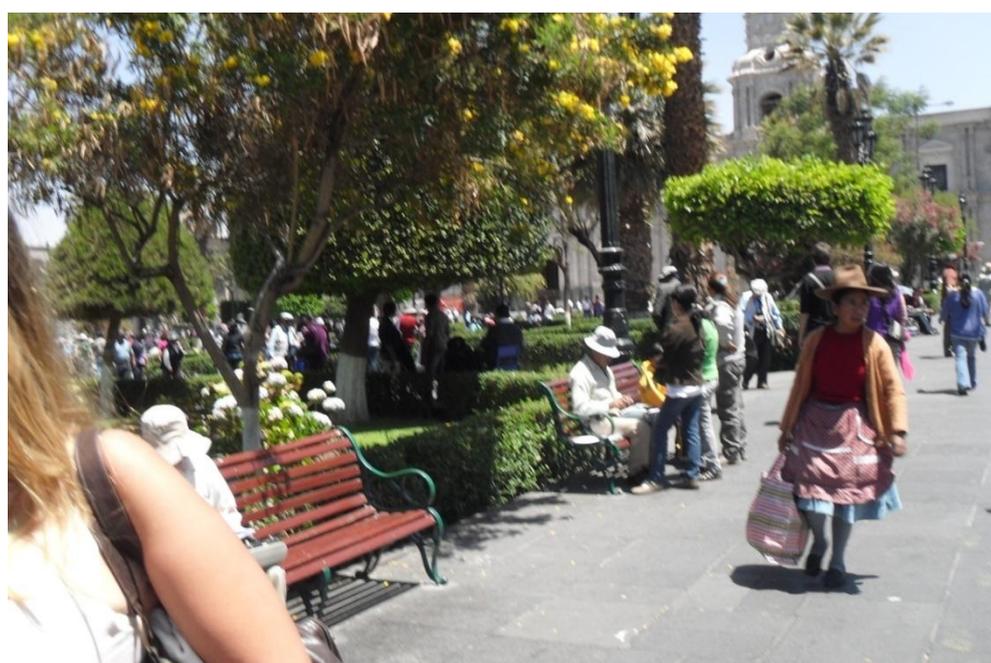
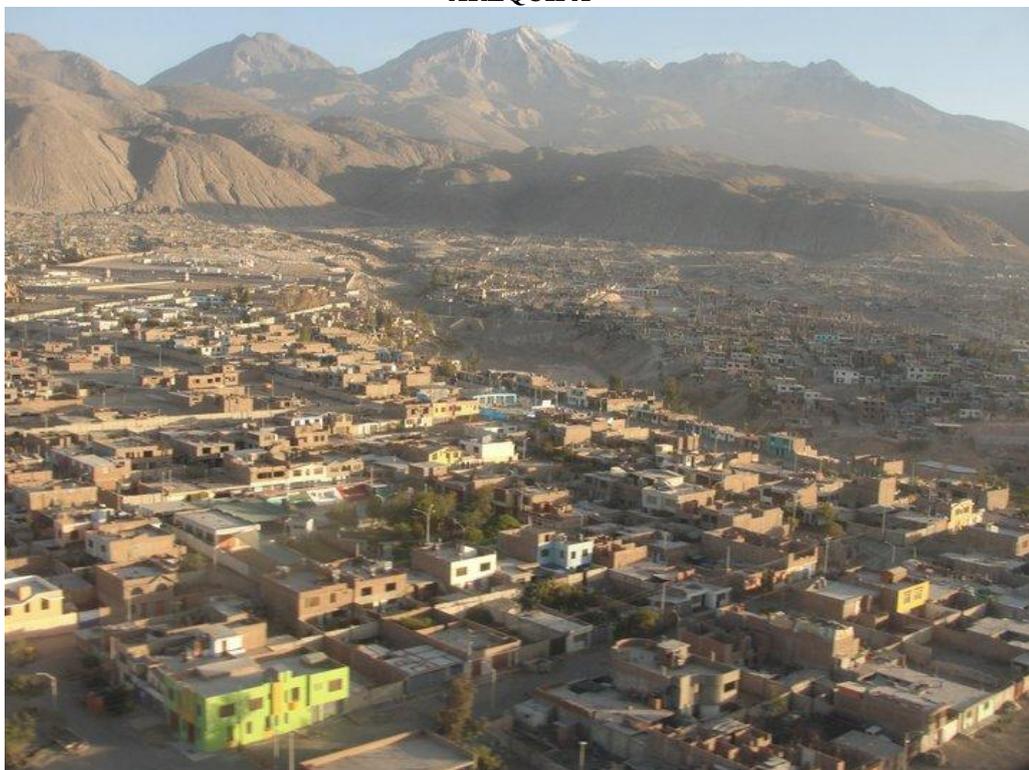
ANEXO V – Foto da participação no ENPESS, Rio de Janeiro 2010



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

**ANEXO W – Fotos da participação no Congresso Internacional en Trabajo Social, Peru
2010**

AREQUIPA







CUSCO

Fonte: Documentação MOSCOPSS 2010

ANEXO X – Fotos da participação no Congresso Internacional em Trabajo Social, México 2011

Cidade do México





Cidade de Juarez



Nuevo Casas Grandes







Chihuahua



Fonte: Documentação MOSCOPSS 2011

ANEXO Y – Banner da Pesquisa sobre os movimentos sociais 2010



**Universidade Federal
de Santa Catarina**

**Centro Sócio-Econômico
Departamento do Serviço Social
Grupo de Pesquisa MOSCOPSS - Movimentos Sociais
Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social**

O TEMA MOVIMENTOS SOCIAIS EM ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2000-2008

Serviço Social, Movimentos Sociais, Políticas Setoriais

**Aluna Bárbara Schuelter
Profa.Dra. Edaléa Maria Ribeiro**

Pela importância dos movimentos sociais como sujeitos coletivos fundamentais na re-constituição do processo democrático do país na década de 1980, e estes se constituindo campo de atuação profissional do Serviço Social e de inúmeras experiências de universidades junto aos movimentos de bairro, CEB's e outros, reintroduz-se a disciplina Desenvolvimento de Comunidade com conteúdo de movimentos sociais, dando ênfase à educação popular, a pesquisa e observação participantes, em 1982. Entretanto, em 1996 o tema sai novamente do currículo de Serviço Social, ficando sem uma presença mais efetiva nas novas diretrizes curriculares.

É somente na Lei no 8.662/93 que regulamenta a profissão que encontramos uma clara referência do exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos. De acordo com a referida lei, é competência do Assistente Social "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade".

É fato que ao longo dos anos 90, o movimento feito pela categoria profissional foi o de distanciamento dos movimentos sociais e de suas lutas sociais, tendo como referência análises teóricas e o discurso das esquerdas que apontavam para o encolhimento e fragilização da sociedade civil na luta pela qualidade das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais e do trabalho, bem como o "isolamento" dos sindicatos e movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais urbanos), através da desqualificação e/ou anulação da sua capacidade de luta e resistência.

Tal distanciamento se materializou tanto em termos de divulgação e socialização de conhecimento, quanto de divulgação e socialização de experiências concretas de exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos. Em que pese este distanciamento, os dados quantitativos que abaixo apresentamos, fruto de pesquisa efetuada, permite afirmar que o tema não desapareceu por completo em eventos promovidos pela categoria profissional. Ao longo desde novo milênio, encontramos nos CBAS e ENPESS eixos e sub-eixos que trazem o tema em tela.

Profissionais, docentes e estudiosos do serviço social continuam insistindo na temática na medida em que novos desafios, novas exigências se colocam para uma profissão que se entende inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, numa realidade social que vivencia profunda transformação, fruto dos novos processos flexibilizadores do mercado de trabalho e da reforma do Estado Brasileiro, cujo impacto não só atinge seu exercício profissional, mas seu próprio processo de formação.

Assim, a pesquisa procura entender como a categoria profissional de Serviço Social vem refletindo o protagonismo dos movimentos sociais neste contexto de complexas transformações societárias, as implicações disto para a profissão – já que o serviço social inserido neste processo contraditório é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social – é desafio urgente. Destacamos aqui que a compreensão da questão social é indissociável tanto das configurações assumidas pelo trabalho quanto da arena de disputas entre projetos societários explicitados por distintos interesses de classes, projetos estes expressos nas bandeiras de lutas dos movimentos sociais.

Os dados a serem apresentados são parte da pesquisa – sua dimensão quantitativa – através da análise dos trabalhos publicados no X, XI e XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, bem como aqueles publicados nos VII, VIII, IX, X e XI Encontros Nacionais de Pesquisa Em Serviço Social.

Tabela 1. Total de trabalhos publicados nos X, XI e XII CBAS – 2001, 2004, 2007

CBAS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
X	784	34	4,33
XI	1.076	12	1,11
XII	851	27	3,17
Total	2.711	73	2,69

Nos CBAS, do total de 2.711 trabalhos aprovados e publicados, apenas 2,69% trataram do tema. Se em 2001 eles expressaram 4,33%, no encontro que segue tivemos uma redução significativa (1,11%), só voltando a aumentar em 2007 (3,17%).

Tabela 2. Total de trabalhos publicados nos VII, VIII, IX, X, XI ENPESS – 2000, 2002, 2004, 2006, 2008

ENPESS	NUMERO TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV.SOCIAIS	%
VII	230	05	2,17
VIII	427	05	1,17
IX	540	11	2,03
X	745	11	1,5
XI	786	23	3,0
Total	2.728	55	2,0

Em se tratando dos ENPESS acontecidos ao longo dos anos 2000-2008, os dados nos informam que a presença de trabalhos sobre o tema movimentos sociais é respectivamente 2,17%; 1,17%; 2,03%; 1,5%; 3,0%. Ainda chama a atenção o fato de que nos anos 2002 e 2006, o número de trabalhos apresentados foi praticamente metade, seja do encontro anterior, seja do posterior.

Quando comparamos o total de trabalhos dos CBAS com os ENPESS ao longo dos eventos, verificamos uma preocupação maior da categoria profissional no exercício efetivo da profissão no que diz respeito à divulgação e socialização desta produção do que com a produção da academia, ainda que no geral a porcentagem dos trabalhos publicados seja relativamente semelhante.

Logo, um dado que merece reflexão, considerando que os ENPESS se constituem Encontros de Pesquisadores em Serviço Social e que o número de Pós-Graduações no Brasil no início do milênio somavam mais de 15 programas. Quando verificamos a produção discente dos programas de Pós Graduação na área de Serviço Social: indicações de eixos temáticos a partir de teses de doutorado e dissertações de mestrado, tendo como fonte DATACAPES, 1998-2002, e constatamos que as temáticas: Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, e Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente tiveram uma produção de 10,27% e 3,82% respectivamente (Carvalho, Silva e Silva, 2005:93)

Outra reflexão aqui se coloca como pertinente, quando pensamos estes dados na relação com a Pós - Graduação e a produção de conhecimento em serviço social. Segundo Carvalho Silva e Silva (2005, p. 89), a incidência da temática *Movimentos sociais/processos organizativos/associativismo/sujeitos sociais* presente nas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social ocupa o 5º lugar em temáticas mais prevalentes (14 indicações), de um total de 17 temáticas a partir de informações coletadas junto à CAPES/MEC 2004.

Ainda segundo as mesmas autoras, a produção do corpo discente dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social: indicações de eixos temáticos a partir de teses de doutorado e dissertações, as temáticas: *Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, e Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente* foi de 10,27% e 3,82% respectivamente (2005:93) em relação ao total de produções dos Programas.

A partir dos dados anteriormente citados, verifica-se que o tema é significativo em termos de objeto de pesquisa, mas não o é nos espaços de divulgação e socialização da categoria profissional, onde a primazia continua sendo o tripé da seguridade e mais recentemente, trabalho.

Identifica-se que o tema tanto nos ENPESS quanto nos CBAS ao longo dos anos 2000-2008 permaneceu não sendo prioritário para a categoria, uma vez que dos 5.439 trabalhos publicados nos referidos encontros, apenas 2,35% (128) trataram no tema Movimentos Sociais/Serviço Social.

O questionamento que fica é porque um tema que ocupa um espaço de significativa prevalência na academia não consegue visibilidade correspondente nos espaços de divulgação e socialização da categoria? Quais os elementos impeditivos desta possibilidade?

Bibliografia:

CARVALHO, Denise B. de, SILVA E SILVA, Maria Ozaira da. *Serviço Social, Pós Graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
CBAS. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais X, XI e XII – 2001, 2004, 2007.
ENPESS. Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social VII, VIII, IX, X, XI – 2000, 2002, 2004, 2006, 2008.

MOSCOPSS

Endereço: DSS/CSE/UFSC Sala 17
Telefone: (48) 37219297, ramal 27
E-mail: moscopss@gmail.com



ANEXO Z – Banner do MOSCOPSS 2010



**Universidade Federal
de Santa Catarina**

**Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social**

Líderes:

Edaléa Maria Ribeiro (emribeiro@cse.ufsc.br)
Teresa Kleba Lisboa (tkleba@cse.ufsc.br)

Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre: Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social MOSCOPSS



O Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão denominado *Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social* – MOSCOPSS – compreende que ensino, pesquisa e extensão são elementos indissociáveis da formação acadêmica.

Assim, tem como objetivo geral desenvolver estudos sobre movimentos sociais contemporâneos, políticas sociais setoriais e serviço social de forma a contribuir com os sujeitos em tela, com a profissão, e com os processos de democratização perpetrados por estes mesmos sujeitos.

O grupo está aberto a professores, acadêmicos, profissionais que tenham interesse pela temática, com vistas a contribuir com um Serviço Social competente teórica, técnica e politicamente, na perspectiva do projeto ético político que orienta a profissão.

Linhas de Pesquisa:

- Movimentos Sociais
- Movimentos Sociais, Formação e Exercício Profissional
- Movimentos Sociais, Políticas Sociais Setoriais (política urbana, habitacional, cultura, raça/etnia, gênero e outras)

Ano de Formação do MOSCOPSS: 2008

Área: Ciências Sociais Aplicadas; Serviço Social

**Endereço: DSS/CSE/UFSC Sala 17
Telefone: (48) 37219297, ramal 27
E-mail: moscopss@gmail.com**

